



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
Programa de Pós-Graduação em Administração

**Andréia Elizabeth Silva Barros**

**AS REDES DE CORRUPÇÃO DA LAVA JATO SOB A ÓTICA DA ECOLOGIA  
DOS JOGOS**

**Brasília – DF**

**2020**

**ANDRÉIA ELIZABETH SILVA BARROS**

**As Redes de Corrupção da Lava Jato sob a Ótica da Ecologia dos Jogos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

**Professor Orientador: Dr. Edgar Reyes Junior**

**Brasília – DF**

**2020**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Edgar Reyes Júnior, por me aceitar como orientanda, me incentivar com dedicação e paciência, e pelas centenas de sessões de orientação.

Aos autores das obras estudadas no decorrer do mestrado, pelas mensagens prontamente respondidas, detalhando explicações e respondendo perguntas.

Aos membros da banca avaliadora, pela seriedade com que exerceram o papel confiado e pelas contribuições.

Aos colegas do Grupo de Pesquisas GERIR, pelas valiosas lições aprendidas durante os encontros.

Aos demais professores e colegas do PPGA/UnB, pela ajuda e apoio.

Aos familiares, pela compreensão, apoio e incentivo, sempre.

Aos amigos, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo.

## RESUMO

A pesquisa aborda o tema corrupção e investigou o cenário das redes de corrupção no Brasil à luz da Ecologia dos Jogos. Pretendeu analisar a estrutura das redes de corrupção da Operação Lava Jato. Objetivou analisar a arena das redes de corrupção para, então, descrever os jogos, os papéis desempenhados pelos jogadores, as suas regras, os recursos disponíveis e seus resultados obtidos. Objetivou, ainda, descrever os padrões das interações nessa arena. Foram utilizados dados secundários, extraídos dos depoimentos contidos nas peças de processos judiciais resultantes das investigações da Operação Lava Jato, disponibilizados pela imprensa. Com abordagem mista, o estudo classifica-se no tipo descritivo, tem natureza empírica, com recorte transversal e método documental. O modelo utilizado foi uma adaptação do modelo IAD (*Institutional Analysis and Development*). Foram identificados quatro jogos sequenciais, com regras e jogadores específicos. A análise ainda possibilitou confirmar a conexão existente entre os jogos e que o resultado de um jogo altera as regras e posições dos jogadores em outros jogos. Sua contribuição teórica se dá na forma de estudar o fenômeno, com um modelo sistêmico e com foco neoinstitucional. Demonstrando, também, a viabilidade da análise de fenômenos criminais sociológicos a partir do modelo IAD, originalmente desenvolvido para estudos envolvendo ação coletiva no campo ambiental. Como achados do estudo, tem-se a confirmação de que cada jogo representa um sistema e que grupos distintos formam jogos distintos. Mas que ocorrem em paralelo, de forma simultânea. Outro achado é o protagonismo dos agentes políticos na coordenação dos jogos. Contudo, a gestão da estrutura pelos políticos não se dá de forma linear. Existindo hierarquias nas redes de corrupção que replicam as hierarquias oficiais dos Poderes Legislativo e Executivo. Como limitações do estudo, aponta-se os dados analisados, por serem secundários, não foram coletados especificamente para a pesquisa. Não sendo possível, portanto, identificar todos os sete grupos de variáveis que caracterizam uma arena de ação, conforme proposto por Ostrom (2005). Malgrado tal impossibilidade, não houve prejuízo à capacidade explicativa do modelo. O que configura um achado adicional, reforçando sua contribuição teórica. Para agenda de pesquisa, sugere-se estudos longitudinais dos jogos identificados no presente trabalho. Sugere-se, ainda, estudos setorializados a partir da agenda de aprovação de atos normativos pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Palavras-chave: Redes de Corrupção; Lógicas Institucionais; Ecologia dos Jogos

## ABSTRACT

The research addresses the topic of corruption and investigated the scenario of corruption networks in Brazil in the light of Ecology of Games. It intended to analyze the structure of the corruption networks of Operation Lava Jato. It aimed to analyze the arena of corruption networks to then describe the games, the roles played by the players, their rules, the available resources and their results obtained. It also aimed to describe the patterns of interactions in this arena. Secondary data were used, extracted from the testimony contained in the pieces of legal proceedings resulting from the investigations of Operation Lava Jato, made available by the press. With a mixed approach, the study is classified in the descriptive type, it has an empirical nature, with a cross-section and documentary method. The model used was an adaptation of the IAD model (Institutional Analysis and Development). Four sequential games were identified, with specific rules and players. The analysis also made it possible to confirm the connection between the games and that the result of a game changes the rules and positions of players in other games. Its theoretical contribution is in the form of studying the phenomenon, with a systemic model and with a neoinstitutional focus. It also demonstrates the feasibility of analyzing sociological criminal phenomena based on the IAD model, originally developed for studies involving collective action in the environmental field. Although the seven groups of variables are not present. As found in the study, it is confirmed that each game represents a system and that different groups form different games. But they occur in parallel, simultaneously. Another finding is the role of political agents in coordinating the games. However, the management of the structure by the politicians does not occur in a linear way. There are hierarchies in the corruption networks that replicate the official hierarchies of the Legislative and Executive Powers. As limitations of the study, the data analyzed is pointed out, since they are secondary, they were not collected specifically for the research. Therefore, it is not possible to identify all seven groups of variables that characterize an arena, as proposed by Ostrom (2005). Despite this impossibility, there was no damage to the model's explanatory capacity. For the research agenda, longitudinal studies of the games identified in the present work are suggested. It is also suggested sectorial studies based on the approval of normative acts by the Legislative and Executive Powers.

Keywords: Corruption Networks; Institutional Logics; Ecology of Games

## LISTA DE SIGLAS

CGR	Regime de Governança Colaborativo
EoG	Ecologia dos Jogos
EPG	Ecologia dos Jogos de Políticas
ERGM	Modelos de Gráficos Aleatórios Exponenciais
IAD	<i>Institutional Analysis and Development</i>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Densidades das Facções na Rede do Agente Financeiro.....	63
Quadro 2 - Densidades das Facções na Rede do Burocrata.....	73
Quadro 3 - Densidades das Facções na Rede do Político.....	81
Quadro 4 - Densidades das Facções da Rede do Empresário.....	89

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relações corruptas em uma sociedade democrática.....	22
Figura 2 - Interações possíveis na corrupção.....	23
Figura 3 - Mapa conceitual <i>Institutional Analysis and Development (IAD)</i> .....	34
Figura 4 - Lógica Institucional: Articulações Ligando Objeto-Prática-Sujeito.....	37
Figura 5 - Modelo IAD adaptado.....	50
Figura 6 - Rede do Agente Financeiro Dividida em Quatro Facções.....	64
Figura 7 - Pontos de Corte na Rede do Agente Financeiro.....	65
Figura 8 - Coordenadores na Rede do Agente Financeiro.....	67
Figura 9 - Corretores na Rede do Agente Financeiro.....	68
Figura 10 - Representantes na Rede do Agente Financeiro.....	69
Figura 11 - <i>Gatekeeper</i> na Rede do Agente Financeiro.....	70
Figura 12 - Ligação na Rede do Agente Financeiro.....	71
Figura 13 - Rede do burocrata Dividida em Quatro Facções.....	74
Figura 14 - Pontos de corte na rede do burocrata.....	75
Figura 15 - Coordenadores na Rede do Burocrata.....	76
Figura 16 - Corretores na Rede do Burocrata.....	77
Figura 17 - Representantes na Rede do Burocrata.....	78
Figura 18 – <i>Gatekeeper</i> na Rede do Burocrata.....	79
Figura 19 - Ligação na Rede do Burocrata.....	80
Figura 20 - Rede do Político Dividida em Quatro Facções.....	82
Figura 21 - Pontos de Corte na Rede do Ator Político.....	83
Figura 22 - Coordenadores na Rede do Político.....	85
Figura 23 - Corretores na Rede do Político.....	86
Figura 24 - Representantes e <i>Gatekeeper</i> na Rede do Político.....	87
Figura 25 - Ligação na Rede do Político.....	88
Figura 26 - Rede do Empresário Dividida em Quatro Facções.....	90
Figura 27 - Pontos de Corte na Rede do Empresário.....	91
Figura 28 - Coordenadores na Rede do Empresário.....	92

Figura 29 - Corretores na rede do Empresário.....	93
Figura 30 - Representantes na Rede o Empresário.....	94
Figura 31 - <i>Gatekeeper</i> na Rede do Empresário.....	95
Figura 32 - Ligação na Rede do Empresário.....	96
Figura 32 - Modelo Final.....	124

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	<b>Problematização</b> .....	11
1.2	<b>Objetivos da Pesquisa</b> .....	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
1.3	<b>Justificativa da Pesquisa</b> .....	14
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	20
2.1	<b>Corrupção</b> .....	21
2.2	<b>Teoria Institucional</b> .....	29
2.2.1	<i>Institutional Analysis and Development (IAD)</i> .....	32
2.2.1	Lógicas Institucionais.....	36
2.2.2	Complexidade Institucional.....	41
2.3	<b>Ecologia dos Jogos</b> .....	42
2.4	<b>Síntese Teórica</b> .....	48
<b>3</b>	<b>MÉTODOLOGIA</b> .....	51
3.1	<b>Caracterização da Pesquisa e sua População</b> .....	51
3.2	<b>Coleta de Dados</b> .....	52
3.3	<b>Modelo Utilizado e Etapas do Estudo</b> .....	53
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISES</b> .....	60
4.1	<b>Análise dos Papéis dos Atores nas Redes</b> .....	61
4.1.1	A Rede do Agente Financeiro.....	62
4.1.2	A Rede do Burocrata.....	72
4.1.3	A Rede do Político.....	81
4.1.4	A Rede do Empresário.....	89
4.1.5	Análise dos Tipos de Jogos e os Respectivos Jogadores.....	99
4.2	<b>Segunda Etapa: Análise dos Elementos dos Jogos</b> .....	104
4.2.1	Características dos recursos transacionados na arena.....	105
4.2.2	Atributos dos jogadores (categorias e subcategorias).....	110
4.2.3	Regras dos jogos.....	116
4.3	<b>Análise dos Resultados dos Jogos e dos Padrões de Interações e Barganhas</b> .....	121
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO</b> .....	125
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	147

# 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo introdutório é apresentado o panorama para a contextualização, juntamente com a pergunta de pesquisa que o trabalho pretende responder, à luz da Ecologia dos jogos. Em seguida, são expostos os objetivos geral e específicos que balizaram a construção do arcabouço teórico que sustentou o trabalho. Por fim, a justificativa para a realização do estudo.

## 1.1 Problematização

Em março de 2014 o Brasil tomou conhecimento da maior investigação nacional sobre crimes de corrupção: a Operação Lava Jato, que trouxe à tona redes de corrupção envolvendo autoridades políticas, empresários, agentes financeiros, servidores públicos e partidos políticos (Bastos et al., 2016; Gonçalves & Andrade, 2019). A viabilidade dessa investigação deu-se em virtude de uma série de alterações no aparato legal, que incrementou consideravelmente o arcabouço penal e processual, como a Lei Federal nº 12.850 de 2013, sobre organizações criminosas; a Lei Federal nº 10.402 de 2002, que criminaliza práticas de corrupção transnacional; o Decreto nº 5687 de 2006, que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Esses e outros instrumentos normativos contribuíram para fortalecer as estruturas nacionais de controle nas ações investigativas e judiciais, expondo grandes esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, reforçando o papel assumido pelo Brasil junto aos organismos internacionais, seguindo um movimento internacional de combate ao crime de lavagem de dinheiro e corrupção (Fernandes & Marques, 2018).

Quanto ao conceito de corrupção, tem-se que o mais disseminado é: o uso do poder confiado para benefícios próprios (Rose-Ackerman & Palifka, 2016). Devido às suas características, o fenômeno apresenta demasiada complexidade em ser observado e medido (Sarkar & Hasan, 2001). Considerando o seu impacto negativo no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida da população, pesquisadores apontam a necessidade de estudos que busquem, além de entendê-lo, explicar as formas de sua manifestação. Ainda, que as políticas anticorrupção precisam visar o crime organizado, por ser essa a origem do problema (Sarkar & Hasan, 2001).

Nesse cenário, surgiram estudos abordando o crime organizado a partir da perspectiva da análise de redes sociais (Spapens, 2010). Essas análises podem revelar padrões de colaboração entre integrantes de uma organização criminosa, suas posições sociais, subgrupos-chave e suas vulnerabilidades (Duijn & Klerks, 2014).

Análises assim podem contribuir para a compreensão da dinâmica desses sistemas sociais e suas sequências de ações. Atualmente, poucas pesquisas tentaram entender como determinados contextos de eventos são estruturados pelos interesses, recursos, normas e estratégias dos atores sociais (Cornwell & Laumann, 2016). Nesse sentido, uma teoria que aborda o estudo dos interesses, normas e estratégia dos atores e pode beneficiar a compreensão da corrupção como um sistema complexo é a Teoria Institucional. Posto que as instituições contribuem para a compreensão dos fenômenos sociais, devido à influência que exercem nos processos decisórios, resultados políticos e explicam como uma dada estrutura institucional modula as interações políticas (Cardoso, 2018).

Compete esclarecer que as instituições são constituídas por normas – explícitas em normativos ou apenas implícitas -, crenças e possuem fronteiras legais, morais e culturais. Ademais, elas dão ênfase à capacidade de controlar e restringir o comportamento humano, definindo os seus limites e distinguindo as atividades legítimas das ilegítimas (Scott, 2001).

Essas normas e crenças representam as lógicas institucionais (Blomgren & Waks, 2015). Por sua vez, são as lógicas institucionais que modulam os comportamentos e os atores participam da construção e transformação dessas lógicas (Greenwood, Oliver, Lawrence, & Meyer, 2008). Nesse cenário, entende-se que a convivência entre múltiplas lógicas, conflitantes ou convergentes, caracteriza a complexidade institucional (Blomgren & Waks, 2015).

No que diz respeito às dinâmicas institucionais, observa-se a possibilidade do seu estudo sob a forma de plataformas ou arenas, que tratam de um cenário favorável às interações entre os atores e as tomadas de decisões coletivas (Zhou & Mu, 2019). Esse sistema amplo, em que variados grupos e interesses operam, pode ser descrito pela ecologia de jogos. Nesses ecossistemas, as estratégias dos atores decorrem de uma lógica estabelecida pelos jogos que jogam, com o objetivo de obterem benefícios individuais, ficando o interesse coletivo em segundo plano (Dutton, 1992).

Esses conjuntos de jogos constituem as arenas da ação interorganizacional. No contexto governamental, esses conhecimentos se tornaram especialmente valiosos na medida em que são implantadas restrições nas iniciativas políticas, como cortes no orçamento público, ampliação da regulamentação intergovernamental, privatizações e

experimentos com novas formas de contratação, que ampliaram a complexidade da gestão governamental (O'Toole, 1988).

Dessa forma, considerando o impacto negativo dos atos de corrupção sistêmica no desenvolvimento social e econômico; que esse fenômeno se manifesta em ações grupais; especificamente sob a forma de crime organizado; que essa estrutura pode ser explicada pela teoria institucional, no tópico que analisa a escolha coletiva e a ecologia dos jogos; a presente pesquisa pretende descrever a estrutura das redes de corrupção, respondendo a seguinte pergunta:

Como é estruturada a arena de jogos das redes de corrupção da Operação Lava Jato?

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

### **1.2.1 Objetivo geral:**

O objetivo geral da pesquisa é analisar as redes de corrupção da Lava Jato.

### **1.2.2 Objetivos específicos:**

Para atingir o objetivo geral, foi necessário alcançar três objetivos específicos, que são:

1.2.2.1. Descrever os papéis dos atores nas redes de corrupção;

1.2.2.2. Descrever os jogos na arena da corrupção; e

1.2.2.3. Descrever os resultados dos jogos e padrões das interações na arena da corrupção.

### 1.3 Justificativa da Pesquisa

A corrupção se manifesta nas interações sociais e é uma atividade que se espalha por redes familiares, de amizade ou da comunidade. Sendo requisito para a análise do fenômeno, que se considere simultaneamente os contextos organizacional e social dos envolvidos (Jancsics, 2019). Podendo ser observado sob variados prismas, uma opção para a sua explicação é pela percepção que grupos ou indivíduos têm sobre o fenômeno (Freitas Júnior & Medeiros, 2018).

Portanto, considerando que o uso do poder público para benefícios privados significa um tipo de captura estatal, resulta em uma forma sistêmica de corrupção, envolvendo elites do governo, legisladores e poderosos atores da economia, entende-se que um enfoque em nível macro nas instituições políticas e estruturas interorganizacionais seja apropriado (Jancsics, 2019).

Paradoxalmente, pesquisas empíricas mostram que as organizações, tanto privadas como governamentais, que operam em ambientes permeados por atos de corrupção podem se beneficiar, no curto prazo, de suborno de oficiais do governo. Contudo, considerando um horizonte temporal mais longo, essa prática pode trazer danos à eficiência das empresas, de todo o mercado doméstico e da população (Qi et al., 2018). Principalmente, prejudica em maior medida os estratos mais pobres da população (Justesen & Bjørnskov, 2014).

Para Lehmann (2019), atos de corrupção ocorrem em um subsistema, interagindo dentro do contexto de sistemas maiores. Assim, cria-se uma divisão entre aqueles que estão diretamente envolvidos na atividade corrupta e aqueles que não estão. Essas estruturas proporcionam proteção às práticas ilícitas, que se mantêm revestidas de aparente legalidade.

Estudos empíricos também confirmam que as ferramentas anticorrupção podem ser mais eficazes se forem focadas, também, na aproximação com o fenômeno e no entendimento das operações de escritórios, departamentos, agências, governos locais, projetos locais ou regimes de compras específicos, com uma tipologia cruzando vários níveis de análise (Jancsics, 2019).

Lehmann (2019) caracteriza os ambientes permeados de práticas corruptas como sistemas adaptativos complexos. De acordo com o autor, as ações que inibem atos corruptos devem ser constantemente avaliadas e ajustadas. Para tanto, necessitam ser flexíveis e

descentralizadas. Com vistas a obter eficácia no combate aos sistemas de alta imprevisibilidade e resultados incertos. Ainda, que é necessário abordar o problema com a intenção de explorar o estado atual da auto-organização, a fim de permitir uma intervenção direcionada que possa alterar o padrão que originou e sustenta o problema.

A corrupção envolve a transação de negócios, resultando no comprometimento das operações da organização. Em situações sistêmicas, a conduta padrão é a transgressão da lei e faz parte da cultura e das rotinas organizacionais (Freitas Júnior & Medeiros, 2018). Trata-se de um fenômeno que ocorre de maneira muito sutil e envolve relações duradouras de benefício mútuo entre pessoas em posições vantajosas dentro de relacionamentos contínuos (Gutterman, 2018). Frequentemente é descrita como ocorrendo dentro ou apoiada por uma rede (Peeters, 2019).

Para Rose-Ackerman & Palifka (2016), sistemas com altos níveis de corrupção indicam que algo está errado com as instituições e incentivos básicos do Estado. Sinalizando não apenas a necessidade de uma aplicação mais vigorosa da lei. Mas, principalmente, de uma reforma estrutural. Eis, portanto, a importância em descobrir como a corrupção opera em setores específicos e descrever como ela prejudica os programas públicos. Essas explicações, concluem as autoras, contribuem para propor reformas e acompanhar o progresso das ações anti-corrupção ao longo do tempo.

Evidencia-se que as políticas para combater a corrupção precisam abordar as realidades sociais prejudiciais e as regras que as sustentam (Lehmann, 2019). Na elaboração das estratégias para inibição de comportamentos criminosos, as técnicas de mapeamento de redes sociais têm sido usadas com sucesso para identificar possíveis atores-chave nas redes secretas, cuja remoção fragilizaria, ou até comprometeria toda a rede (Ganor, 2017).

Nisso, a análise de redes sociais apresenta-se como uma ferramenta útil, pois proporciona a identificação e o entendimento de padrões (Monaghan, Lavelle, & Gunnigle, 2017). Os desenvolvimentos recentes na análise de redes sociais fornecem meios de integração estrutural para explorar como a reputação e o capital social podem ser construídos por meio de papéis de intermediação de atores participantes de redes (Ireni-Saban, 2019).

Tradicionalmente, redes de corrupção perduram ao longo dos anos, possuindo atributos de persistência, que pressupõe a manutenção de padrões de comportamento, valores, normas sociais (Klašnja, Little, & Tucker, 2016) e a interação de indivíduos com processos organizacionais em uma cultura social mais ampla (Azim & Kluvers, 2019). Essas

características da vida social que persistem, ultrapassando gerações ou sobrevivem às mudanças sociais drásticas são denominadas instituições (Scott & Greer, 2018).

Instituições são compostas por lógicas que justificam sua permanência. As lógicas institucionais são lógicas de adequação onde os atores são movidos por normas sociais e não por uma lógica de consequência (Reichborn-Kjennerud et al., 2019).

As pesquisas sobre as lógicas institucionais abrangem uma ampla variedade de estudos. Por exemplo, Lino, Lowndes, & Carlos (2018), realizaram um experimento natural para pesquisar a mudança na dinâmica de poder entre lógicas institucionais ocorridas após eventos de corrupção se tornarem públicos. Baseados em análise documental e entrevistas, investigaram a relação e os pontos de incompatibilidade entre várias lógicas institucionais. O estudo mostrou a ação dos atores poderosos visando o domínio de suas próprias lógicas ou para minar as lógicas de atores não pertencentes à elite. Por fim, ressaltaram a importância de trabalhos que expliquem os relacionamentos e circunstâncias que conectam atores às lógicas institucionais.

Klašnja et al. (2016) reforçou a necessidade de pesquisas que tragam nuances ao nosso entendimento de como as pressões institucionais influenciam nas atividades contra a corrupção realizadas pelas Agências Anticorrupção.

Um dos campos da Teoria Institucional é a Ecologia dos Jogos. Pertencente à terceira geração da Ciência das Políticas Públicas (Fernandes & Almeida, 2019), a Ecologia dos Jogos foi adaptada por Smaldino e Lubell (2014) e desenvolvida em virtude da crescente preocupação com a complexidade institucional e com o gerenciamento dos processos das políticas (Fernandes & Almeida, 2019). Sua característica fundamental é viabilizar as análises das interações, conjuntamente, de um rol de políticas, levando em conta a interdependência dos seus resultados. Na tentativa de entender como diferentes instituições estão interligadas, são afetadas mutuamente (Scott & Greer, 2018; Zhou & Mu, 2019) e se combinam para definir um complexo sistema institucional (Zhou & Mu, 2019). As decisões tomadas em múltiplos e contínuos jogos contribuem para os resultados de uma política (Fernandes & Almeida, 2019).

O termo Ecologia de Jogos foi cunhado originalmente nos anos 50, por Norton Long, no campo da Ciência Política e da Administração (Dutton, Schneider, & Vedel, 2012). Long (1958) utilizou a analogia a um ecossistema, em que espécies da flora e da fauna fazem parte de um sistema equilibrado, no qual não existe opinião pública e a cooperação é inconsciente.

O autor explica que, assim como em grande parte dos acontecimentos em determinados sistemas políticos, a cooperação é igualmente inconsciente. Entretanto, produz seus resultados, que apesar de não serem completamente planejados, são largamente funcionais, pois seus atores, racionais dentro de áreas limitadas e almejando os fins dessas áreas, realizam fins socialmente funcionais.

A combinação de insights de fontes teóricas diversas pode ser um caminho para o estudo de casos empíricos complexos (Fernandes & Almeida, 2019). Nesse sentido, estão os estudos como o de Zhou & Mu (2019), que associaram a ecologia de jogos juntamente à teoria de redes. Os autores utilizaram dados de eventos e explicaram que esses eventos podem ser constituídos de qualquer fato ocorrido em um determinado local, durante um intervalo de tempo específico, são gerados por determinados atores, geralmente têm propósitos específicos e espera-se que provoquem mudanças.

Outros autores como Cornwell e Laumann (2016) e Lubell, Robins, e Wang (2014) também utilizaram conjuntamente a complexidade institucional, a ecologia dos jogos e a teoria de redes sociais. Lubell et al. (2014) chamam atenção para a necessidade de estudos empíricos envolvendo arranjos institucionais complexos e que apenas complexidade institucional e a ecologia dos jogos não propõem um arcabouço teórico suficiente para se conduzir à análise de ambientes complexos. Para isso, orientam, adicionar aos estudos a teoria de redes.

A pesquisa empírica de Scott e Thomas (2017) também utilizou a ecologia dos Jogos e a teoria de redes. Foram testadas hipóteses sobre posição de atores em uma rede de políticas. Realizaram *survey* e utilizaram modelos de gráficos aleatórios exponenciais (ERGMs). Constataram que os atores que se beneficiam da participação em um Regime de Governança Colaborativo (CGR) têm mais chances de se beneficiar da participação em outros CGRs, promovendo mais desequilíbrios existentes, em vez de distribuir os benefícios de maneira igualitária. Mostrando as vantagens de participar de arenas com muitos jogos simultâneos. Os autores concluem que os CGRs, na medida em que melhoram o acesso dos atores aos recursos da rede, podem provocar o aumento das desigualdades existentes no acesso a esses recursos.

Por sua vez, Smaldino e Lubell (2014) explicam que a Ecologia de Jogos fornece uma estrutura de modelagem adaptável para o estudo de uma ampla variedade de problemáticas nas ciências sociais. Os autores realizaram um estudo utilizando a Ecologia

dos Jogos, comparando a eficácia de dois mecanismos institucionais para a promoção da cooperação: uma instituição simples com restrições de capacidade e uma instituição de reputação. Seus achados mostram que, sob determinadas condições, restrições de capacidade podem gerar a coordenação social, promovendo a cooperação muito mais rapidamente do que a cooperação gerada pela reputação. Os autores ainda trazem a importância em reconhecer com mais precisão as razões que motivam os indivíduos a adotarem mecanismos cognitivos e institucionais para lidar com os custos de oportunidade relacionados às habilidades limitadas de jogar em vários jogos.

Lubell, Mewhirter, Berardo e Scholz (2016) também utilizaram os dados de eventos e combinaram a literatura sobre Governança Adaptativa, Ecologia dos Jogos de Políticas (EPGs) e Análise de Redes Sociais na investigação sobre as mudanças e o surgimento de novas instituições em uma ecologia dos jogos, utilizando medições de coesão e fragmentação das redes sociais. Os autores explicam que o envolvimento de múltiplos atores em processos de tomada de decisão, de caráter público ou privado, e da existência de múltiplos jogos, caracterizam a complexidade desses sistemas.

Os autores consideram as arenas como locais onde os atores atuam para promover suas agendas, defender suas posições ou simplesmente coletar informações sobre as ações dos outros atores em relação a determinado tópico de interesse. O mapeamento da Ecologia dos Jogos foi realizado por meio de entrevistas com as partes interessadas envolvidas.

Ainda na mesma pesquisa, os autores trazem a necessidade de estudos que analisem detalhadamente como as estruturas relacionais específicas de uma Ecologia de Jogos afetam determinados resultados ambientais, além da combinação de análises estruturais da Ecologia de Jogos com um exame dos desempenhos individuais dos jogos poderia proporcionar um melhor entendimento das condições institucionais contextuais.

Antes disso, Lubell et al. (2014) analisaram os papéis de coordenação e cooperação de atores e suas instituições em um contexto de ecologia dos jogos, operacionalizada por uma rede bipartida com atores e suas instituições, e utilizaram modelos exponenciais de gráficos aleatórios para testar hipóteses sobre as características estruturais da rede. Os autores concluem que as instituições facilitam a coordenação de políticas e que os benefícios ultrapassam as fronteiras geográficas e propõem como solução para resolver problemas de cooperação o fechamento da rede.

A Ecologia dos Jogos se mostra útil para o propósito do presente estudo porque chama atenção explícita à interdependência das ações (jogos) dos atores e as suas lógicas institucionais, que, na visão de Zhou e Mu (2019), é um importante ponto de partida para explorar e interpretar mecanismos de coordenação e competição entre vários atores e que aborda uma gama de questões interconectadas. No presente estudo, os atores que compõem as redes de corrupção no âmbito das investigações da Operação Lava Jato constituem a ecologia dos jogos em questão.

A contribuição do estudo se dá de três maneiras. A primeira, empírica: a corrupção, por ser um tópico sensível, implica várias dimensões da sociedade. A dimensão política, a do setor público e do setor privado (Deom, 2017). O estudo contribui para a compreensão das formas de manifestação do fenômeno.

A segunda contribuição, teórica, consiste na adoção da concepção institucionalista, que pode ajudar a explicar melhor por que o fenômeno da corrupção é tão difícil de identificar e reconhecer. Por estar tão intimamente ligado aos procedimentos e práticas legítimos da instituição, seus agentes geralmente não são vistos e nem se veem como participantes nos atos de corrupção (Thompson, 2018). O estudo, ao identificar as lógicas institucionais do fenômeno e mapear a ecologia dos jogos das redes de corrupção, contribui para complementar o arcabouço teórico atual, trazendo para o contexto da pesquisa nacional uma abordagem ainda pouco explorada.

A sua terceira contribuição é a aproximação dos campos teóricos com o cotidiano da Administração Pública, ao reunir arcabouços teóricos dos campos da Ciência Política, da Sociologia e das Organizações, aplicados em estudo empírico, aproxima a teoria das situações do cotidiano.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, é apresentado o arcabouço teórico necessário para o entendimento do fenômeno estudado. Foi realizada uma discussão inicial acerca da Corrupção e sua manifestação na forma de redes.

Em seguida, discorreu-se sobre a Teoria Institucional, detalhando as três subdivisões neoinstitucionais, quais sejam, o neoinstitucionalismo histórico, o sociológico e da escolha racional. Com especial atenção, quanto ao último, no que diz respeito à obra de Elinor Ostrom e o mapa conceitual desenvolvido pela autora, o *Institutional Analysis and Development* (IAD), o qual foi aberta uma subseção específica.

Após, mas ainda sobre a Teoria Institucional, este Referencial Teórico dedicou atenção às Lógicas Institucionais e sua Complexidade. A seguir, está aposta a Ecologia dos Jogos.

Por fim, na Síntese Teórica, há um modelo adaptado de Polski e Ostrom (1999) e Ostrom (2010), que foi adotado no presente estudo.

Espera-se que, ao final, o leitor obtenha um entendimento sobre as questões centrais que serão tratadas nos capítulos subsequentes.

## 2.1. Corrupção

A definição de corrupção tem muitas conotações e interpretações, que pode variar de acordo com o tempo e lugar, bem como o campo de estudo (Rose-Ackerman & Palifka, 2016). Em sentido amplo, a corrupção pode ser definida como o abuso de um poder confiado para ganho privado (Rose-Ackerman & Palifka, 2016; Transparency International, 2020). Esse entendimento envolve o problema agente - principal e abrange todos os tipos de corrupção econômica e política, como suborno, peculato, nepotismo, tráfico de influência, conflitos de interesses, fraude contábil, fraude eleitoral, além de outros (Rose-Ackerman & Palifka, 2016).

A corrupção política e burocrática merece ênfase especial porque mina os objetivos de desenvolvimento e distribuição e conflita com os valores democráticos e republicanos (Rose-Ackerman & Palifka, 2016).

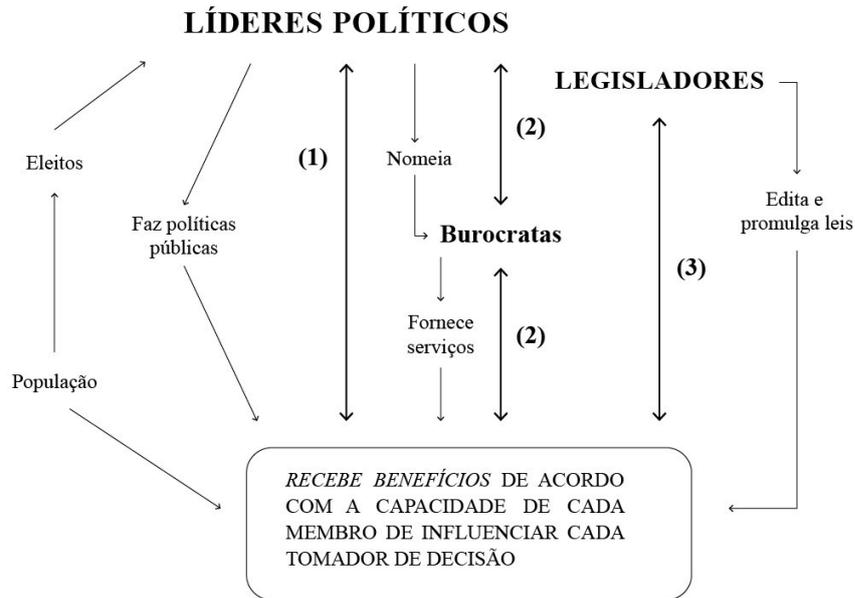
Jain (2001) estabelece três formas de decisões que são influenciadas pela corrupção em sociedades democráticas, conforme Figura 1. Elas ocorrem nos relacionamentos entre a sociedade, a elite política, administrativa e judicial:

a) a grande corrupção (1): envolve atos da elite política corrupta, influenciando as políticas nacionais ou a implementação dessas políticas, para servir seus próprios interesses com algum custo para a população.

b) corrupção burocrática (2): Diz respeito aos atos corruptos dos burocratas nomeados pela elite política. Em sua forma mais comum, também é chamada de pequena corrupção, quando a população é obrigada a subornar burocratas para receber um serviço a que têm direito ou para acelerar um procedimento burocrático.

c) corrupção legislativa (3) refere-se à maneira e até que ponto o comportamento eleitoral dos legisladores pode ser influenciado. Aqui, os legisladores podem ser subornados por grupos de interesse para promulgar legislação que pode alterar as rendas econômicas associadas.

Figura 1 - Relações corruptas em uma sociedade democrática



Fonte: Jain (2001)

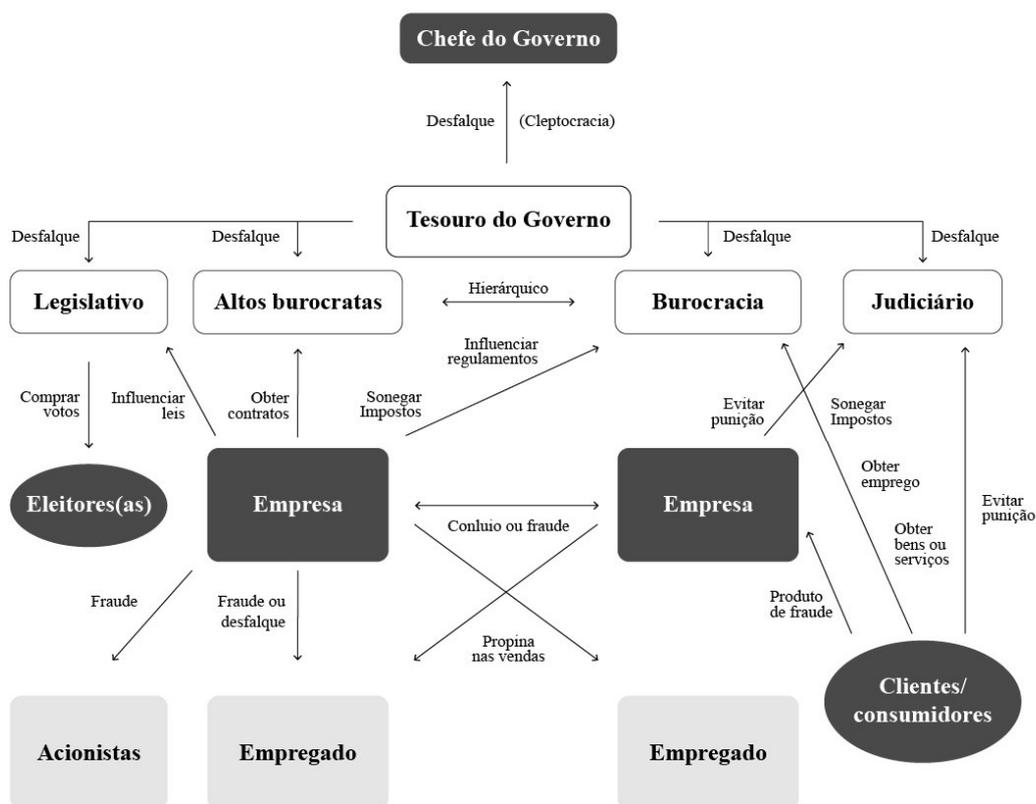
A corrupção não é um tipo de crime que possa ser cometido por um indivíduo isolado (Sarkar & Hasan, 2001). São comportamentos perpetrados pelas ações de vários funcionários das organizações, em vez de serem ações de um único indivíduo mal orientado (Ashforth & Anand, 2003). O fenômeno da corrupção possui características que tornam complexa a sua observação e medição (Sarkar & Hasan, 2001).

Para ajudar na identificação, Jain (2001) aborda as situações em que, caso violadas, caracterizam a sua ocorrência. A saber:

- a) se o processo de influenciar os tomadores de decisão representa um jogo competitivo jogado de acordo com regras que são conhecidas por todos os jogadores.
- b) se não há pagamentos secretos ou paralelos ao agente.
- c) se as partes interessadas e os agentes públicos são independentes uns dos outros no sentido de que nenhum grupo se beneficia da renda auferida pelo outro grupo.

Rose-Ackerman e Palifka (2016) expressaram a forma de interações possíveis, para identificar onde situam as relações corruptas e os respectivos tipos, conforme Figura 2.

Figura 2 – Interações possíveis na corrupção



Fonte: Rose-Ackerman e Palifka (2016)

O interesse da comunidade acadêmica sobre o fenômeno da corrupção foi tornando-se mais evidente à medida em que os países adotaram reformas de liberalização no contexto da abertura econômica e as adesões aos blocos econômicos. E, ainda, porque as evidências sugerem uma correlação negativa entre o nível de corrupção percebido em um país e a sua capacidade de se beneficiar das reformas de abertura comercial (Dasgupta & Ugur, 2011).

Na academia, as teorias que se dedicam à compreensão da corrupção situam-se, em sua maioria, no campo da economia institucional, como a teoria da escolha racional, dos incentivos, dos custos de transação, dos jogos, da escolha pública e do principal-agente (Oliveira Júnior, Costa, & Mendes, 2016).

Ashforth e Anand (2003) propõem três pilares, mutuamente reforçados e reciprocamente interdependentes, que contribuem para a normalização da corrupção em uma organização. Entende-se, aqui, normalização como o esforço em alterar a percepção dos indivíduos, incutindo em sua mente que estão executando meras atividades rotineiras lícitas:

O primeiro, a institucionalização: as práticas corruptas são adotadas de forma rotineira, sem pensamento consciente sobre sua propriedade;

O segundo, a racionalização: quando indivíduos que praticam atos corruptos utilizam normas socialmente construídas para legitimar seus atos; e

Por fim, a socialização: diz respeito ao processo que ensina os recém-chegados a executar e aceitar práticas corruptas.

Thompson (2018) apresenta os elementos que podem identificar quando a corrupção é institucional: na medida em que o ganho que um funcionário recebe é mais institucional do que pessoal. Quer dizer que a estrutura institucional é a maior beneficiária dos atos de corrupção, em comparação ao empregado; a vantagem que o funcionário oferece assume a forma de acesso. Acesso a serviços, a contratos e outros; e a conexão entre o ganho e a vantagem manifesta uma tendência a subverter os procedimentos institucionais legítimos.

Esse fenômeno sofre a influência de fatores históricos, sociais e culturais e manifesta-se de maneira sutil, envolvendo relacionamentos duradouros de confiança e de trocas entre atores em posições vantajosas (Gutterman, 2018). Uma vez estabelecida, a corrupção é praticada coletivamente e pode durar indefinidamente.

No cenário nacional a corrupção é prática recorrente há séculos, pelos costumes patrimonialistas e nas rotinas do sistema político e da Administração Pública (Gonçalves & Andrade, 2019).

Nesses ambientes corruptos há uma distinção entre particularismo e universalismo, pois um indivíduo desenvolve identidades sociais específicas para os domínios, grupos e papéis sociais que ele ocupa. Dada essa diversidade de domínios, as identidades sociais tendem a ser correspondentemente diversas. Essas questões procuram explicar como um indivíduo que é um pai amoroso, um vizinho atencioso e um religioso devoto é capaz de se envolver em atos de corrupção no ambiente corporativo (Ashforth & Anand, 2003).

Lehmann (2019) explica que as regras moldam o sistema social e servem como um elo entre o comportamento individual e os padrões sistêmicos em um processo interdependente, que envolve a interação entre o indivíduo e os grupos sociais. Por essas razões, os sistemas sociais funcionam de acordo com um pequeno número de regras orientadas para a ação e aceitas pelo sistema como um todo. Ainda de acordo com o autor, a existência e aceitação das regras nos vários níveis de qualquer sociedade em particular, significa que elas são dimensionadas e que os sistemas sociais são frequentemente marcados por um notável grau de estabilidade.

Como consequência, quando as práticas corruptas são institucionalizadas, o ímpeto e o aparato da corrupção são externos aos indivíduos. Tornando-se uma propriedade do

coletivo. Comportamentos corruptos institucionalizados podem permear várias subunidades e níveis em uma organização. Resultando em parte integrante das atividades cotidianas ao ponto que os indivíduos são incapazes de visualizar a inadequação de seus comportamentos (Ashforth & Anand, 2003). De acordo com a estrutura conceitual da Complexidade e da Dinâmica dos Sistemas Humanos, a corrupção, em vez de ser um problema em si, é a expressão de um padrão incoerente de condições sociais que levam à corrupção e a sustentam (Lehmann, 2019).

Quando as práticas corruptas produzem resultados positivos, são incluídas na memória organizacional, e provavelmente serão repetidas no futuro. Tornando a corrupção institucionalizada. Assim, comportamentos pessoais tornam-se normas impessoais, práticas emergentes tornam-se entendimentos tácitos e atos idiossincráticos tornam-se procedimentos compartilhados (Ashforth & Anand, 2003).

Nas situações em que há normalização da corrupção institucional no cenário político, Thompson (2018) mostra que são violados os princípios da ética legislativa. A saber: independência (decisão sobre o mérito das matérias debatidas), justiça (obediência às regras encartadas nos normativos) e prestação de contas (que sustenta a confiança da população). Nesse cenário, a corrupção institucional provoca uma perturbação no processo democrático, permitindo que alguns interesses obtenham influência no governo, sem serem submetidos aos procedimentos que respeitem esses três princípios.

Para Lehmann (2019), ambientes corruptos apresentam as seguintes características:

- a) estão presentes um grande número de elementos no ambiente desse sistema e posicionados de forma dispersa;
- b) esses elementos influenciam e são influenciados mutuamente;
- c) essas interações não são lineares, havendo elementos que possuem maior força de influência perante os demais;
- d) existem *loops de feedback* nas interações, com experiências passadas contribuindo para a produção de aprendizagem e melhoria dos processos futuros;
- e) há a capacidade em interagir com outros sistemas, não configurando, portanto, um circuito fechado;
- f) esses sistemas operam sem equilíbrio, com alguns elementos obtendo maiores retornos que os demais;
- g) têm uma história, com relacionamentos duradouros ao longo do tempo; e
- h) possuem elementos semiautônomos, sem a necessidade de coordenação direta.

Além disso, essas estruturas organizais corruptas, frequentemente, apresentam a forma descentralizada. Assim, quando um segmento da organização estiver respondendo por atos de corrupção, os demais setores estariam isolados e o corpo hierárquico superior não seria afetado (Ashforth & Anand, 2003).

Como se vê, os atos de corrupção ocorrem dentro do contexto de sistemas maiores. Configurando um subsistema de um sistema maior no qual ele interage. Essa proteção das atividades ilícitas no subsistema do que está acontecendo no sistema maior que cria uma divisão entre pessoas de dentro e de fora - aqueles que estão diretamente envolvidos na atividade corrupta e aqueles que não estão (Lehmann, 2019).

Uma forma de difundir e vestir de normalidade ações corruptas é decompor e rotinizar. Ao rotinizar as atividades corruptas, exclui-se a necessidade de decisão. Inibindo, assim, os processos cognitivos que poderiam desencadear pensamentos reflexivos. Dessa forma, uma vez que a corrupção esteja em andamento, é preciso um esforço mais consciente para interrompê-la do que manter o *status quo* (Ashforth & Anand, 2003).

Por sua vez, decompor atos corruptos em tarefas especializadas, designadas a indivíduos separados, torna esses indivíduos especialistas em seus trabalhos, dispersando essas tarefas por várias subunidades e procedimentos. Desse modo, os indivíduos podem executar suas tarefas sem saber como suas ações individuais, em conjunto com as ações dos outros, contribuem para a promulgação de uma prática corrupta, dificultando a compreensão e facilitando a negação de um quadro geral (Ashforth & Anand, 2003).

Nessas condições, estabelecer limites à autonomia individual restringe a interação entre as pessoas. Essas restrições, sejam formais ou informais, permitem que os atores poderosos influenciem atores menos poderosos, a fim de proteger práticas corruptas. Essa influência pode variar, de um discurso que minimiza casos de corrupção descobertos como casos pontuais e isolados, ou exercendo poder de mando sobre funcionários menos poderosos de uma organização para impedir que eles chamem atenção para a corrupção que eles conhecem (Lehmann, 2019).

Após a apresentação das definições, características e sua forma de manifestação, e considerando a peculiaridade social do fenômeno, por ser materializado em ações grupais (Ashforth & Anand, 2003) e não de um único indivíduo isolado (Sarkar & Hasan, 2001), passa-se à exposição dos aspectos atinentes às redes sociais, com ênfase em redes de corrupção e criminosas.

As técnicas de redes sociais têm sido usadas com sucesso no mapeamento e na identificação de atores-chave de redes criminosas (Ganor, 2017). Essas redes de corrupção

possuem atributos de persistência e o compartilhamento de padrões de comportamento, valores e normas sociais (Klašnja et al., 2016), além da interação entre atores com processos organizacionais e uma cultura social mais ampla (Azim & Kluvers, 2019). O engajamento desses atores nas redes sociais é distinto em grau e profundidade (Lopes Júnior, 2009).

Assim como outros tipos de redes sociais, elas são representadas por conjuntos de ligações entre atores. Dessa forma, suas ações e a hierarquia nas atividades desempenhadas por esses atores podem ser explicadas pelo seu posicionamento na rede (Hanneman & Riddle, 2005).

Acerca das propriedades de cooperação e da formação de alianças, Todeva e Knoke (2005) explicam que as redes de cooperação têm sido objeto de estudo em várias áreas de conhecimento e frequentemente mostram composições flexíveis, com certos atores tomando posições mais centrais e orquestrando o acesso a informações e recursos. De acordo com os autores, a análise de redes sociais ajuda na compreensão sobre os processos de formação de alianças em diversos níveis de análise.

Salienta-se que, sob a ótica da complexidade, as redes podem ser analisadas por três pontos: o ator (o indivíduo que compõe uma rede de relacionamentos), o elo (o tipo de relacionamento entre atores) e a rede propriamente dita (Todeva & Knoke, 2005).

Em redes sociais, uma maneira de identificar atores-chave em um grupo, é a análise dos *broker*. Um *broker* é o ator que intermedia o fluxo da rede (Everton, 2008). Desenvolvida por Gould e Fernandez (1989), nessa análise, existem cinco papéis formais, analíticos e intuitivamente distintos que o *broker* pode desempenhar, conforme seus relacionamentos e afiliações na rede. A saber: Coordenador, Corretor ou Consultor Itinerante (nessa classificação, os termos corretor e consultor itinerante são sinônimos), Representante, *Gatekeeper* e Ligação. Aqui, cabe esclarecer que, por serem considerados sinônimos, todas as menções sobre corretor, estão referindo-se, também, à classificação consultor itinerante.

A análise demonstra, ainda, se a ocupação de uma posição de *brokerage* é o produto de estrutura social subjacente (Coleman & Burt, 2000; Gould & Fernandez, 1989) e se presta à caracterização dos papéis desempenhados pelos atores nas relações entre grupos por meio de sua posição dentro de grupos. Sendo assim, esses papéis podem ajudar na compreensão das oportunidades e restrições no acesso aos recursos e outras trocas dos grupos (Hanneman & Riddle, 2005).

De acordo com a classificação de Gould e Fernandez (1989), os papéis de *broker* são responsáveis pelos seguintes tipos de mediação:

O papel de Coordenador, realiza a mediação entre membros pertencentes ao seu grupo. Trata-se de um *broker* interno;

Por sua vez, o papel de Corretor, cuida de mediar membros de determinado grupo distinto ao seu. O Corretor é um *broker* externo;

Quanto ao papel de Representante, cuida da intermediação entre dois grupos onde o mediador regula o fluxo de informações ou bens de seu grupo. Ele cuida da saída de recursos do seu grupo para os demais. Da mesma forma que o Coordenador, o Representante também é considerado um *broker* interno;

Acerca do papel de *Gatekeeper*, suas atividades são de mediação entre dois grupos onde o mediador regula o fluxo de informações ou bens para seu grupo. É o ator responsável pela entrada de recursos da rede para o grupo ao qual pertence. Também é um *broker* interno. Salienta-se que, quando a rede em análise é não direcionada, há sobreposição dos papéis de *Gatekeeper* e Representante; e

Por derradeiro, o papel de Ligação, que desempenha a mediação entre dois grupos distintos, em que o mediador não pertence a nenhum deles. Assim como o Corretor, o papel de Ligação também trata de um *broker* externo.

O cotejamento entre pontos de corte e *broker*, pode-se refinar ainda mais as atividades de inteligência e investigativas (Everton, 2008). Ainda de acordo com Gould e Fernandez (1989), os cinco tipos representam papéis sociais concretos que os atores desempenham nas redes.

Entende-se portanto que, da mesma forma que as redes políticas formais são estudadas sob a rubrica da teoria institucional, as redes criminosas como clãs, máfias e outras estruturas informais podem ser estudadas a partir da análise institucional (Helmke, Levitsky, & Galvan, 2004).

## 2.2 Teoria institucional

Instituições são modelos supraorganizacionais do comportamento social, pelos quais indivíduos e organizações produzem sua subsistência material e se organizam (Friedland & Alford, 1991). O termo instituição é frequentemente empregado às características da vida social que ultrapassam às gerações ou sobrevivem às mudanças sociais drásticas (Scott & Greer, 2018).

Crawford e Ostrom, (1995) definem uma instituição como uma regra, norma ou estratégia amplamente incluída que determina padrões de comportamentos em situações repetitivas. As instituições podem ser formalmente descritas na forma de uma lei, política ou procedimento, ou podem emergir informalmente como normas, práticas operacionais, padrões ou hábitos (Polski & Ostrom, 1999).

Por possuírem, frequentemente, elementos altamente abstratos e invisíveis no ambiente político (Polski & Ostrom, 1999), não há como analisar as instituições isoladamente. Elas devem ser entendidas em seus ambientes de relacionamentos, que são mutuamente dependentes, ainda que sejam contraditórios (Friedland & Alford, 1991). Para tanto, é necessário o desenvolvimento de uma concepção da sociedade como um sistema interinstitucional potencialmente contraditório. Uma teoria social adequada deve funcionar em três níveis de análise - indivíduos competindo e negociando; organizações em conflito e coordenação; e instituições em contradição e interdependência (Friedland & Alford, 1991). Nesse sentido, as instituições devem ser entendidas como simultaneamente materiais e simbólicas. Assim, para restaurar o significado na análise social de uma maneira que não seja exclusivamente subjetivista, funcionalista ou teleológica, a noção de contradição institucional passa a ser vital (Friedland & Alford, 1991).

Atualmente os estudos do campo institucional têm se dedicado cada vez mais à explicação dos fenômenos sociais (Trojbcz, 2016). Contudo, o neo-institucionalismo não é uma teoria unificada. O campo é composto por três escolas: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. (Hall & Taylor, 1996). Essas ramificações, em que pese terem sido consideradas rivais durante certo período.

O institucionalismo histórico, de acordo com Hall e Taylor (1996), foi desenvolvido em oposição ao pensamento estritamente comportamental, que esteve em voga entre os anos 60 e 70. E essa linha teórica tende a vincular instituições às organizações tradicionais e as suas normas ou convenções.

Essa linha teórica afirma que quando se trata de uma eventual mudança que o indivíduo possa adotar - escolha racional, maximizar os benefícios, equilíbrio de Nash, dentre outros - os atores institucionais resistem às mudanças radicais porque os elementos cognitivos que estruturam suas decisões já se encontram consolidados (Gibeau, Langley, Denis, & van Schendel, 2019). A teoria ainda dedica especial atenção à forma como o poder é distribuído de forma desigual entre os grupos sociais, resultando em acesso desproporcional aos processos de decisões (Scott & Thomas, 2017). Associando o privilégio de alguns grupos às heranças do passado e explicando o modo que esses trajetos históricos foram conduzidos (Hall & Taylor, 1996; Trojbciz, 2016).

O institucionalismo da escolha racional foi inspirado na percepção de paradoxos comportamentais das decisões do congresso dos Estados Unidos, por apresentarem padrões de estabilidade, apesar das divergências ideológicas dos congressistas. O intuito foi explicar a maneira pela qual as regras procedimentais e as escolhas das comissões do Congresso são estruturadas (Hall & Taylor, 1996). A justificativa viria da minimização dos custos de transação ligados aos acordos, proporcionando aos parlamentares benesses advindas de trocas e permitindo a estabilidade das leis (Hall & Taylor, 1996).

Ao longo dos anos 90, a linha teórica da escolha racional foi desenvolvida e ampliou-se o interesse na explicação de outros fenômenos políticos, como as coalizões entre países, o desenvolvimento histórico das instituições políticas e os conflitos étnicos (Hall & Taylor, 1996). Para Hall e Taylor (1996), a maioria dos estudos envolvendo o institucionalismo da escolha racional abrange o fator comportamental. Nele, os indivíduos apresentam determinado padrão de comportamentos, que são influenciados e influenciam as instituições. De acordo com os autores, esse comportamento visa inteiramente maximizar a satisfação de suas preferências individuais em detrimento à utilidade da coletividade. Citam, como exemplos clássicos, o dilema do prisioneiro e a tragédia dos bens comuns. Essa última localiza-se no centro dos estudos desenvolvidos por Ostrom (1990).

A ênfase no papel das trocas estratégicas nos contextos políticos também é temática recorrente nos estudos envolvendo o institucionalismo da escolha racional. Nesses estudos, as decisões dos atores são justificadas por questões estratégicas e suas expectativas quanto às ações dos demais atores, e não devido às questões de ordem histórica desprovidas de personificações. Nesse entendimento, a realização dos interesses dos atores é a justificativa para a criação ou mudança nas instituições, de forma a obter ganhos com a cooperação. Dessa forma, as estruturas institucionais são construídas para minimizar os custos de transação, de produção e de influência (Hall & Taylor, 1996).

Já a linha teórica do Neoinstitucionalismo Sociológico surgiu no seio das teorias organizacionais, juntamente com a contestação da dissociação entre o mundo social, o burocrata, e o universo que explica as ações como consequências de conjuntos de práticas culturais; e foi desenvolvida no final dos anos 70, paralelamente ao desenvolvimento da Ciência Política (Hall & Taylor, 1996). Sob essa ótica, é dada ênfase à permeabilidade das relações entre instituições e seus atores (Scharpf, 1997). Nesse pensamento, não existe um único fluxo que determine a condução das escolhas e das mudanças. Quando os atores agem de acordo as normas convencionais, eles se constituem como indivíduos sociais e perpetuam as convenções institucionalizadas que obedecem. Trata-se de uma visão que pressupõe a ideia de que as ações estão ligadas às interpretações dos atores (Gibeau et al., 2019; Thornton & Ocasio, 2008). Essa linha se destaca das demais dimensões pela forma como explica o surgimento, a consolidação e a modificação das instituições (Hall & Taylor, 1996).

Diferentemente da escola da escolha racional, em que pressupõe uma gama de atores ou de organizações buscando estritamente a maximização dos interesses materiais (Trojbciz, 2016), o ramo sociológico, por sua vez, descreve que os grupos de atores ou de organizações buscam expor suas identidades de acordo com as normas socialmente apropriadas. E que as mudanças institucionais surgem por razões de legitimidade social (Hall & Taylor, 1996). Explicando que as formas e práticas institucionais adotadas pelas organizações se dão pela legitimidade, uma lógica das conveniências sociais, em oposição à lógica instrumental (Hall & Taylor, 1996). Podendo, inclusive, ocorrer situações em que essas práticas sejam aparentemente contraditórias aos objetivos oficiais das organizações (Barac, Gammie, Howieson, & Van Standen, 2019).

Para Trojbciz (2016), historicamente, essas três linhas foram caracterizadas pela rivalidade. Contudo, cada uma dessas escolas revela aspectos importantes do comportamento humano. Em decorrência disso, em meados dos anos 2000, continua o autor, iniciou-se um movimento para reforçar o caráter complementar dessas três ramificações neoinstitucionalistas.

Após apresentação do panorama da Teoria Institucional e seus três ramos de estudo, a seção seguinte discorre sobre a *Institutional Analysis and Development* (IAD), que se trata de um mapa conceitual, desenvolvido por Elinor Ostrom, ao longo de sua carreira acadêmica.

### 2.2.1 *Institutional Analysis and Development (IAD)*

A *Institutional Analysis and Development (IAD)* é uma ferramenta desenvolvida para sintetizar as atividades de vários participantes, diretamente envolvidos em determinadas questões e que têm interesse nos resultados das políticas (Polski & Ostrom, 1999). A estrutura da IAD proporciona a compreensão das situações sociais complexas ao dividi-las em conjuntos gerenciáveis de atividades práticas (Ostrom, 2010).

Para Capelari, Araújo, e Calmon (2017), em que pese não ser novidade no Brasil, o modelo, que tem sido utilizado apenas em estudos no campo das políticas públicas ambientais, tem potencial ainda não explorado. Tornando-o atraente para estudos em distintas áreas, devido seu caráter interdisciplinar. O cenário de pesquisas nacionais só veio dar atenção às obras de Elinor Ostrom a partir de 2007 (Baiardi, 2011). Ainda assim, sem expressividade em áreas como economia, administração pública e ciência política (Capelari et al., 2017), áreas estas as quais a IAD foi desenvolvida e que proporcionaram à Elinor Ostrom e Oliver E. Williamson o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, em 2009 (Baiardi, 2011).

O modelo considera que as instituições delimitam a capacidade de mudança social. São, também, importantes precisamente porque são construções que estruturam informações e criam incentivos para comportamentos em situações específicas. É na interação com condições físicas e culturais que as instituições criam incentivos para o comportamento social. E esse comportamento gera padrões observáveis de interações que, por sua vez, produzem resultados. Portanto, o modelo proporciona a necessária forma sistemática de analisar os arranjos existentes, gerar e comparar alternativas (Polski & Ostrom, 1999).

A partir da refutação das lógicas que desacreditam o esforço coletivo, como o jogo do dilema do prisioneiro e a demasiada ênfase na ação dos *free rider*, Polski e Ostrom (1999) esclarecem que a ação coletiva acontece nas repetidas rodadas de jogos, quando os jogadores tendem a cooperar (Baiardi, 2011). Assim, a IAD permite identificar as vias que levam à ação coletiva, atingindo o ótimo social (Trojbcicz, 2016). Baiardi (2011) explica que, nessa abordagem, instituições são criadas para contornar situações de risco, e é visando a própria sobrevivência que os atores agem de forma cooperada e criam instituições para atenuar os problemas e evitam deserções.

Ostrom questionou a adoção do modelo da escolha racional, que considera aspectos estritamente mercadológicos em situações que assim não o são e que muito se distanciam dela, por desconsiderar os aspectos de recompensa e incentivos advindos da cooperação

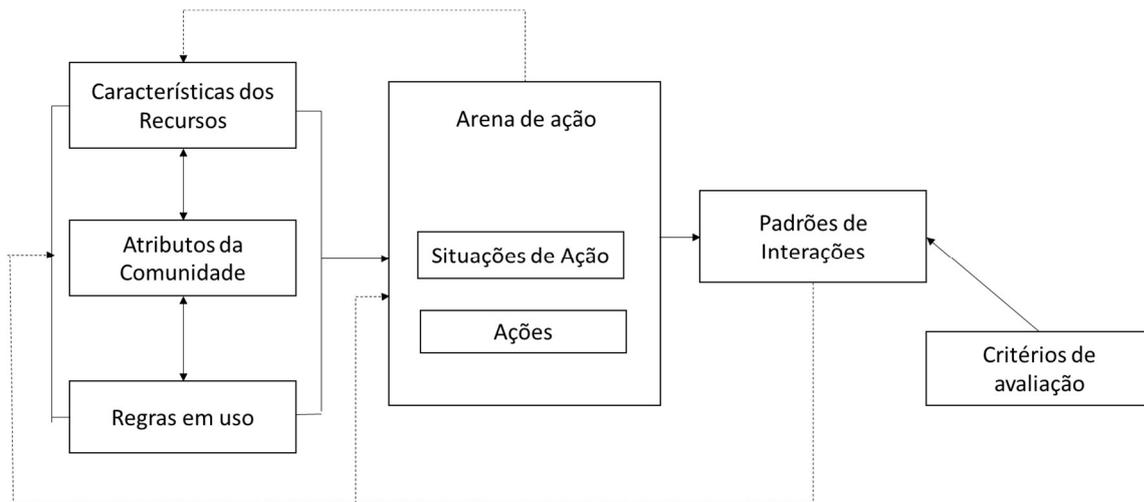
mútua (Capelari et al., 2017). O desenvolvimento do modelo IAD tem como principal preocupação questionar o modo como a apropriação de bens materiais e imateriais por uma minoria de atores podem prejudicar toda uma sociedade (Baiardi, 2011). A IAD, reconhecendo os limites inerentes à racionalidade dos atores, considera as estruturas microsituacionais, assim como os contextos mais amplos e sugere uma adesão aos pressupostos da racionalidade limitada, quando estão em voga contextos de ação coletiva (Capelari et al., 2017).

Para Ostrom, (1990), a chave para a explicação e conseqüentemente a governança de ações de cooperação está na identificação do papel das instituições. Por ser um modelo que proporciona o estudo de um conjunto geral de variáveis e relações e que dá resposta institucional e individualizada para o entendimento de determinados fenômenos sociais (Capelari et al., 2017), a IAD-Framework, tornou-se um marco de referência para os estudos de questões relacionadas aos bens públicos (Trojbiecz, 2014).

De acordo com Ostrom (2010), o modelo tradicional da escolha racional admite que os indivíduos possuem todas as informações necessárias para a tomada de decisão. Contudo, nas situações cotidianas, esse fato não acontece em sua perfeição, pois os indivíduos não acessam ou não utilizam todas as informações nas suas escolhas. Seja pelo elevado custo do seu levantamento, seja pelo volume excessivo ou pela complexidade das informações. Para a autora, esses seriam os pontos críticos da escolha racional.

Assim, o IAD tem como preocupação aproximar-se de um quadro conceitual próprio no âmbito da ação coletiva (Baiardi, 2011). Assim, o mapa conceitual IAD foi escolhido por viabilizar a análise das atividades de vários participantes envolvidos em determinadas questões e que têm interesse em seus resultados. Foi escolhido, também, por estruturar o relacionamento dos indivíduos e organizações com os eventos e os resultados das ações coletivas (Polski & Ostrom, 1999). Ostrom (2005) explica que o mapa conceitual é composto por modelos aninhados do espaço explicativo que os cientistas sociais podem utilizar para tentar entender e explicar a diversidade de padrões de comportamentos humanos.

Figura 3 – Mapa conceitual *Institutional Analysis and Development (IAD)*



Fonte: (Polski & Ostrom, 1999)

O IAD é composto por três segmentos. O primeiro segmento do mapa trata das variáveis exógenas à arena de ação, que são: característica dos recursos, dos atributos da comunidade e das regras em uso. Os recursos, que são considerados de uso comum (*common-pool resources*), são dotados de duas características: alta subtrabilidade - a utilização do bem por um indivíduo leva a subtração do uso pelos demais, e a necessidade de restrição dos caronas a fim de evitar o seu exaurimento (Ostrom, 2005; Trojbciz, 2016).

Nas descrições dos atributos da comunidade, são descritas as habilidades dos participantes. Ostrom (2005) explica que os resultados de muitas ações dependem do conhecimento e das habilidades dos atores. Dois jogadores experientes não jogarão igual aos iniciantes. Essas habilidades dos participantes também são afetadas pelas regras que estruturam uma ação. Indivíduos com alguns atributos, impostos ou adquiridos, como gênero, educação ou origem étnica podem ser impedidos de participar, ter flexibilidade nas regras, ou até mesmo facilitadores.

Na análise institucional, as regras usadas pelos participantes para ordenar seus relacionamentos abrangem três dimensões: as regras, as normas e as estratégias compartilhadas. Essas dimensões descrevem oportunidades e restrições compartilhadas que prescrevem, permitem ou orientam ações ou resultados para os participantes em uma situação de ação e que criam expectativas sobre o comportamento de outros atores (Ostrom, 2005).

O segundo segmento, a arena de ações, é considerada o coração da IAD, na qual os participantes enfrentam as situações, fazem estratégias e interagem com outros para

organizar e canalizar recursos em direção aos resultados favoráveis (Grossman, 2019). O seu balizamento é o primeiro passo na utilização da IAD (Trojbcicz, 2016). Uma arena de ação pode ser caracterizada utilizando sete grupos de variáveis: 1) participantes, que podem ser atores isolados ou atores corporativos; 2) posições; 3) resultados potenciais; 4) vínculos ação-resultado; 5) o controle que os participantes exercem; 6) tipos de informações geradas e 7) os custos e benefícios atribuídos às ações e resultados. Assim, uma arena de ação se refere ao espaço social em que atores com preferências diversas interagem, trocam bens e serviços, resolvem problemas, dominam uns aos outros ou brigam (Ostrom, 2005).

### 2.2.1 Lógicas Institucionais

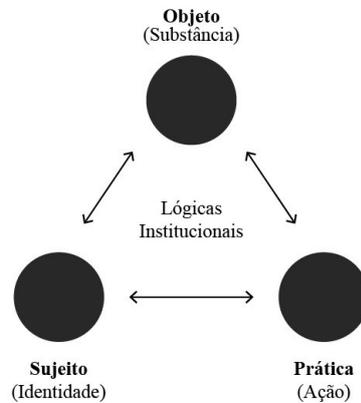
Para a adequada compreensão de uma sociedade, é necessário entender os três níveis que compõem as suas lógicas institucionais: a) indivíduos competindo e negociando; b) organizações em conflito e coordenação e c) instituições em contradição e interdependência (Friedland & Alford, 1991).

Esses três níveis são sobrepostos quando organizações e instituições especificam níveis progressivamente mais altos de restrição e oportunidade para ação individual (Thornton & Ocasio, 2008), de tal modo que, diferentemente de postular a homogeneidade e o isomorfismo nos campos organizacionais, como argumentam DiMaggio e Powell (1983), a abordagem da lógica institucional considera qualquer contexto como potencialmente influenciado por diferentes lógicas conflitantes, de diferentes setores da sociedade, distanciando-se do isomorfismo (Thornton & Ocasio, 2008).

Friedland, Mohr, Roose e Gardinali (2014), explicam que as lógicas institucionais são fundadas nas substâncias institucionais e não somente pela vontade ou razão de sujeitos, nem apenas pela disponibilidade material de objetos. Essas substâncias institucionais não são os valores *per se*, mas sim os objetos institucionais reproduzidos e valorizados pela sua prática. Tem-se, portanto, na visão dos autores, que as lógicas institucionais são fundadas na tríade: Sujeitos, Objetos e Práticas, conforme Figura 4.

Em que pese uma substância institucional somente poder ser conhecida por meio de suas instâncias materiais, ela não se reduz a essa materialidade. Elas são razões não observáveis e que só podem ser fenomenalizadas por meio das práticas. Essas práticas institucionais são a face visível e a fonte de sua identidade ao longo do tempo. São nessas práticas reiteradas que se fundamentam as lógicas institucionais. Deve-se acreditar ou agir como se ‘isso’ existisse, como se um conjunto de práticas o produzisse ou acessasse, é como se determinado conjunto de objetos constituísse uma situação em que ‘isso’ fosse possível. Por fim, a lógica institucional depende da conjunção da convenção material e da nomenclatura linguística (Friedland et al., 2014).

Figura 4 - Lógica Institucional:  
Articulações de Dualidade Ligando a Troika de Objeto-Prática-Sujeito



Fonte: (Friedland et al., 2014)

Esses segmentos institucionais fundamentais primeiramente classificados foram: o mercado capitalista, o Estado burocrático, a democracia, o núcleo familiar e a religião cristã. Cada um com suas próprias lógicas distintas (Alford & Friedland, 1985). Mais tarde, Thornton e Ocasio (2008) classificaram seis setores: mercados, corporações, profissões, estados, famílias e religiões.

A análise institucional é não-determinística, pois não há classificação a priori em nenhuma ordem institucional com os princípios de organização que a acompanham e suas lógicas de ação. Essa análise fornece aos pesquisadores uma compreensão dos fundamentos institucionais das categorias de conhecimento (Thornton & Ocasio, 2008).

Assim, suportado nesse entendimento, as principais construções de análise da organização, como eficiência, racionalidade, participação e valores, não são neutras. São, ao contrário, moduladas pelas lógicas dos sistemas interinstitucionais (Scharpf, 1997), às quais proporcionam sentido às atividades organizacionais e auxiliam na compreensão dos papéis que desempenham no ambiente social (Silva & Crubellate, 2019). Autores como Gibeau, Langley, Denis, e van Schendel (2019) e Thornton & Ocasio (2008), sugerem que a suposição central da abordagem da lógica institucional esteja situada nos interesses, identidades, valores e premissas das lógicas predominantes dos indivíduos e organizações.

Como cautela, Friedland e Alford (1991) orientam que, para aplicar a meta-teoria das lógicas institucionais, é fundamental que o nível de análise em que a institucionalização ocorra esteja claramente especificado, seja em nível societário, seja em outros níveis. Alguns

autores chamam a atenção para a necessidade de estudos multinível. Thornton e Ocasio (2008) propõem os cinco princípios que fundamentam e que proporcionam o desenvolvimento e refinamento da meta-teoria: *embedded agency*; a sociedade como sistema interinstitucional; os fundamentos materiais e culturais das instituições; instituições em vários níveis; e contingência histórica. Conforme detalhado a seguir:

a) *Embedded Agency*: caracteriza-se pelo modo que os atores lidam com eventos e problemas. Preconizando que os atores, ainda que sejam dotados de certa racionalidade e capacidade de reflexão, esta racionalidade será sempre fundamentada em uma lógica prévia (Aquino & Azevedo, 2018);

b) A sociedade como sistema interinstitucional: Visualizar a sociedade como um sistema interinstitucional permite explicar fontes de heterogeneidade e agência a partir das contradições entre as lógicas das diferentes ordens institucionais (Smets, Jarzabkowski, Burke, & Spee, 2015);

c) Fundamentos materiais e culturais das instituições: a interação entre as forças materiais e culturais é que promove o desenvolvimento das instituições (Thornton & Ocasio, 2008);

c) Instituições em vários níveis: permite uma gama ampla de aparatos de focos de pesquisa e no desenvolvimento teórico. Como o uso da análise do histórico de eventos, métodos interpretativos, triangulação e tipos ideais (Thornton & Ocasio, 2008); e

b) Contingência histórica: o objetivo desse princípio é examinar se tais teorias são específicas de determinado período histórico e aos ambientes culturais (Daniel, 2019; Thornton, 2004).

As lógicas também podem ser estudadas como método de análise. Thornton e Ocasio (2008) dão o exemplo da análise de conteúdo das publicações para identificar os termos-chave importantes para determinados grupos de atores e as respectivas ordens institucionais corporativas e depois medir a frequência de vocabulários associados às ordens institucionais, para sinalizar o início e a decadência das alternativas lógicas institucionais.

Os autores ainda explicam que a robustez dos estudos fundamentais da perspectiva da lógica institucional está na triangulação de tipos de dados e métodos de análise, como também na dependência dos aspectos qualitativos e métodos quantitativos. Um método que integra abordagens é o uso de tipos ideais na análise das lógicas institucionais.

O trabalho sobre lógicas institucionais é intrinsecamente de nível cruzado, destacando a interação entre indivíduos, organizações e instituições (Scharpf, 1997).

As ações individuais e organizacionais são formadas pelas lógicas e a lógica é constituída por elementos cognitivos - suposições, valores e crenças - e práticas que os sustentam (Gibeau et al., 2019). Atores pertencentes a grupos sociais possuem uma identidade coletiva. São conectados cognitivamente, normativa e emocionalmente. A identificação com o coletivo é equivalente à identificação com a lógica institucional predominante nesse grupo social. (Thornton & Ocasio, 2008). Quando os atores entendem as lógicas institucionais predominantes e as reproduzem, ganham vantagem na competição por poder e status (Smets et al., 2015).

Contudo, as lógicas institucionais não são racionalidades baseadas na vontade individual, que dependem de uma busca subjetiva de um valor. Em última instância, independente das formas práticas e de suas consequências. Ao contrário, as lógicas institucionais dependem de uma busca subjetiva de um valor que só é conhecível e acionável por meio de formas práticas envolvendo palavras, objetos e corpos nos quais esse valor é imanente. Nas lógicas institucionais, pessoa, prática e valor estão atrelados (Friedland et al., 2014).

Identificar a associação dos diferentes níveis de poder e status com as lógicas institucionais predominantes contribui para o entendimento das fontes de poder, seu significado e consequências (Scharpf, 1997; Thornton & Ocasio, 2008). Alguns autores consideram que as lógicas institucionais moldam e criam as regras do jogo. Outros as consideram as próprias regras (Smets et al., 2015). Em carreiras profissionais, para alcançar o sucesso, os atores sociais precisam cumprir as regras como a linguagem e os símbolos servem para reproduzir a estrutura formal, já os padrões de promoção são paralelos à estrutura patrimonial, reproduzindo as estruturas informais de status e as hierarquias de poder (Daniel, 2019; Thornton & Ocasio, 2008).

Quando em uma análise longitudinal, é necessário ter em mente que as lógicas institucionais não são estáticas nem ocupam o mesmo grau de importância (Smets et al., 2015). Elas situam-se em diferentes níveis de centralidade e hierarquia, mudando de importância ao longo do tempo (Barac et al., 2019). E a manutenção da harmonia entre essas diferentes lógicas apresenta alto nível de dificuldade (Ramus, T., Vaccaro, A., & Brusoni, 2017).

Thornton & Ocasio (2008) relacionam quatro mecanismos de mudança das lógicas institucionais: empreendedores institucionais, sobreposição estrutural, sequenciamento de eventos e lógicas concorrentes.

Os empreendedores institucionais desempenham um papel crítico nas mudanças e podem surgir tanto de ambientes centrais, como periféricos. Já as mudanças advindas da sobreposição estrutural ocorrem quando atores sociais de culturas distintas são forçados a se associar, desencadeando uma mudança na lógica institucional (Gibeau et al., 2019), criando contradição nas organizações e nos campos organizacionais (Barac et al., 2019), gerando oportunidades para a mudança (Thornton & Ocasio, 2008).

Por sua vez, as lógicas concorrentes não são mecanismos de mudança *per se*, mas uma combinação dos efeitos das pressões do mercado, dos atores institucionais poderosos e das mudanças na prevalência relativa das lógicas institucionais no nível social. Geralmente são antecedentes ou consequências da mudança. Ademais, os efeitos incluem pressões de seleção ambiental, contestação política e movimentos sociais (Thornton & Ocasio, 2008).

As lógicas concorrentes são uma temática de valor significativo na compreensão de como os atores podem gerenciar a coexistência dessas lógicas. Evitando que enfraqueçam uma à outra. Para que, assim, possam melhorar conjuntamente. Sabe-se pouco sobre como elas podem coexistir positivamente (Smets et al., 2015). Comparar ou contrastar contextos profissionais e ocupacionais diversos pode revelar a ecologia das lógicas institucionais concorrentes do sistema interinstitucional (Thornton & Ocasio, 2008).

Pesquisas apontam uma ampla diversidade tanto nas lógicas que se pode encontrar nos ambientes organizacionais, como nas abordagens de estudo. Silva & Crubellate (2019) identificaram no ambiente de redes das cooperativas de crédito as lógicas institucionais estatal, comunitária, social, de desenvolvimento, bancária, agrícola e comercial. Daniel (2019), em estudo sobre as lógicas da inovação no setor público, identificou quatro lógicas: a lógica gerencial tradicional, a lógica gerencial atenuada, a lógica gerencial fragmentada e a lógica gerencial incorporada.

Gibeau et al. (2019), desenvolveram uma tipologia para refletir a maneira como líderes desempenham em conjunto seus papéis e a maneira como combinam as lógicas institucionais em seus discursos. Os resultados sugeriram a presença de separação, submissão ou cooptação, que apenas uma lógica prevaleceu nas díades dominantes – dominantes, e que a lógica profissional, no entanto, mostrou-se apenas marginal (Gibeau et al., 2019).

Instituições são potencialmente contraditórias. As relações institucionais da sociedade são transformadas pelos indivíduos e organizações explorando essas contradições (Friedland & Alford, 1991). Quanto mais diversa e complexa for a estrutura ambiental de relacionamentos, maior será a probabilidade de experimentação da complexidade

institucional. Caracterizando, portanto, essa diversidade de lógicas, conflitantes ou não, a origem da complexidade institucional. (Greenwood, Raynard, Kodeih, Micelotta, & Lounsbury, 2011).

### 2.2.2 Complexidade institucional

A complexidade institucional trata da maneira como as organizações respondem às múltiplas lógicas institucionais, nas quais os conjuntos de elementos cognitivos e práticas coexistem em um único contexto (Gibeau et al., 2019). Smets et al. (2015), identificaram três mecanismos, segmentação, ponte e demarcação, que permitem aos indivíduos gerenciar lógicas concorrentes e sua mudança no grau de relevância nas atividades cotidianas.

Na presença de várias lógicas, o resultado das decisões dependerá da distribuição de poder dentro da organização. Pois as respostas organizacionais à complexidade institucional são afetadas pela sua dependência aos atores institucionais importantes (Greenwood, Díaz, Li, & Lorente, 2010).

Esse entendimento foi reforçado pelo estudo empírico de Silva e Crubellate (2019), que mostrou que os atores centrais e com mais relacionamentos tendem a impor seus interesses nas respostas à complexidade institucional. E, considerando as organizações como atores em rede, a manutenção do *status quo* e mudanças que não afetem os elementos cognitivos e estruturais é a resposta dos atores centrais. Já os atores periféricos respondem com mudanças radicais na busca de uma melhor posição na rede (Silva & Crubellate, 2019).

As tensões advindas da coexistência de lógicas conflitantes podem se resolver com o tempo e a complexidade institucional ser inconscientemente sustentada pelas práticas do trabalho cotidiano que são tomadas como confiáveis (Smets et al., 2015). Assim, conforme explicado no início do tópico, a coexistência de múltiplas lógicas caracteriza a complexidade institucional.

Esses sistemas complexos são definidos como sistemas que exibem comportamentos emergentes e auto-organizados não triviais. As ciências da complexidade têm como questão central explicar como esse comportamento auto-organizado emergente ocorre (Mitchell, 2009). Por sua vez, a complexidade institucional trata de uma realidade de governança para analisar a estrutura, o processo, a evolução e os resultados dos sistemas adaptativos complexos (Lubell, 2013).

Essas relações institucionais complexas podem ser estudadas com o apoio da ecologia dos jogos, pois participar de uma instituição é equivalente a jogar um jogo (Lubell, 2013). Jogar de acordo com as regras de determinado jogo, pode violar as regras de outro. Resultando em perda de legitimidade com um público à medida que as expectativas de outro são atendidas (Smets et al., 2015).

### 2.3 Ecologia dos jogos

Um jogo é uma arena de competição e cooperação estruturados por um conjunto de regras e premissas sobre como e quando agir para realizar determinados objetivos. Já uma ecologia de jogos é um complexo sistema de ações composta por dois ou mais jogos distintos, porém interdependentes (Dutton, 2006).

O termo ecologia de jogos foi cunhado nos anos 50 por Norton Long, no campo da Ciência Política e Administração Pública (Dutton et al., 2012). Long (1958) explica que os gestores públicos se veem confrontados em suas responsabilidades cotidianas, devido às muitas posições sociais que ocupam. Desempenhar esses papéis variados traz uma série de obrigações que vão além das preocupações com problemas da população, como encontrar um cônjuge, investir no mercado financeiro, cuidar da segurança da família, entre outros. Esses interesses são coextensivos e se sobrepõem aos objetivos e interesses da comunidade. Estendendo esse processo a todos os líderes, surgirá uma rede de interesses e ambições inter-relacionados e complexos. Sendo assim, de acordo com Long (1958), uma comunidade poderia ser utilmente conceituada como uma ecologia de jogos.

O autor ainda explica a interdependência de jogos diversos em um território: bancos, imprensa, contratação, fabricação etc. Mostra que os jogos dão estruturas, objetivos, papéis, estratégias, táticas e públicos aos jogadores. E que os jogadores de cada jogo usam jogadores dos outros jogos para seus propósitos particulares. Exemplifica com a situação em que um banqueiro utiliza um ator político, um jornalista ou um contratado em seu jogo. Por sua vez, ele é usado pelos demais atores nos jogos deles. Nesse contexto, a interação desses jogos produz resultados não intencionais, mas sistemicamente funcionais (Long, 1958).

Cornwell, Curry, e Schwirian (2003), baseados no estudo de Long, examinaram a construção do estádio Paul Brown em Cincinnati, Ohio, nos anos 90. Utilizando a abordagem de redes em três modos, elaboraram as conexões entre os atores, os jogos em que eles estavam envolvidos e os problemas relacionados ao estádio que cada ator esteve envolvido.

Foi utilizada uma escala multidimensional e medidas baseadas em rede para mapear a estrutura da ecologia dos jogos. Por fim, concluíram que um tratamento relacional da ecologia dos jogos pode ajudar a entender a estrutura e o processo dos assuntos da comunidade.

O trabalho de Lubell (2013), também baseado no estudo de Norton Long (1958), realizou uma adaptação do conceito em uma estrutura teórico-empírica para analisar a complexidade institucional, aprofundou os estudos sobre ecologia dos jogos e desenvolveu um modelo empiricamente testável sobre o entendimento de como diferentes tipos de arranjos institucionais estão ligados aos resultados e aos efeitos das políticas. O estudo envolveu hipóteses sobre a estrutura e função dos sistemas que envolvem a interdependência de várias políticas, os processos que influenciam o comportamento individual e a mudança institucional.

Esse tipo de adaptação não é novidade no campo organizacional. Abordagens ecológicas têm sido utilizadas no campo da sociologia das organizações como variantes de novas perspectivas institucionalistas e também são aplicadas nas ciências políticas, como em estudos das comunidades locais, setores de políticas e grupos de interesse (Dutton et al., 2012).

A ideia de Ecologia dos Jogos enfatiza a complexidade do conflito social e político nos processos de tomada de decisões aninhados - tanto públicos como privados, que possuem relacionamentos e interdependências sociais e técnicas complexas (Dutton et al., 2012). No que se refere ao desenho de pesquisa, determinar os limites de uma ecologia específica de jogos exige uma boa compreensão do domínio das políticas que estão sendo estudadas. Pois os limites, na ecologia dos jogos, assim como os limites de qualquer ecologia específica, serão necessariamente confusos. Havendo a necessidade de pressupor a existência de processos multiníveis (Cash et al., 2006).

A combinação de análises estruturais da Ecologia dos Jogos com um exame dos desempenhos individuais dos eventos, fornece aos estudos a chance de melhor compreender as condições institucionais contextuais que podem facilitar a resiliência organizacional em sequências de eventos (Berardo, Olivier, & Lavers, 2015).

Em uma comunidade, o planejamento raramente é um processo racional guiado por um único ator social. Contrariamente, todas as ações conjuntas é que compõem a trama do tecido político de uma população. Assim, as decisões políticas que envolvem recursos públicos resultam de um aglomerado de ações de múltiplos atores operando

independentemente e em conjunto uns com os outros através das instituições que formam (Meyerson & Banfield, 1955).

Uma explicação semelhante também é apresentada por Long (1958). Para o autor, o comportamento de determinados atores sociais não surge de uma racionalidade isolada, desincorporada, mas, ao contrário, o comportamento emerge de uma atividade social organizada, que tem objetivos, normas, estratégias e papéis que dão ao próprio campo a base para a racionalidade. O jogo estrutura a situação.

Essa perspectiva tem sido usada para entender as relações entre indivíduos e sistemas sociais mais complexos (Virkar, 2015). Ao considerar que as decisões tomadas pelos atores não originam exclusivamente de pressupostos racionais, esse entendimento extrapola as fronteiras teóricas da escolha racional (Ostrom, 2005), mesclando-a com as contribuições dos pressupostos teóricos tanto neoinstitucionalistas históricos como o neoinstitucionalistas sociológicos citados nos tópicos anteriores.

Lubell, Henry, e McCoy (2010) explicam que o ponto principal da perspectiva da ecologia dos jogos é que as instituições não podem ser entendidas isoladamente de todos os outros processos de planejamento. Ou seja, os resultados reais de um jogo compõem uma ecologia mais abrangente de jogos (Dutton, 2006). As decisões - movimentos ou ações - realizados em um jogo podem afetar tanto os resultados como as regras de outros jogos (Tsebelis, 1990). Lubell et al. (2010), pesquisando sobre instituições colaborativas, citam como exemplo o resultado de um programa local de construção de estradas, que sofre a influência de outros planos de transporte existentes dos governos regionais. Esses conjuntos de jogos afetarão outros projetos de infraestrutura na região.

Dessa forma, a Ecologia dos Jogos foca na maneira pela qual os diferentes tipos de instituições estruturam os padrões gerais de coordenação, colaboração e conflito entre os atores envolvidos em os jogos situados em determinada arena (Dutton, 2006). Pesquisadores apontam que, trabalhada conjuntamente com a teoria de redes sociais, proporciona um amplo entendimento das arenas, pois a maioria dos jogos não apenas envolvem um conjunto de instituições complexas, mas também quais instituições e atores específicos são centrais no sistema complexo, têm mais influência na coordenação geral (Lubell et al., 2014).

Por adotar uma perspectiva sistêmica, evidencia a maneira como várias instituições coexistem com muitos outros tipos de instituições, incluindo os processos de colaboração, normativos e regulatórios, de comando e de controle (Lubell et al., 2014). Ademais, além das questões institucionais, fatores estruturais também podem ser associados ao

comportamento dos atores, através da forma pela qual eles ajudam a definir os objetivos ou regras de jogos específicos (Dutton, 2006).

A análise de uma EoG é fundamentada em quatro seções principais: as questões (problemáticas), os atores envolvidos, os jogos e as arenas (Lubell et al., 2010).

Os atores envolvidos: atores influentes conectam ou criam grupos para atender às suas demandas, construindo alianças perenes ou temporárias dentro e fora da vida pública (Cornwell et al., 2003). Contudo, em que pese a existência de elites ou de líderes poderosos, Long (1958) argumentou que os assuntos de determinada comunidade, ou arena, não são conduzidos unicamente por esses grupos ou líderes.

Dessa forma, uma ampla gama de atores influentes são conectados entre si em uma rede de interesses variados, de trocas e competições, que os envolve de forma intermitente e a sincronização desses esforços é difícil de ser coordenada (Cornwell et al., 2003).

Jogadores podem prever uma série de estratégias abertas dos outros atores ou organizações, se souberem quais papéis esses atores desempenham nos jogos mais centrais para eles (Dutton, 2006). Contudo, as ações desses outros jogadores podem se mostrar supostamente irracionais, aos olhos de um observador. Nessas situações, é provável que esse observador não conheça as regras e os contextos dos outros jogos nos quais esses atores também estão envolvidos (Alemán & Tsebelis, 2016).

Os movimentos dos jogadores em um jogo podem ser restringidos por seus movimentos dentro de outros jogos (Tsebelis, 1990). Assim, observações mais ampliadas podem ajudar a revelar a dinâmica das escolhas técnicas, sociais e políticas que moldam a articulação e os interesses estratégicos dos grupos (Dutton, 2006).

Acerca dos jogos, cada arena possui seus jogos específicos. Contudo, tipos semelhantes de jogos podem se repetir em ambientes sociais semelhantes (Virkar, 2015). Alguns jogos já foram identificados pela teoria. Contudo, não se trata de um rol exaustivo. A saber:

1) O Jogo político: é tipicamente guiado pelo objetivo de aprovar agendas partidárias, garantindo legislação favorável e vencendo campanhas e eleições (Dutton, 1992);

2) O jogo de desenvolvimento urbano: é aquele em que políticos costumam se envolver, juntamente com empresários locais. Geralmente é um jogo realizado sob o disfarce da política (Cornwell et al., 2003);

3) O jogo da competição de negócios: este é um jogo bastante amplo e envolve muitos outros jogos aninhados, disputados pelos respectivos empresários. Este jogo se manifesta na competição entre as empresas por mercados (Cornwell et al., 2003);

4) O jogo territorial: constantemente, os atores competem por uma parcela do território, seja pela propriedade ou por alguma outra forma de controle sobre ela. A competição por uma porção do território torna-se intensa na medida em que esse território ganha valor. O resultado de uma batalha territorial pelo controle da propriedade possui horizonte temporal mais longo. Podendo envolver ameaças e contra ameaças das partes interessadas. Os incidentes de disputa territorial podem ser considerados aninhados em uma competição contínua por terras valiosas (Cornwell et al., 2003).

5) O jogo orçamentário: no centro deste jogo está a questão ‘quem vai pagar e como?’ O jogo orçamentário é especialmente complicado para os políticos, pois envolve o equilíbrio das necessidades externas e internas com os recursos fornecidos pela população. Exigindo que as necessidades e recursos sejam minuciosamente examinados. Envolve, ainda, propor soluções e defendê-las em meio ao ceticismo e controvérsia (Cornwell et al., 2003).

Em que pese os jogos variarem em relação ao ambiente e ao período (Virkar, 2015), existem atributos-chave que estão presentes na maioria dos jogos, que são: os objetivos, os prêmios, as regras e os jogadores (Dutton, 1992). O conjunto de objetivos pode não coincidir para todos os jogadores. Da mesma forma, o conjunto de prêmios, que podem variar desde lucro a reconhecimento, também não se mantêm os mesmos entre os jogadores. Por sua vez, as regras conduzem os movimentos dos jogadores. Essas regras não necessariamente são públicas ou justas. Podem mudar com o tempo e independem da aceitação por todos os jogadores. Por fim, o conjunto de jogadores, que interagem competindo ou cooperando com outros na busca dos seus objetivos (Virkar, 2015).

Acerca das arenas, no estudo de Long (1958), as comunidades locais foram caracterizadas como o território dos jogos. Contudo, as arenas em que os jogos são disputados também podem ser: uma casa, um local, uma empresa, departamentos do governo, organizações não governamentais, regiões ou nações (Dutton, 2006). Lubell et al. (2016) consideram que as arenas são os locais onde os atores atuam para promover suas agendas, defender suas posições ou simplesmente coletar informações sobre as ações dos outros atores em relação a determinado tópico de interesse (Lubell et al., 2016).

Quanto à estrutura, a Ecologia dos Jogos (EoG) combina a escola da escolha racional com aspectos da análise de redes sociais, articulando questões sobre como os custos de transação, o capital social e dilemas de ação coletiva moldam as redes e os resultados das redes nos sistemas de governança policêntrica (Scott & Greer, 2018).

No que se refere à Teoria dos Jogos e a Ecologia dos Jogos, Lubell et al. (2014), explicam que a EoG faz uso de alguns pressupostos da teoria dos jogos. Contudo, vai mais

adiante. Considerando, em sua análise, não apenas um único tipo de jogo com regras, jogadores definidos, vencedores e perdedores. Na EoG, a todo momento jogadores entram e saem das arenas e as regras podem ser modificadas em qualquer instante (Tsebelis, 1990).

Stevens (2008) conceitua a Teoria dos Jogos como o estudo da tomada de decisão estratégica e interativa entre indivíduos racionais. Para o autor, em todas as situações em que a tomada de decisão de uma pessoa afeta outras pessoas, elas estão jogando. Significa que parte das vidas dos indivíduos são gastas navegando em um mar de jogos.

Alguns autores, como Dutton (2006), consideram que a ecologia dos jogos se distancia da teoria dos jogos, considerando essa mais rígida e precisa, enquanto aquela é dotada de aspectos mais qualitativos. Já outros autores, como Cornwell et al. (2003), mostram sua viabilidade na aplicação em estudos quantitativos, aproximando a Teoria dos Jogos à Ecologia dos Jogos. Lubell et al. (2010), também associam a Teoria dos Jogos à Ecologia dos Jogos, classificando o fenômeno que Tsebelis (1990) nomeou de *Nested Games*, como uma Ecologia de Jogos.

Adicionalmente, para Dutton et al. (2012), a Teoria dos Jogos deixa de retratar facetas importantes da realidade. Ele explica que a interação entre múltiplos atores heterogêneos, com diferentes percepções, orientações de ação e recursos, quando envolvidos simultaneamente em jogos múltiplos e interdependentes, tornam-se não apenas matematicamente muito difíceis de lidar, mas também empiricamente desafiador para representar.

## 2.4 Síntese Teórica

Assim como o Neoinstitucionalismo, a Ecologia dos Jogos também considera, nas interações sociais, que o comportamento dos atores é circunscrito pelas organizações e instituições às quais eles estão vinculados. Logo, os resultados dependem, também, da variedade de atores e grupos envolvidos direta e indiretamente com o jogo. Nessas condições, o resultado de uma ação não depende apenas de uma única entidade, mas da interação entre diferentes grupos de atores no processo e da natureza das relações entre eles (Virkar, 2015).

Dessa forma, as lacunas no planejamento e na execução de determinada ação podem ser visualizadas com a ajuda da ecologia dos jogos. Como expressões de diferenças decorrentes da interação entre os movimentos e estratégias de atores - muitas vezes conflitantes, que são determinados pelas percepções dos jogadores e representados no contexto de circunstâncias definidas (Dutton et al., 2012).

Por estas razões, entende-se que os aspectos da ecologia dos jogos podem contribuir com o modelo IAD. Incluindo a diversidade de jogos e de interesses dos atores envolvidos, os seus movimentos na arena, a diferenciação entre a movimentação dos atores centrais e dos periféricos e o impacto causado pelas ações de alguns grupos nos resultados de outros grupos.

Por sua vez, o conceito de regras dos jogos, consideradas a partir das lógicas institucionais (North, 1990), não são distintas das 'Regras em Uso' do modelo original de Ostrom. Contudo, há o incremento da forma de aplicação dessas regras (Grossman, 2019).

Considerando, também, que os prêmios dos jogos podem variar desde lucro a reconhecimento, e que não se mantêm os mesmos entre os tipos de jogadores (Virkar, 2015), a Ecologia dos Jogos pode, portanto, explicar a cooperação entre atores e grupos com objetivos diversos. As categorias dominantes de resultados: sucesso, falha parcial e falha total, nas quais os jogos podem ser avaliados (Virkar, 2015), complementados pelas descrições dos padrões de interações, que, no modelo adaptado, são os resultados dos jogos.

Quanto à utilização de um modelo não pertencente à seara de estudos sobre corrupção, evidencia-se que a escolha do IAD se deu devido a sua flexibilidade, não estabelecendo, a priori, quem são os agentes nem quais atividades desempenhadas por cada um deles.

Também foi considerada na escolha, a característica cíclica da sua análise. Nela, cada ciclo ou recorrência de fases, resulta em conhecimentos adicionais ou uma melhor compreensão das atividades dos grupos, bem como os modelos cíclicos e pendulares serem mais flexíveis, adaptáveis (Smith, 2001).

Portanto, em que pese haver outros modelos de análise desenvolvidos especificamente para o estudo da corrupção, como o modelo desenvolvido por Rose-Ackerman (2016) ou por Jain (2001), entende-se que o IAD mostra-se mais apropriado, proporcionando uma análise mais abrangente, quando comparado com os demais modelos citados.

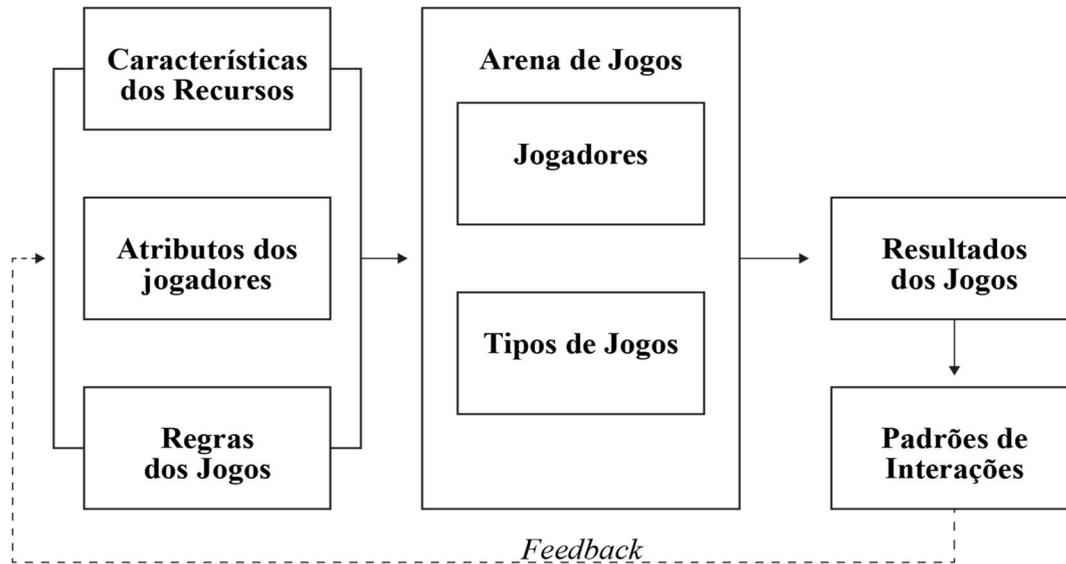
Assim, partindo dos modelos IAD desenvolvidos por Polski e Ostrom (1999) e por Ostrom (2010), adicionou-se aspectos da Ecologia dos Jogos para a sua aplicação na presente pesquisa, conforme Figura 5.

No modelo adaptado, as regras dos jogos são as praticas costumeiras exercidas nas redes de corrupção.

Lehmann (2019) identificou nos sistemas permeados por práticas corruptas institucionalizadas quatro regras, a saber: (1) ceder ao poder, tanto ceder ao poder econômico, quanto ao poder das organizações criminosas locais; (2) o imediatismo, em contraste ao planejamento de longo prazo; (3) construir alianças. Em sociedades com rígidas estruturas econômicas, sociais e políticas, a construção de alianças contribui para que as pessoas obtenham o que precisam de uma maneira menos dificultosa; e (4) "lembre-se de quem você é". Nessa regra, a posição de cada membro na sociedade é reforçada pelo que ele faz, onde trabalha, onde mora etc.

Por sua vez, Lessig (2013) identificou no campo político a regra da dependência. Nessas situações, a corrupção ocorre quando os indivíduos dependem do apoio de pessoas que não sejam aquelas a quem devem lealdade exclusiva: a sociedade. Sob essa regra, um relacionamento é comprometido quando os membros do parlamento se tornam dependentes de uma minoria de apoiadores que contribuem para suas campanhas. Violando o princípio da igualdade. No entendimento do autor, essa regra deriva de ambientes democráticos. É pressuposto de uma democracia, que todos os cidadãos sejam ouvidos na mesma medida.

Figura 5 - Modelo IAD adaptado



Fonte: adaptado de Polski & Ostrom (1999) e Ostrom (2010)

No capítulo a seguir, é apresentada a metodologia da pesquisa, com a descrição do seu universo, população, coleta de dados, unidade de análise e etapas do estudo. Com o detalhamento e justificativas das decisões adotadas no decorrer do estudo.

### **3 MÉTODOLOGIA**

Busca-se neste capítulo explicar detalhadamente da metodologia da pesquisa, como coleta dos dados, análise das informações, decisões adotadas, suas respectivas justificativas e embasamentos.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa e sua população**

O universo do estudo é a operação lava jato. O critério de escolha se deu por ser considerada a maior investigação nacional sobre crimes de corrupção (MPF, n.d.) e a segunda maior do mundo (Transparency International, n.d.-a). Que trouxe ao conhecimento público uma gama de redes de corrupção envolvendo autoridades políticas, empresários, agentes financeiros, servidores públicos e partidos políticos (Bastos et al., 2016; Gonçalves & Andrade, 2019; MPF, n.d.; Transparency International, n.d.-a).

Quando à abordagem, o presente estudo possui uma abordagem mista, que é composta pela união das abordagens quantitativas e qualitativas. A abordagem qualitativa é justificada por ter como objetivo uma descrição detalhada do fenômeno (Flick, 2013). Já a quantitativa se deu no mapeamento das redes sociais.

Acerca do tipo, o estudo classifica-se, no tipo descritivo, pois tem como objetivo a descrição de uma determinada situação, estado ou processo (Flick, 2013); é de natureza empírica; tem recorte transversal, pois captou o fenômeno em momento único (Flick, 2013); utilizou o método documental, pois sua fonte de coleta de dados foi a documentação contida em processos judiciais (Marconi & Lakatos, 2003).

O objeto de estudo foi o fenômeno da corrupção, manifestado em redes mapeadas a partir dos depoimentos judiciais.

Utilizou-se a análise de conteúdo, seguindo o balizamento de Bardin (1977), que se deu do geral para o particular. Foram seguidos, também, os protocolos de Deslandes, Neto, Gomes e Minayo (1994), a saber:

a) estabelecer a unidade de registro, que aqui foi o segmento de texto; a unidade de contexto, que foram as situações relatadas; os trechos significativos, que foram os excertos em que o depoente se referiu aos procedimentos de execução das atividades corruptas e seus respectivos partícipes. Esse último corresponde às explicações sobre o 'como se faz' e 'com

quem se faz’; por fim, as categorias classificadas *ex ante*, que são: políticos, empresários, agentes financeiros e servidores públicos.

b) identificar as subcategorias, que corresponderam a ‘quem faz o que’.

c) entender as estruturas organizacionais, a partir dos depoimentos das quatro categorias identificadas *ex ante*. Por meio desses depoimentos, foi montada a estrutura e construído o entendimento do conteúdo subjacente ao que foi manifesto nos depoimentos, para descrever as características do fenômeno analisado.

### 3.2 Coleta de dados

A pesquisa utilizou dados secundários, que foram extraídos das peças de processos judiciais oriundos da operação lava jato, disponíveis na imprensa. Inicialmente, foi feita a solicitação de informações aos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal. Contudo, essa tentativa restou frustrada. Pois os órgãos negaram o fornecimento dos depoimentos, alegando ser o material sigiloso.

Após as negativas dos órgãos, foram feitas buscas dos depoimentos disponibilizados pela imprensa, em suas páginas da internet. Para tanto, os documentos tinham que atender aos critérios: compor peças processuais vinculadas às investigações da Operação Lava Jato e possuir caráter delação.

Esse universo de documentos de análise foi estabelecido *a priori*. A escolha pelo corpus de análise visou a cobertura mais completa possível da manifestação do fenômeno (Bardin, 1977). Decidiu-se, portanto, analisar depoimentos realizados por atores das quatro categorias: agente financeiro, burocrata, político e empresário (Gonçalves & Andrade, 2019).

Foi possível reunir, ao todo, 249 depoimentos prestados pelos quatro delatores, resultando em 1.052 páginas processuais analisadas amiúde, 418 atores envolvidos e mais de 250 casos de corrupção. Ressalta-se que, devido à incompletude dos documentos acessados, em situações em que não havia a devida qualificação de um determinado sujeito mencionado pelo delator, foram realizadas buscas adicionais na *internet*, com o nome completo ou alcunha do ator citado, com vistas a complementar os dados como filiação, atividade profissional exercida, entre outras informações porventura necessárias à compreensão das tarefas por ele exercidas na rede de corrupção. Para exemplificar, em

alguns depoimentos, indivíduos são mencionados pelo apelido e em outras pelo primeiro nome, ou não há menção sobre sua atividade oficial, se político, empresário ou agente financeiro. Portanto, foi necessário um esforço adicional nas buscas, a fim de complementar a qualificação com informações necessárias ao desenvolvimento do estudo.

### **3.3 Modelo Utilizado e Etapas do Estudo**

O objetivo desta terceira subseção é apresentar o modelo utilizado, explicando as fases da pesquisa em ordem de execução e detalhando cada uma delas, seguindo a orientação de Crawford e Ostrom (1995), Ostrom (1990, 2000, 2005, 2010) e Polski e Ostrom (1999).

Adotou-se como modelo o mapa conceitual *Institutional Analysis and Development* (IAD) adaptado, escolhido por viabilizar a análise das ações coletivas em situações cíclicas ou em espiral. Para tanto, foi conduzido um estudo de diagnóstico de fluxo semi reverso, descrevendo, inicialmente, (1) a arena de ação, com os tipos de atores identificados nas ações, seguida dos (2) recursos envolvidos, atributos dos atores e suas regras compartilhadas e, por fim, a identificação dos (3) padrões de interações (Ostrom, 2010). Conforme demonstrado na Figura 6 encartada adiante.

Para Grossman (2019), o IAD-*framework* apresenta aplicabilidade em uma ampla gama de estudos empíricos. De acordo com Ostrom (2005) o IAD é positivo, não normativo e pode abranger qualquer interação socioeconômica-cultural. A autora ainda explica que essa estrutura é uma maneira sistemática de começar a análise das questões analíticas complexas.

O estudo foi realizado em três etapas, conforme Figura 6. Assim, de posse dos depoimentos, passou-se a sua leitura, na intenção de identificar os atores, suas vinculações e as questões nas quais estão envolvidos. As relações simbólicas dos sujeitos - aqui nomeados de jogadores -, como também as estruturas nas quais eles estão envolvidos, surgiram dos tipos de respostas proferidas em seus depoimentos. Visto que o jogador, em seu ambiente de convívio social, escolhe desempenhar determinados papéis por ele escolhidos (Bardin, 1977). Seja essa escolha fruto da vontade própria, seja por imposição de uma vontade maior, grupal. Ressalta-se que, embora os depoimentos relatem acontecimentos e opiniões pessoais, essas vivências possuem sua base nos ingredientes do grupo em que o sujeito vive e nas condições em que elas ocorrem (Minayo, 2012).

(1) a primeira etapa da pesquisa, de acordo com o modelo IAD adaptado (Figura 6), visou descrever a arena dos jogos. Consistiu de estudo quantitativo e qualitativo, na intenção de analisar a arena, com a identificação dos jogos e dos tipos de jogadores envolvidos em cada jogo. Para tanto, foram analisados os depoimentos de quatro delatores arrolados nas investigações. Sendo um delator de cada categoria, a saber: agente financeiro, burocrata, político e representante de empresa (Gonçalves & Andrade, 2019).

Dos depoimentos, resultaram nove matrizes relacionais. A partir dessas matrizes, as redes de relacionamentos foram mapeadas. Nesta primeira etapa, foi utilizada a análise de redes sociais e a ecologia dos jogos. Os jogos foram identificados a partir dos objetivos de cada ator, conforme especifica Cornwell et al. (2003).

Acerca das redes dos jogadores, foram criadas e analisadas com o auxílio dos *softwares UCINET, NETDRAW e GEPHI*, para mensurar, mapear as relações e para a elaboração dos mapas gráficos das redes. Extraíu-se dos textos as medidas de redes. Utilizando cálculos matemáticos para mensuração das centralidades e *brokerage*, conforme detalhamento adiante. Caracterizando, portanto, a análise quantitativa desta etapa do estudo.

Dessa forma, foram contabilizadas as frequências dos laços diáticos, no intuito de aferir a força das relações estabelecidas e as conexões diretas e indiretas entre os atores. Seguiu-se o procedimento realizado por Diviák, Dijkstra e Snijders (2019), que extraíram dos textos, por eles analisados, as declarações sobre as conexões entre quaisquer um dos atores mencionados.

Nessas redes de corrupção, os nós correspondem às pessoas citadas pelos delatores e os laços são os vínculos de atividades conjuntas entre esses indivíduos citados e os demais atores das redes. Nesse momento, a intenção foi analisar as características dessas redes, identificando possíveis conjuntos coesos ou a existência de subgrupos hierarquicamente posicionados e quais indivíduos conectam os subgrupos dessas redes (Pal & Spence, 2020).

A análise mostrou-se útil para entender os comportamentos e processos por meio da ligação entre os atores. Ainda, serviu para identificar os papéis desempenhados pelos jogadores, conforme a classificação dos *Broker* de Gould e Fernandez (1989), explicada no referencial teórico desta pesquisa.

Ainda quanto à essa fase, inicialmente utilizou-se medidas de (i) grau de centralidade, (ii) centralidade de intermediação e (iii) centralidade geodésica, para cada relação identificada (Emirbayer & Goodwin, 1994).

Salienta-se, contudo, que as centralidades de *Closeness* foram descartadas do estudo, por apresentarem resultados muito aproximados, com inócuas diferenciações entre os atores. Dessa forma, de acordo com Hanneman e Riddle (2005), por ser baseada na soma das distâncias geodésicas de cada ator a todos os outros, em redes maiores e mais complexas, essa medida costuma causar resultados enganosos, pois as medidas de distância entre atores podem ser bastante semelhantes em magnitude.

Por sua vez, (i) o Grau de Centralidade mede o número de contatos diretos que um dos atores se conecta com os outros atores da rede (Bonacich, 1987). Essa medida foi escolhida por demonstrar a posição dos jogadores na arena.

Já (ii) a Centralidade de Intermediação (*Betweenness*), está associada ao relacionamento que um jogador da rede tem com os demais. Kim, Hong e Suh (2012), descrevem-na como sendo a quantidade que um ator da rede precisa de outro para alcançar seu destino. Na explicação de Müller-Prothmann (2009), ela estabelece a importância que um membro da rede desempenha como um propulsor do fluxo de informações, tendo ele o potencial de controle frente às relações indiretas de outros membros. Esse potencial de controle estabelece que um valor alto de *betweness* possa disseminar ou reter informações para os outros membros da rede que dependem dele para terem acesso à informação (Hanneman & Riddle, 2005).

Por fim, (iii) a medida de Centralidade Geodésica, que mostra o poder que determinado ator detém, através dos seus contatos com os outros atores. Quanto mais elevada a medida da Centralidade Geodésica, mais poder o ator terá, através dos seus contatos com os outros atores da rede (Wasserman & Faust, 1995).

Para além das medidas de centralidades, considerando que a pesquisa trata do estudo sobre as *Dark Networks* (Diviák, 2018; Everton, 2008; Karhunen, Kosonen, McCarthy, & Puffer, 2018), foram também mensurados os Pontos de Corte e os Blocos de Fluxo das redes, pois essa análise conjunta proporciona a identificação de possíveis oportunidades na obtenção de eficiência nos bloqueios de fluxos na rede (Everton, 2008). O que significa a identificação dos atores que, caso sejam capturados, provocariam maior dano à rede, contribuindo para desestruturá-la.

Os Pontos de Corte são esses atores, cuja remoção desconecta uma rede ou parte dela: os componentes da rede (Duijn & Klerks, 2014). Como dito, em redes criminosas, essa análise mostra significativa importância. Pois, a partir dela, pode-se priorizar a captura de atores específicos (Everton, 2008), como os *big fish* (Duijn & Klerks, 2014).

Considera-se importante explicar a diferença entre divisão dos grupos em facções e a divisão dos grupos por blocos componentes da rede. Enquanto naquela não há indivíduos que pertençam a mais de uma facção, demonstrando os grupos de forma mais fechada possível, como sub redes separadas pelo critério de semelhanças; nestas, há uma divisão de acordo com o trânsito do fluxo na rede. Havendo separação de acordo com esse trânsito. Existindo, portanto, indivíduos figurando em mais de um grupo. Em tais situações, esses atores enviam informações/recursos para vários outros grupos (Everton, 2008; Hanneman & Riddle, 2005; Lazega & Higgins, 2014).

Seguindo o estudo, após a mensuração das medidas de centralidades, divisões dos grupos por facções e identificação dos atores pontos de corte e dos blocos da rede, foram realizados os cálculos para análise dos *broker*, de acordo com a classificação de Gould e Fernandez (1989). Para tanto, utilizou-se o *software Ucinet*, que mensurou a frequência em que cada ator exerceu os papéis de coordenador, corretor (também nomeado como consultor itinerante pela teoria), representante, *gatekeeper* e de ligação.

Quanto aos cálculos, cumpre salientar que, em redes com maiores dimensões, Hanneman e Riddle (2005) orientam a realização de um comparativo entre a frequência calculada e a frequência identificada em escolhas aleatórias. Essa segunda etapa de cálculos matemáticos é oportuna para certificar de que os valores inicialmente identificados são o produto real da frequência em que cada ator desempenhou os papéis de *broker*, ou se trata de uma mera escolha ao acaso. Assim, as informações trazidas na presente pesquisa, quanto à análise dos *broker*, representam os percentuais de frequência em que cada ator desempenhou os papéis de *broker* em quantidades superiores a uma escolha aleatória.

Após detalhamento das ações adotadas para a análise das redes, passa-se ao relato metodológico da análise qualitativa do estudo.

Registra-se que, juntamente com a elaboração das redes relacionais, foram extraídos dos depoimentos, os trechos contendo as unidades de contexto, conforme protocolo de Deslandes, Neto, Gomes e Minayo (1994). Esses trechos corresponderam aos excertos em que o depoente se referiu aos procedimentos de execução das atividades corruptas e os seus

respectivos partícipes. Assim, com essa análise qualitativa, foi possível identificar os tipos de jogos realizados na arena e quais categorias de jogadores envolvidos em cada jogo.

(2) a segunda etapa do estudo, conforme modelo IAD adaptado (Figura 6), consistiu de análise puramente qualitativa, que permitiu a categorização sistemática e objetiva dos depoimentos (Marconi & Lakatos, 2003). Nesta fase, utilizando como suporte teórico a literatura atinente ao campo da teoria institucional e publicações acadêmicas sobre corrupção e crime organizado, foram identificados os insumos da arena, que são: (i) os recursos que cada tipo de jogador dispõe, (ii) os atributos desses jogadores e (iii) as regras dos jogos.

A partir dessa análise, foram identificados e classificados os subconjuntos dos insumos, visando o entendimento das semelhanças e diferenciações, para possibilitar comparações. A categorização a partir das leituras horizontais, viabilizou uma leitura transversal das informações contidas nos depoimentos de cada jogador. Estes procedimentos seguiram as orientações estabelecidas por Minayo (2012).

Cumprir lembrar que, no modelo IAD, os recursos transacionados fomentam as ações na arena. Em sua forma original, esses recursos tratados por Ostrom (2010) são considerados de uso comum (*common-pool resources*). Eles são dotados das características de alta subtrabilidade – quando a utilização do bem por um indivíduo leva a subtração do uso pelos demais; e também da necessidade de restrição dos caronas, a fim de evitar o seu exaurimento (Ostrom, 2005). Por sua vez, os recursos analisados na arena de jogos da presente pesquisa são os recursos inerentes a cada jogador, dada a sua condição na rede corrupta, os leva para arena e utiliza em suas jogadas. Salienta-se, ainda, que a identificação desses recursos emergiu a partir da análise dos depoimentos.

No que diz respeito aos atributos dos jogadores, pontua-se que são subdivisões das categorias de análise que classificaram os tipos de jogadores. Desse modo, os atributos são as subcategorias. Eles foram divididos a partir do cotejamento entre a atividade social que os jogadores desempenham nas redes de corrupção, em suas atividades formais, a posição hierárquica que ocupa nessas atividades e a respectiva remuneração na atividade corrupta.

Quando às regras dos jogos, para Ostrom (2010), não representam apenas as regras formais das organizações, elas determinam o que se deve fazer, os comportamentos proibidos e são aprendidas na prática. Inclusive, podem até ser contrárias às normas contidas em documentos formais. A autora ainda afirma que a identificação das regras em uso é uma etapa necessária à análise institucional.

(3) Por fim, na terceira etapa do estudo. Com suporte teórico da Teoria Institucional e da Ecologia dos Jogos, foram identificados e descritos os resultados dos jogos e definidos os padrões de interações e barganhas entre os atores, conforme Figura 6. As informações classificadas nos subconjuntos das fases anteriores, a saber: tipos de jogadores, jogos, recursos transacionados, atributos dos jogadores e regras dos jogos; passaram por uma nova leitura, para que fossem identificadas as reiteraões e destaques proferidos pelos depoentes, conforme estabelece Minayo (2012).

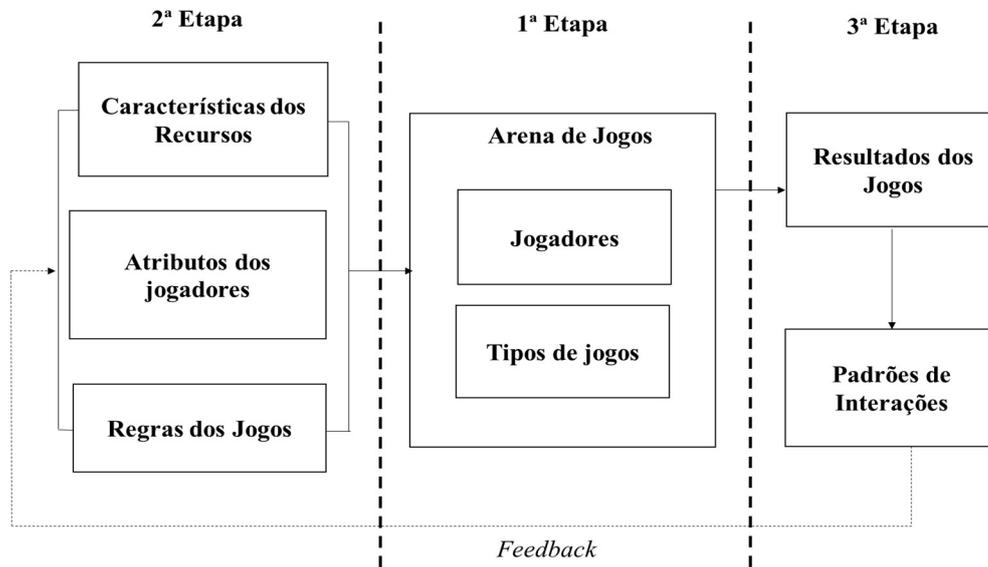
Após o final de um jogo, os resultados podem ser: fracasso, quando resultam na saída do jogador; ou sucesso, quando proporcionam sua entrada em jogos subsequentes ou a manutenção dos jogadores na próxima rodada do mesmo jogo. Considerando tratar-se de uma ecologia de jogos, o resultado de um jogo altera as regras e a estrutura do próximo jogo (Tsebelis, 1990).

Ademais, essa característica é originada da condição cíclica ou em espiral do fenômeno (Rodríguez, 2014), em virtude dos atributos de persistência, em que atos de corrupção em um dado momento influencia a manutenção dessas ações em momentos posteriores (Klašnja et al., 2016).

Quanto às barganhas, postula-se que elas dizem respeito às concessões dos indivíduos visando um benefício (Riker, 1967). No cenário político, a barganha remete aos esforços realizados para a manutenção no poder (Graton, Bonacim, & Sakurai, 2020).

Essa nova análise visou identificar as lógicas internas dos atores, do seu grupo e da arena (Minayo, 2012). A partir desses pontos, repetidos e enfatizados, foram identificados e descritos os resultados dos jogos e, após, os padrões de interações e barganhas.

Figura 6 - Modelo IAD adaptado



Fonte: adaptado de Polski & Ostrom (1999) e Ostrom (2010)

Após o detalhamento dos procedimentos metodológicos, com o modelo utilizado, as etapas e escolhas adotadas durante a execução da pesquisa, passa-se para a próxima seção, com a apresentação dos resultados e suas respectivas análises.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

Este capítulo se presta à apresentação dos resultados obtidos e sua análise. Para tanto, foram revisitados os elementos que compuseram o arcabouço metodológico, e que contribuiu para tornar esse estudo em uma pesquisa acadêmica. Desse modo, o capítulo está estruturado conforme as etapas da pesquisa, que seguem a ordem do modelo IAD adaptado (Figura 6). Possui, portanto, as seguintes subseções:

Na primeira subseção, a arena de jogos. Com a análise dos papéis dos atores nas redes individualizadas do agente financeiro, do burocrata, do político e do empresário. Em seguida, a descrição e análise dos jogos e dos tipos de jogadores envolvidos em cada um deles.

Já na segunda subseção, são trazidas as características dos recursos que cada tipo de ator leva para a arena, os atributos desses jogadores e as regras dos jogos.

Na terceira e última subseção, os resultados dos jogos, com a influência desses resultados nos demais jogos, quando for o caso. Finalizando o capítulo, são explicados os padrões de interações identificados nos 249 depoimentos analisados e as barganhas.

Nessas condições, após a obtenção dos depoimentos, passou-se a identificar os atores, suas vinculações e a classificação em categorias, visando a aplicação do modelo proposto. Como dito, esta primeira etapa do estudo consistiu na identificação e mapeamento da arena dos jogos. De acordo com Ostrom (2010), a arena se presta a analisar, prever e explicar o comportamento dos atores dentro dos arranjos institucionais. Nela estão as ações – os jogos - e os respectivos jogadores envolvidos. Para a autora, uma ação é caracterizada pelos seguintes grupos de variáveis: os participantes, suas posições, os resultados, os vínculos ação-resultado, o controle que os participantes exercem, as informações e os custos e benefícios atribuídos aos resultados.

#### **4.1 Análise dos Papéis dos Atores nas Redes de Corrupção**

Neste tópico são apresentadas as redes dos quatro delatores. Especificamente, descreve-se as redes relacionando os atores com maiores e menores pontuações. São trazidos, também, os mapas das redes separadas em quatro grupos. São demonstrados, ainda, os pontos de corte de cada uma das quatro redes. Esses pontos de cortes recebem importância, dada a característica do fenômeno, que se manifesta na forma de *dark network*. Por fim, foram analisados os papéis de cada categoria de atores envolvidos nessas redes.

#### 4.1.1 A Rede do Agente Financeiro

A primeira categoria analisada foi a de Agente financeiro, o ator pesquisado foi denominado de AF4. A escolha foi feita por ter sido esse ator o primeiro a realizar delação premiada (Gonçalves & Andrade, 2019).

Em análise de redes sociais, a localização estrutural de um ator em uma estrutura tem significativas implicações perceptivas, atitudinais e comportamentais, impactando em suas crenças, normas e comportamentos (Everton, 2008). Para tanto, foram mensuradas as medidas de centralidade usualmente utilizadas em estudos, quais sejam: *Degree*, *Betweenness*, *Eigenvector*.

Descrição da rede: sua rede é composta por 202 atores, que possuem 1.222 laços de relacionamento e grau médio de 6.050. Dos três atores que apresentaram maior grau de centralidade, um é burocrata e os outros dois são políticos. Por sua vez, dos três atores com menor pontuação, um é agente financeiro, outro é político e o último é empresário.

Acerca da centralidade de intermediação, definida como o número de vezes que um ator  $k$  é procurado pelo ator  $i$ , para chegar ao ator  $j$ , considerando o caminho mais curto (Borgatti, 2005), dos três atores que apresentaram maior centralidade de intermediação, o primeiro é, também, burocrata, seguido de um agente financeiro e depois um político. Já os três atores com menores pontuações, um é político, seguido por um agente financeiro e um empresário.

Na terceira medida de centralidade, *eigenvector*, os três atores que apresentaram maior pontuação foram, primeiro um burocrata, seguido por um político e um empresário. Por sua vez, dos atores com menor pontuação, os três são empresários.

Para além das medidas de centralidade, serão agora apresentados e analisados os aspectos dos grupos da rede. Para tanto, foi realizada a divisão desses grupos por semelhanças de características. Ressalta-se que, juntamente com o mapa da rede, essa divisão é realizada com o auxílio de *softwares* de análises de redes sociais, a partir de algoritmos e modelos matemáticos. Conforme explicado no capítulo de métodos, foram utilizados os seguintes *softwares*: *Ucinet*, *Netdraw* e *Ghephi*.

Em uma divisão por facções, a rede é subdividida em grupos nos quais os integrantes de uma mesma facção possuem o mínimo de ligações possíveis com membros de outras

facções. E, diferentemente de outras subdivisões de redes, nas facções não há sobreposição de atores. Não havendo, portanto, atores pertencentes a mais de um subgrupo (Lazega & Higgins, 2014).

Assim, em uma divisão grupal por facções, é utilizado um algoritmo visando a identificação do arranjo ideal de atores em conjuntos, maximizando a semelhança com o tipo ideal de cada grupo. Medindo, ainda, quão bem os dados de cada ator se encaixam nesse tipo ideal (Hanneman & Riddle, 2005).

A rede do ator AF4 foi dividida em quatro facções. O modelo apresentou uma proporção final de acertos de 0,7564. Essa medida diz que, em um universo perfeito, onde não haveria relações ausentes em cada facção, a proporção seria de 1,000 o que equivale a uma rede isolada.

No quadro 1 constam as densidades das quatro facções, com o número de relações que estão presentes em cada facção, como proporções de todos os relacionamentos possíveis (Hanneman & Riddle, 2005). A matriz de adjacência das facções mostrou a existência de alta densidade fora da diagonal principal. Quanto menor a densidade fora da diagonal, melhor é o ajuste, representando a adequação dos subgrupos. A Figura 6 apresenta o mapa da rede particionada em quatro facções.

Quadro 1 – Densidades das Facções na Rede do Agente Financeiro

	Vermelha	Azul	Rosa	Verde
Vermelha	0.004	0.001	-	0.003
Azul	0.000	0.002	-	0.001
Rosa	0.000	-	0.006	0.004
Verde	0.003	0.002	0.004	0.078

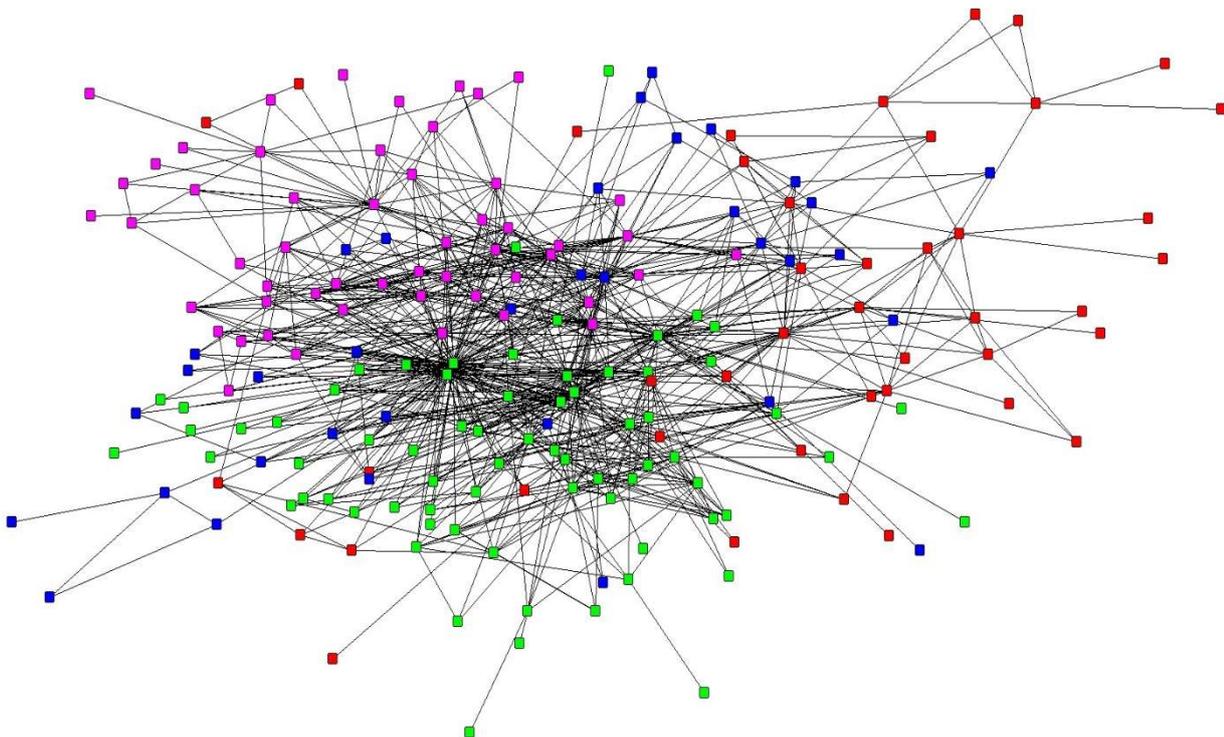
Fonte: elaboração própria

Na Figura 6 consta o mapa da rede particionada em quatro facções. A facção verde apresentou maior quantidade de integrantes na região central do mapa, indicando sua predominância central e possível controle maior do fluxo total da rede. Mas percebe-se, também, que cada uma das 4 facções domina uma região periférica do mapa. A vermelha, a região direita superior. Já a rosa, a região esquerda superior. Quanto à azul, a região esquerda inferior, e é a facção que possui mais membros localizados em outras regiões. Por fim, a verde. Que domina a região inferior direita e, como dito, possui mais membros localizados na região central.

Percebe-se, ainda na Figura 6, que todos os 4 grupos possuem alguns membros posicionados na região central. Esses indivíduos são os responsáveis pelo transporte do fluxo da rede, da zona central para a respectiva periferia dominada pela facção à qual pertence. Possuem, também, membros situados nas regiões dominadas pelas outras facções.

Essas duas características mais evidentes sugerem que todos os grupos, em que pese dominarem cada um, uma região periférica específica, possuem tanto membros centrais, que levam parte do fluxo da rede para o seu grupo; como membros posicionados em zonas dominadas pelas outras facções, conduzindo fluxo das outras facções para a sua. Sugerindo uma bom transito de recursos e comunicação mútua entre as 4 facções.

Figura 6 - Rede do Agente Financeiro Dividida em 4 Facções



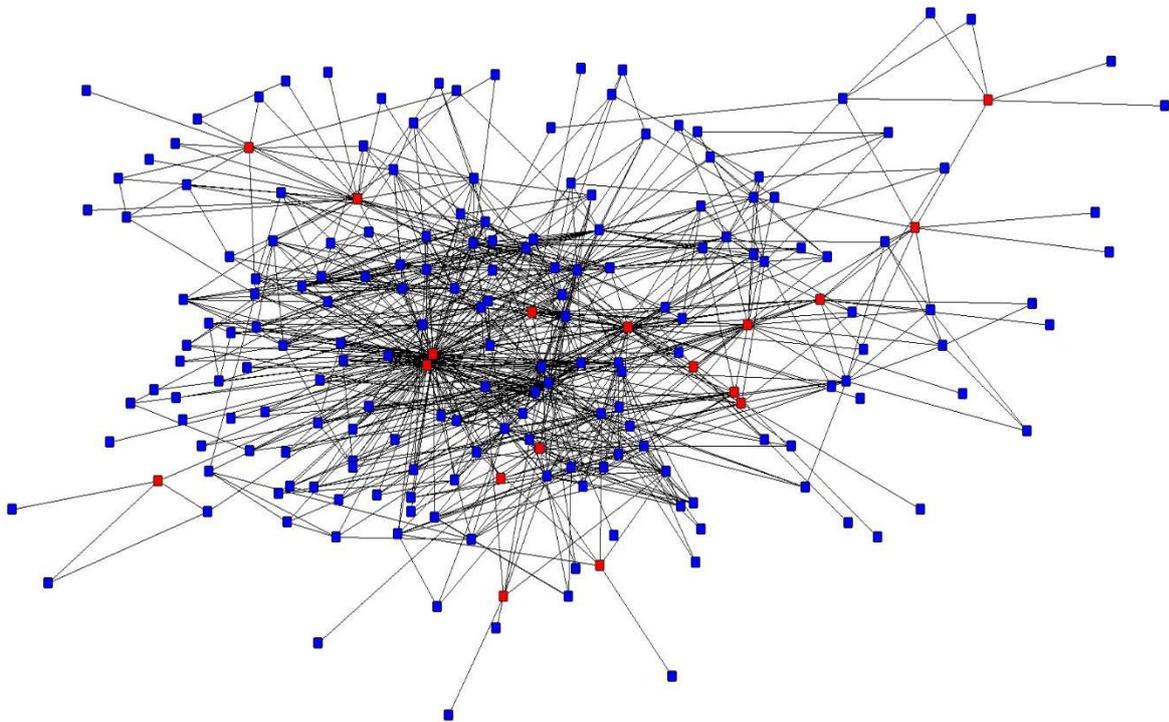
Fonte: elaborado pela autora

Serão analisados agora os Pontos de Corte e Blocos de Fluxo da rede. Conforme explicado no capítulo de métodos, os Pontos de Corte são os atores cuja remoção desconecta a rede completa ou parte dela. Eles apresentam importância significativa para o fluxo de uma rede. Em redes criminosas, essa é análise mostra-se útil, pois, com ela, pode-se priorizar a captura de atores específicos (Everton, 2008).

A rede do ator AF4 apresentou 18 pontos de corte. Dos quais, 6 são políticos, 6 são agentes financeiros, 5 empresários e 1 burocrata. A Figura 7 mostra, em vermelho, os pontos de corte da rede. Observa-se, a partir desta análise, a condição dos burocratas. Dos 18 atores classificados como pontos de corte, apenas um deles pertence à categoria de Burocrata, demonstrando a baixa capacidade dessa categoria em controlar o fluxo da rede. Podendo sugerir uma atuação mais coadjuvante na organização, haja vista não transitar por eles quantidade significativa de recursos. Conforme explicado na seção de Métodos, essa análise torna-se especialmente relevante quando o fenômeno em estudo trata de redes criminosas (Everton, 2008).

Juntamente com os 18 pontos de corte, a rede apresentou 27 blocos de fluxo de informações/recursos. Da análise dos pontos de corte juntamente com os blocos bi-componentes, observa-se que alguns atores estão presentes em mais de um bloco. O ator político P145 destacou-se por ser o jogador que figurou em maior número de blocos, estando presente em cinco deles. Nessas situações, é oportuno evidenciar a relevância de atores que se destacam. Pois eles representam oportunidades para obter eficiência nos bloqueios de fluxos na rede (Everton, 2008).

Figura 7 - Pontos de Corte da Rede do Agente Financeiro



Fonte: elaborado pela autora

Após a apresentação e análise dos Pontos de Corte e Blocos de Fluxo da rede, passa-se à exposição dos resultados e respectiva análise dos *Broker*. Conforme explicado em capítulo anterior, um *Broker* é o ator que intermedia o fluxo na rede (Gould & Fernandez, 1989) e sua análise proporciona a identificação dos papéis desempenhados pelos atores nas relações em e entre grupos por meio de sua posição dentro dos grupos. A identificação desses papéis pode ajudar na compreensão das oportunidades e restrições no acesso aos recursos e outras trocas dos grupos (Hanneman & Riddle, 2005).

Como dito, de acordo com a classificação de Gould e Fernandez (1989), existem cinco papéis que o indivíduo pode desempenhar. Ademais, o cotejamento entre pontos de corte e *broker*, pode-se refinar ainda mais as atividades de inteligência e investigativas (Everton, 2008).

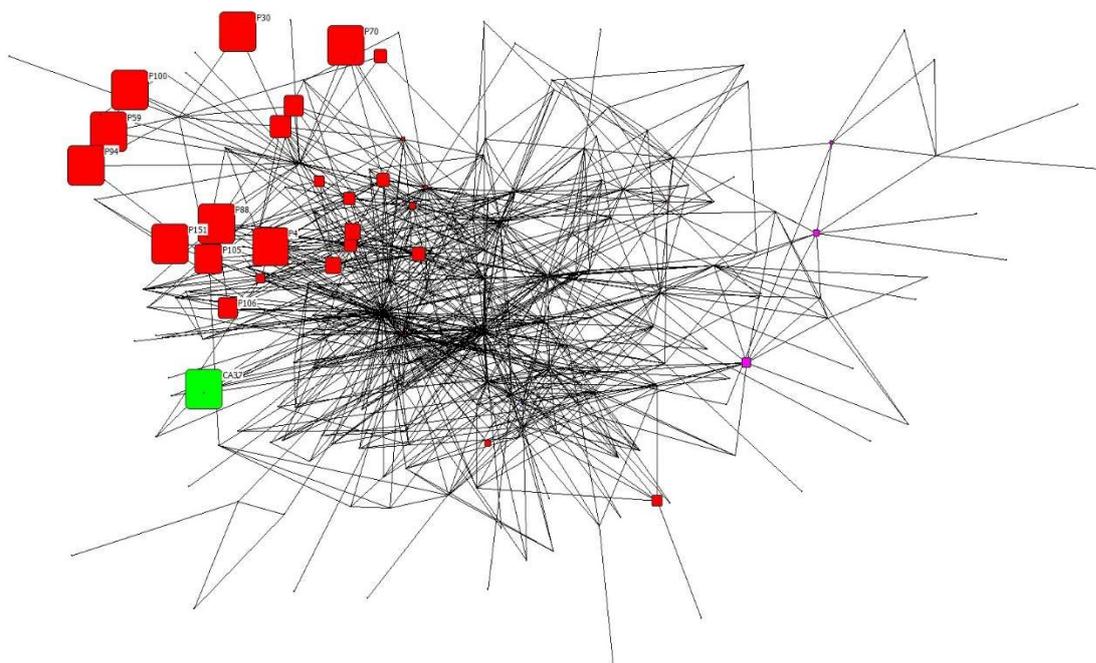
As figuras a seguir trazem os mapas da rede do agente financeiro, conforme frequência de execução na atividade de *broker*. Os nós vermelhos representam os políticos. Enquanto os azuis são os burocratas. Já os nós verdes são os empresários. Por fim, os nós de cor rosa são os agentes financeiros.

Ainda acerca da demonstração dos mapas, o tamanho dos nós representa a frequência em que dado ator da rede desempenhou o papel de *broker*. Na forma que, quanto maior o nó, mais vezes esse ator desempenhou um o papel de *broker*.

Dos dez atores que desempenharam o papel de coordenador com maior frequência em relação ao número de ocorrências aleatórias, nove são políticos e um é empresário. Conforme se verifica na Figura 8.

A rede do agente financeiro, portanto, é caracterizada pela alta incidência de Coordenadores Políticos, localizados em uma mesma região. Sendo os atores P88, P94, P100, P30, P151, P59, P70 E CA37, desempenharam esse papel 17,63% a mais, em comparação a ocorrências aleatórias. Já os atores P4 e P105, desempenharam 17,31% e 13,22% respectivamente.

Figura 8 - Coordenadores na Rede do Agente Financeiro

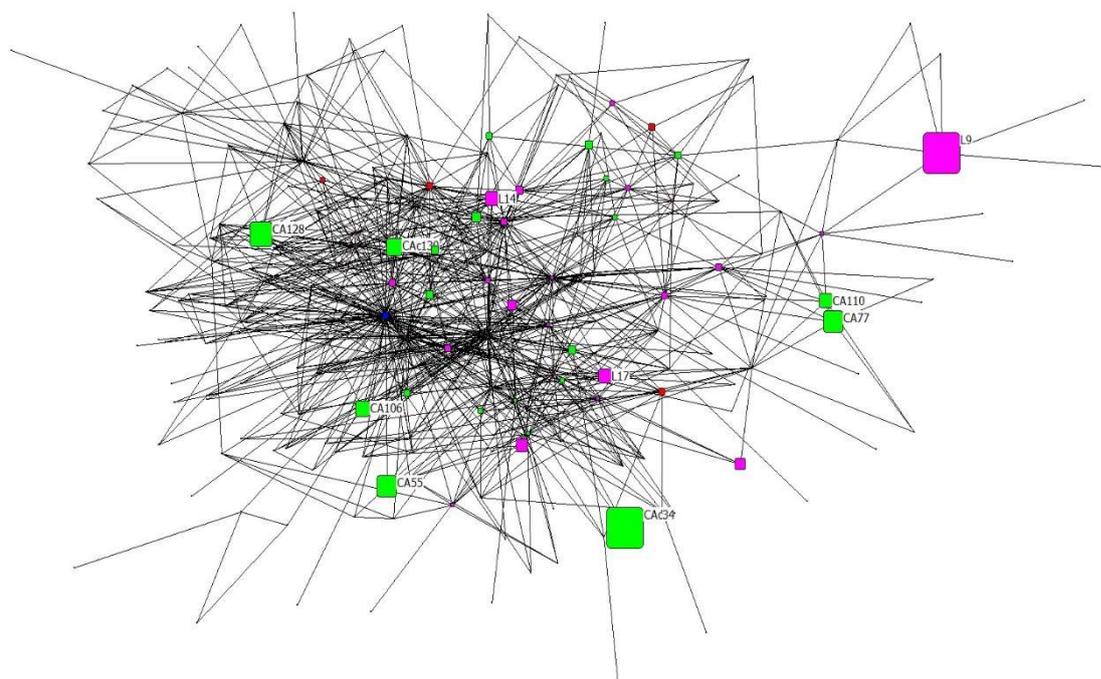


Fonte: elaborado pela autora

A Figura 9 apresenta os atores que desempenham o papel de Corretor, dos dez atores que obtiveram maior frequência, 7 são empresários e 3 agentes financeiros. A frequência individual foi de 7,18% para os atores CAc34 e L9, 4,27% para CA128, 3,59% CA77 e CA55, 2,81% CAc139, 2,66% CA106, e 2,373% os atores CA110, L14 e L17. Considerando a maioria de empresários, pode-se indicar que essa categoria de jogador atua na consultoria das atividades corruptas. Eles estão posicionados, predominantemente, na periferia da rede. Esse tipo de achado também foi identificado por Diviák et al. (2019). Em seu estudo, os autores identificaram, em redes de corrupção, que os empresários atuam na consultoria das redes e posicionam-se nas periferias.

Acrescenta-se que, para atividades investigativas, o ator L9 obteve destaque, pois, além de desempenhar atividade de Corretor, também é um ponto de corte na rede. O ator L9 trata-se de um ator pertencente à categoria de agente financeiro e possui o atributo de laranja. Que será explicado adiante.

Figura 9 - Corretores na Rede do Agente Financeiro



Fonte: elaboração própria

Por sua vez, a Figura 10 apresenta os atores que desempenham o papel de Representante. Nela, destaca-se o protagonismo dos políticos e dos empresários. Dos dez atores que desempenharam esse papel com mais frequência, 5 são políticos e 5 são empresários. Os atores P153, CAc142, CA45 e CA57, exerceram esse papel, 7,18% a mais quando comparado a uma escolha aleatória. Já o ator P27, desempenhou 5,14% a mais. O CA127, 5,08%. Os atores CA52 e P2, 4,74%. P53, 4,27%. Por fim, o ator P142, figurou em 3,95% de vezes a mais.

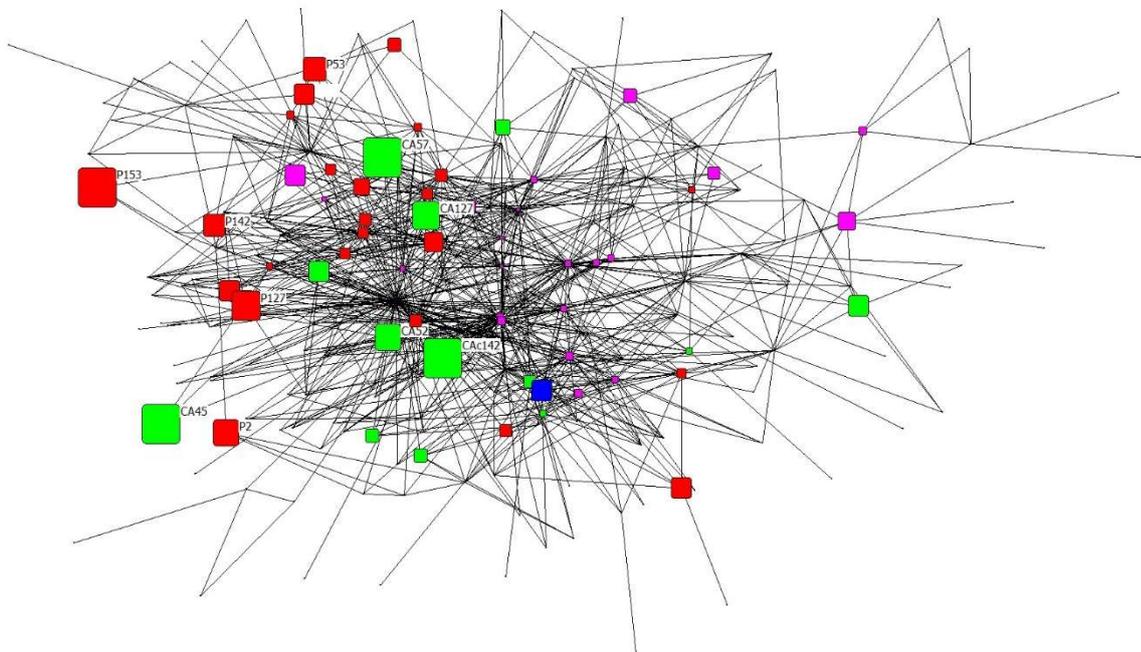
Ainda, destaca-se os atores P84 e AF20, que, além de exercerem o papel de Representante com alta frequência, também são pontos de corte. Conforme explicado, a retirada dos pontos de corte de uma rede causa a desestabilização. Podendo desmanchar parte dela ou até mesmo a rede por completo (Everton, 2008).

Acerca dos atores políticos, em elucidativa explanação, Figueiredo e Limongi (1998) explicam que o papel desempenhado pelos líderes de partido é a representação de interesses do seu partido junto ao Poder Executivo e os do Executivo, junto ao partido. Atuando, assim,

como ponte de comunicação entre bancadas que compõem a maioria no Legislativo e o Executivo.

Sendo assim, no que diz respeito aos representantes da rede do Agente Financeiro, os dados analisados corroboram com as explicações de Figueiredo e Limongi (1998). Então, da mesma forma que representam os membros do partido em matéria atinente às proposições legislativas, também representam em assuntos de corrupção. Salienta-se, ainda, a presença de empresários atuando como representantes da rede de corrupção.

Figura 10 – Representantes na Rede do Agente Financeiro



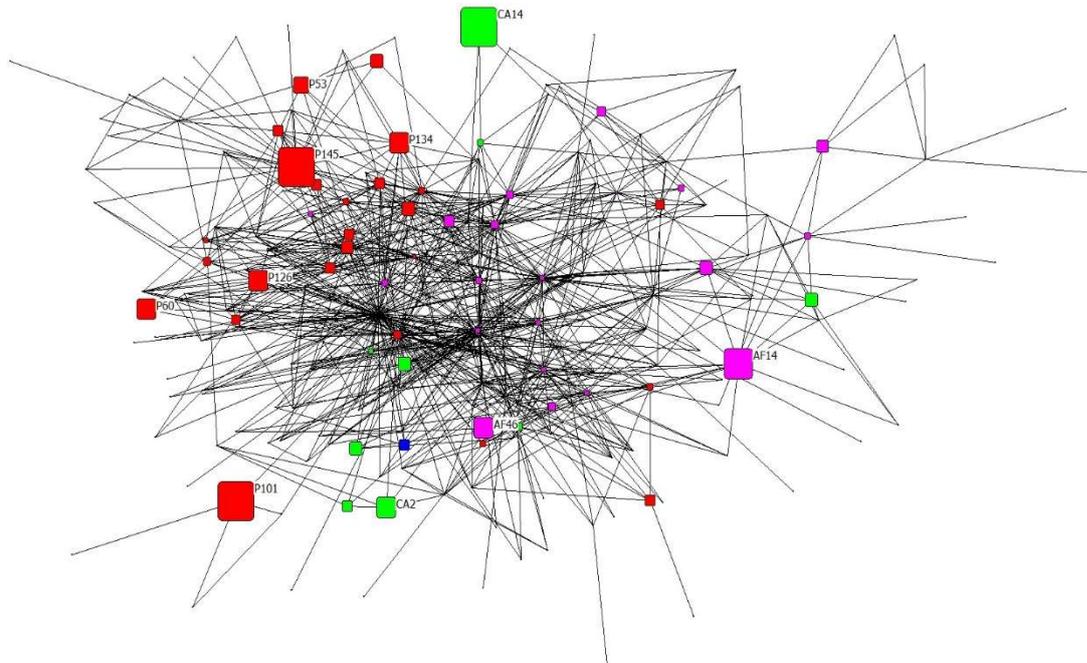
Fonte: elaborado pela autora

A Figura 11 apresenta os atores que desempenham papel de *Gatekeeper* com maior frequência. Desses, 6 são políticos, 2 são empresários e 2 agentes financeiros. Os atores P101, P145 e CA14 obtiveram uma frequência 7,18% de vezes a mais, quando comparada à escolha aleatória. Já os atores AF14, P126, P134, P60 e CA2 obtiveram, cada um, a frequência de 3,55% a mais.

Dos dez atores que desempenharam esse papel com maior frequência, dois deles também são pontos de corte, os atores políticos P145 e P101. Mostrando o protagonismo e capacidade de intermediação desses atores nos fluxos da rede. Controlando a entrada de

informações e recursos da rede. Evidencia-se, também, que a retirada desses dois atores desmonta parte importante da rede.

Figura 11 – *Gatekeeper* na Rede do Agente Financeiro

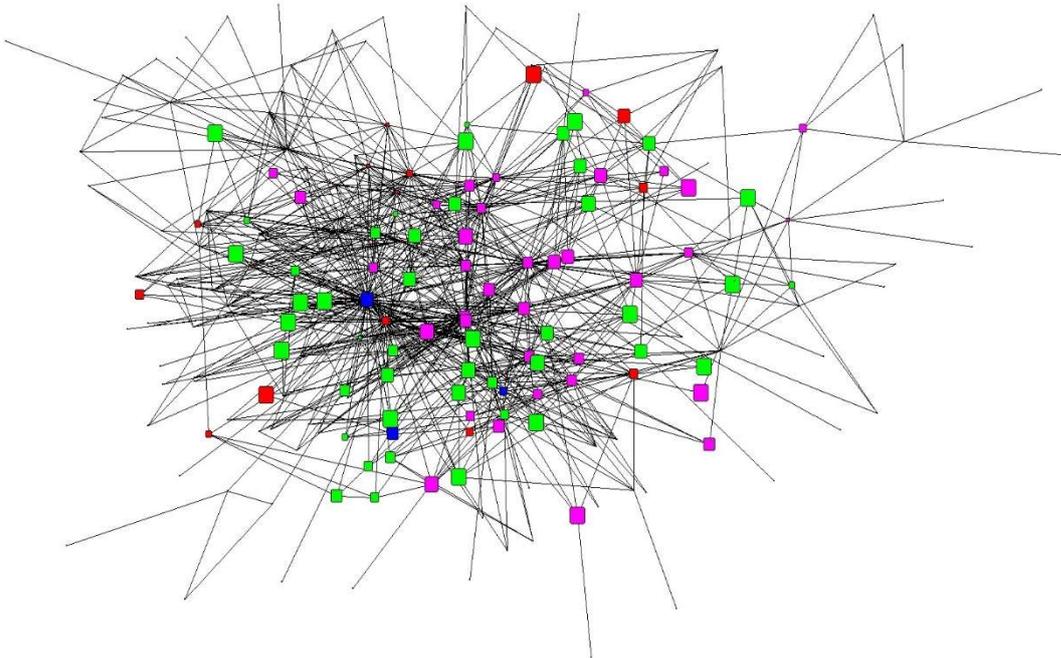


Fonte: elaborado pela autora

Quanto ao papel de ligação, a Figura 12 apresenta o mapa com destaque para os atores que desempenharam essa atividade em maior percentual. Esse foi o papel de *broker* que figurou o maior número de atores. Porém, nenhum deles ultrapassou 2% a mais de frequência no desempenho desse papel, quando comparada a uma escolha aleatória. Os 21 atores com maior pontuação, obtiveram o mesmo percentual, 1,91%. Desses, 16 são empresários, 3 são agentes financeiros e 2 são políticos. Assim, a predominância é de empresários desempenhando esse papel e com políticos assumindo a condição de coadjuvantes. Esse é um papel social em que o *broker* promove intermediações entre grupos sem, contudo, fazer parte de nenhum deles. Assim, conforme Gould e Fernandez (1989) esse *broker* é externo aos grupos que ele intermedia. Não possuindo lealdade anterior a nenhum desses grupos.

Este achado pode sugerir que os empresários, aqui, recebem e enviam os fluxos da rede a outros grupos. Sendo, na realidade, um agente de captação e de distribuição utilizado por outros.

Figura 12 – Ligação na Rede do Agente Financeiro



Fonte: elaborado pela autora

Após a rede do Agente financeiro ser apresentada, passa-se para a próxima subsecção, que são apresentados os resultados e análises da rede do Burocrata, nos mesmos moldes que foram exibidos os resultados desta primeira subsecção.

#### 4.1.2 A Rede do Burocrata

A segunda categoria a ter sua rede analisada foi a Burocrata. O critério de escolha da ordem de análise se deu pelo número de citações proferidas pelo ator AF4, juntamente com a disponibilidade de dados.

A sua rede relacional é não dirigida, possui 129 atores, somando 915 laços relacionais e grau médio de 2.169. Possui 43 políticos, 9 burocratas, 57 empresários e 20 agentes financeiros.

Assim como na análise da rede do ator AF4, foram mensuradas as medidas de centralidade: *Degree*, *Betweenness* e *Eingenvector*. Esses cálculos possuem importância na análise da rede pois, como dito, em análise de redes sociais, a localização estrutural de um ator em uma estrutura tem significativas implicações perceptivas, atitudinais e comportamentais, impactando em suas crenças, normas e comportamentos (Everton, 2008).

Desta forma, dos três atores que apresentaram maior grau de centralidade (*degree*), um é agente financeiro e os outros dois são empresários. Por sua vez, todos os três atores com menores pontuações são empresários.

Acerca da centralidade de intermediação (*betweenness*), os três atores que apresentaram maior centralidade de intermediação, o primeiro é, também, agente financeiro, seguido de dois empresários. Já os três atores com menores pontuações, um é político, seguido por um agente financeiro e outro político. Conforme explicado anteriormente, essa medida é definida como o número de vezes que um ator *k* é procurado pelo ator *i*, para chegar ao ator *j*, considerando o caminho mais curto (Borgatti, 2005). O resultado mostra, portanto, que a categoria de ator mais requisitada para transmitir o fluxo na rede (seja informações ou dinheiro), é o agente financeiro, seguida por empresários.

Quanto à terceira medida de centralidade, *eingenvector*, os três atores que apresentaram maior pontuação foram: um agente financeiro, seguido por dois empresários. Por sua vez, dos atores com menor pontuação foram um empresário, um burocrata e um político.

Da mesma forma que foram apresentados os resultados da rede do agente financeiro, passa-se agora para a análise da divisão de grupos por semelhanças de características. Foram utilizados, também, os softwares *Ucinet*, *Netdraw* e *Ghephi* nos cálculos.

Assim como na rede do Agente Financeiro, a rede do Burocrata foi dividida em quatro facções. As densidades das facções são apresentadas no Quadro 2. O agrupamento apresentou a proporção de acertos de 0,7555. Essa medida diz que, em um universo perfeito, essa proporção seria de 1,000 o que equivaleria a uma rede isolada. A pontuação indica que houve a ocorrência de atores da rede que não se enquadraram nos quatro tipos ideais representados pelo agrupamento das facções. Pode-se identificar esse resultado a partir do quadro 2, observando a presença de densidade fora da linha diagonal.

A facção com maior densidade, foi o grupo verde, com 0,036. Seguida pela facção vermelha, com 0,031. Após, vem a facção rosa, com 0,003 e, por fim, a facção azul, com 0,002.

Quadro 2 – Densidades das Facções na Rede do Político

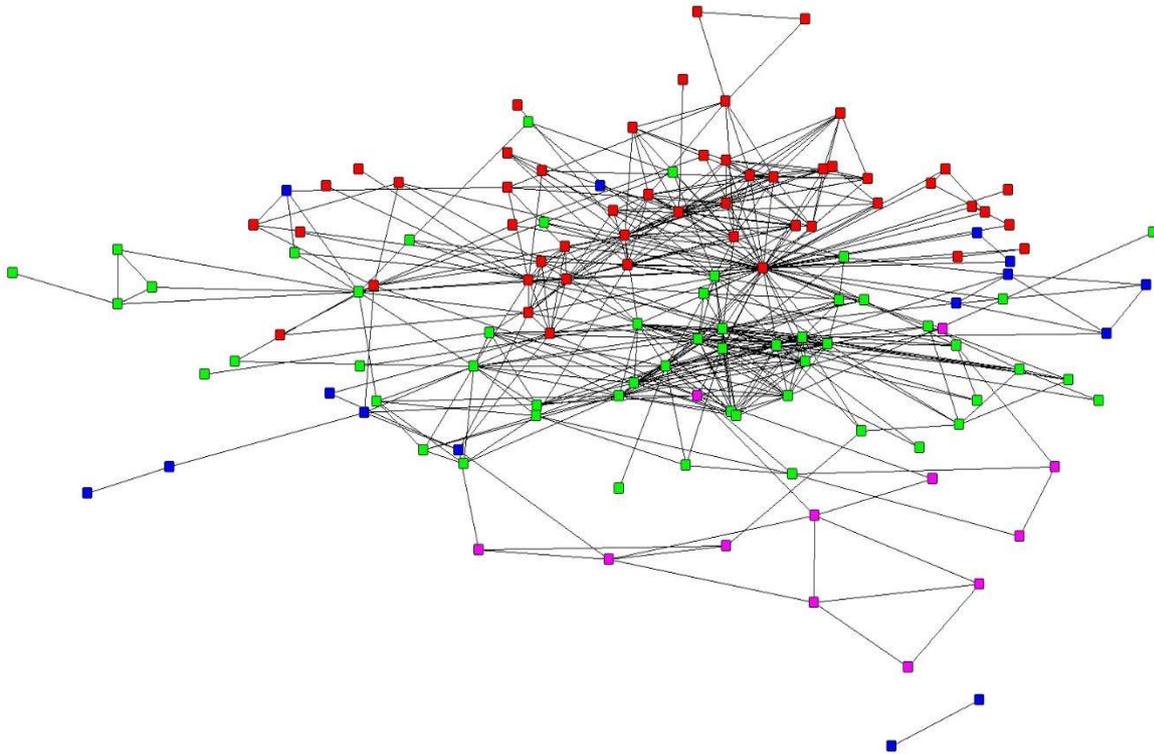
	Vermelha	Azul	Rosa	Verde
Vermelha	0,031	0,001	-	0,004
Azul	0,001	0,002	-	-
Rosa	0,002	-	0,003	-
Verde	0,004	-	-	0,036

Fonte: elaborado pela autora

Para obter uma melhor visualização dessa divisão, a Figura 13 mostra o mapa gráfico da rede com suas 4 facções.

Como dito, a facção verde apresentou a maior densidade (0,036). Pelo mapa gráfico apostado na Figura 13, nota-se que ela domina a camada central da rede. Por sua vez, a facção vermelha domina a camada superior da rede. Em seguida, tem-se a facção rosa, situada na porção inferior direita do mapa. Por fim, a facção azul, que permeia as regiões dominadas pelas demais facções.

Figura 13 - Rede do Burocrata Dividida em Quatro Facções



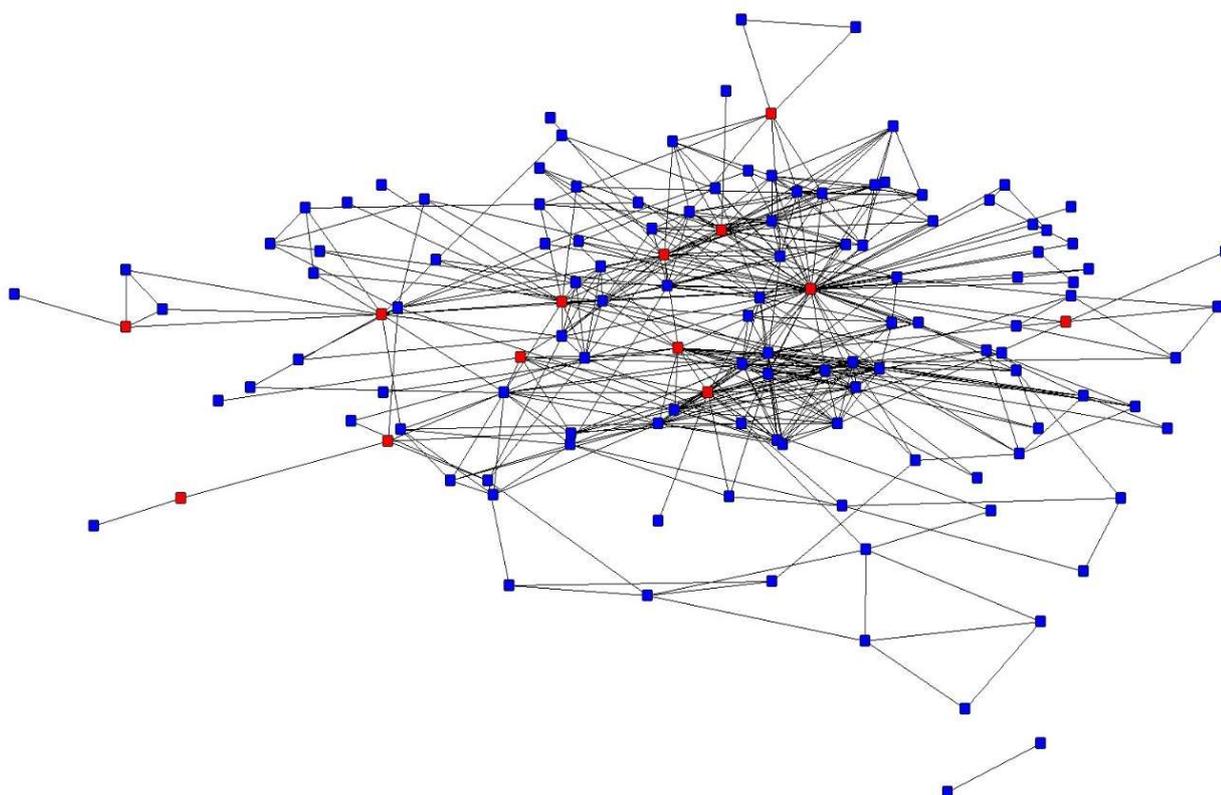
Fonte: elaborado pela autora

Conforme pode ser visualizado na Figura 14, a rede do burocrata apresentou 13 pontos de corte. Com exceção da categoria burocrata, que apenas 1 ator figurou como ponto de corte, foram distribuídos igualmente. Ficando 4 políticos, 4 agentes financeiros e 4 empresários.

Juntamente com esses 13 pontos de corte, a rede do burocrata apresentou 21 blocos de fluxo na rede. Como dito, da análise dos pontos de corte juntamente com os blocos bi-componentes, observa-se que alguns atores figuram em mais de um bloco. Os atores agentes financeiros AF4 e AF 22, figuraram em 6 e 4 grupos, respectivamente.

Essa análise se mostra útil para revelar a relevância na captura desses atores que, além de pontos de corte, controlam o fluxo no maior número de segmentos da rede (Everton, 2008).

Figura 14 – Pontos de Corte da Rede do Burocrata



Fonte: elaborado pela autora

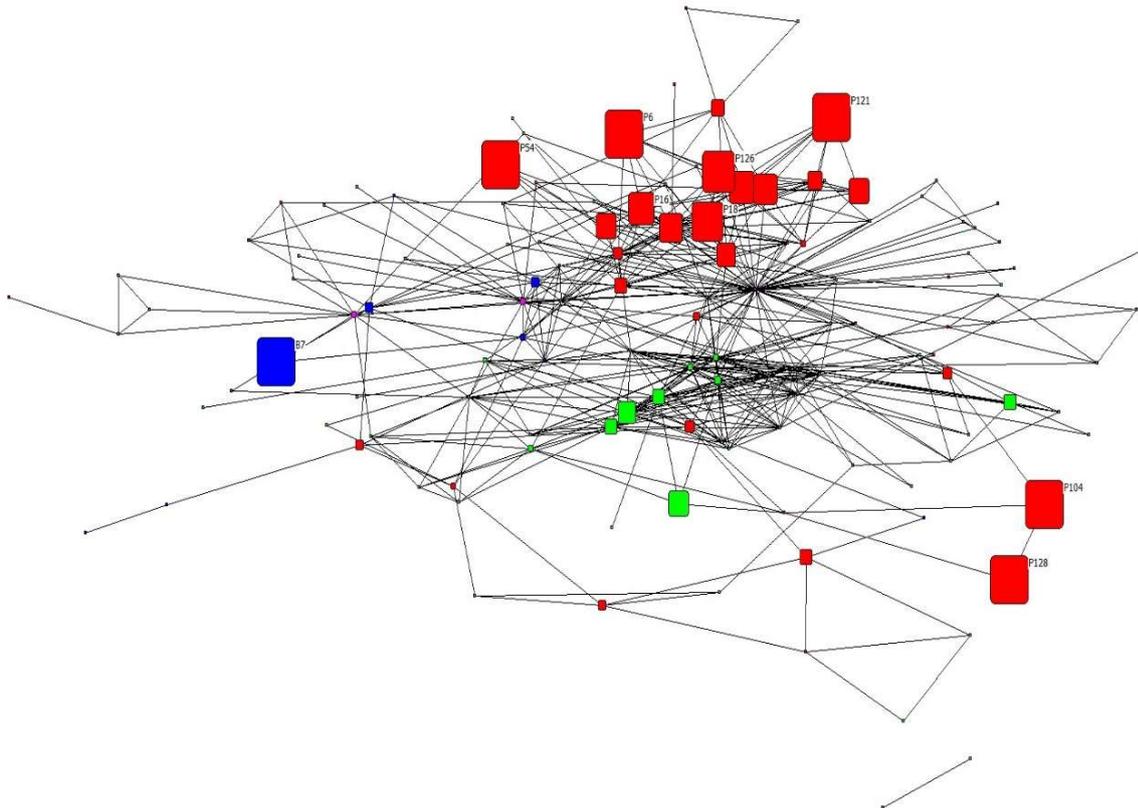
Assim como foi estruturada a análise da rede do agente financeiro, após a apresentação e análise dos Pontos de Corte e Blocos de Fluxo da rede, passa-se à exposição dos resultados e respectiva análise dos *broker*. Seguiu-se o mesmo padrão de cores utilizadas na análise precedente, que foram: vermelho para os políticos, azul para os burocratas, verde para os empresários e rosa para os agentes financeiros. Além do padrão de cores, seguiu-se também a mesma forma de análise, evidenciando os dez atores com a maior pontuação em cada categoria de *broker*.

Dos dez atores que desempenharam o papel de coordenador com maior frequência em relação ao número de ocorrências aleatórias, nove são políticos e um é empresário.

Os padrões de resultados mostraram semelhança à rede do Agente Financeiro. Dos dez atores que desempenharam o papel de coordenador com maior frequência, houve empate entre 6 deles. Os atores P6, P54, P104, P128, P121, e B7 obtiveram, cada, a maior pontuação. Desempenharam esse papel com uma frequência de 17,63% a mais, em comparação com

ocorrências aleatórias. Com exceção do ator B7, os políticos são a categoria dominante até a 14ª posição, em uma escala decrescente de pontuação. A Figura 15 apresenta o mapa da rede evidenciando esses atores. Nesse mapa, quanto maior o nó na rede, maior a frequência de vezes esse ator desempenhou o papel de coordenador nas atividades corruptas. Salienta-se também que nenhum desses atores são pontos de corte.

Figura 15 – Coordenadores na Rede do Burocrata



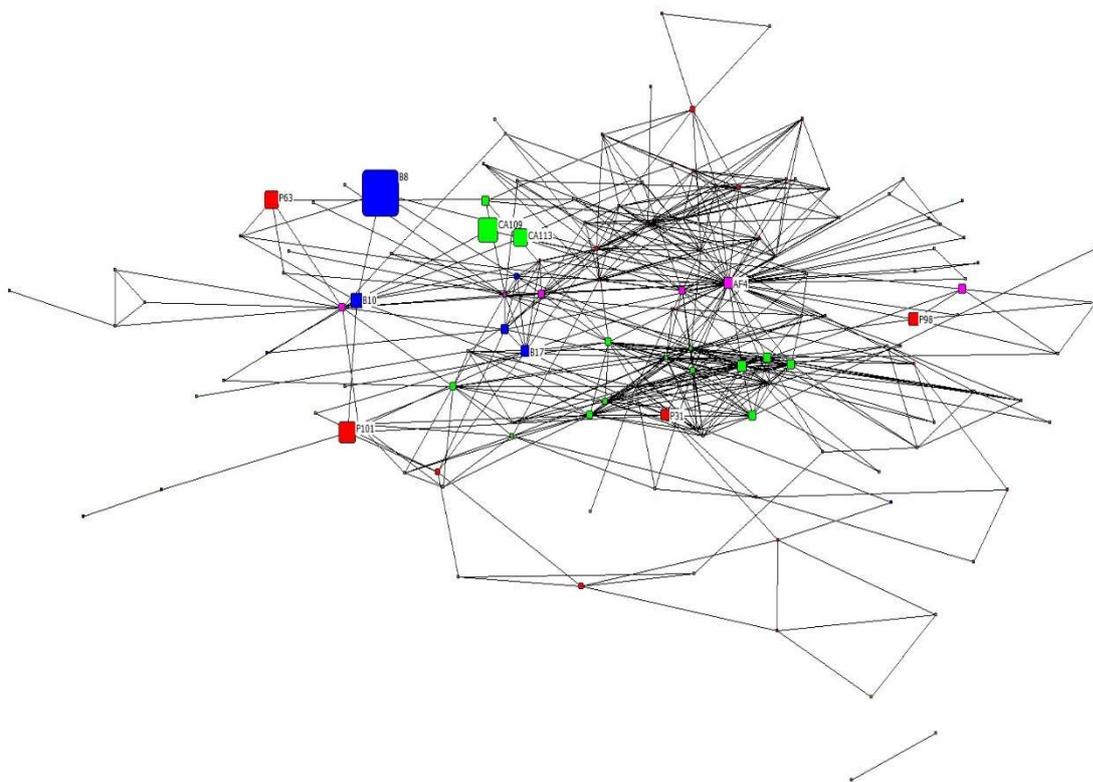
Fonte: elaborado pela autora

A Figura 16 apresenta os atores que desempenham o papel de Corretor, dos dez atores que obtiveram maior frequência, 3 são burocratas, 2 empresários, 4 políticos e 1 agente financeiro. O percentual de frequência foi de 7,11% para o ator B8, 3,55% para CA109, 3,05% para P101, 2,37% para CA113 e P63, 1,91% para B10, 1,58% para P98, 1,38% para B17, 1,35% para AF4 e, por fim, 1,33% para P31. Como se vê, os percentuais ficaram abaixo quando comparado aos valores obtidos no papel de coordenador.

Ressalta-se os atores AF4 e P101 que, além de serem corretores, prestando consultoria a outros grupos, também são pontos de corte. A remoção desses dois atores, bloqueariam o fluxo de 6 e de 2 blocos da rede, respectivamente.

Considerando que esse papel de *broker* realiza a mediação entre grupos nos quais o ator não pertence a nenhum, a proeminência do ator B8 pode indicar que burocratas prestam consultoria para os demais grupos.

Figura 16 –Corretores na Rede do Burocrata



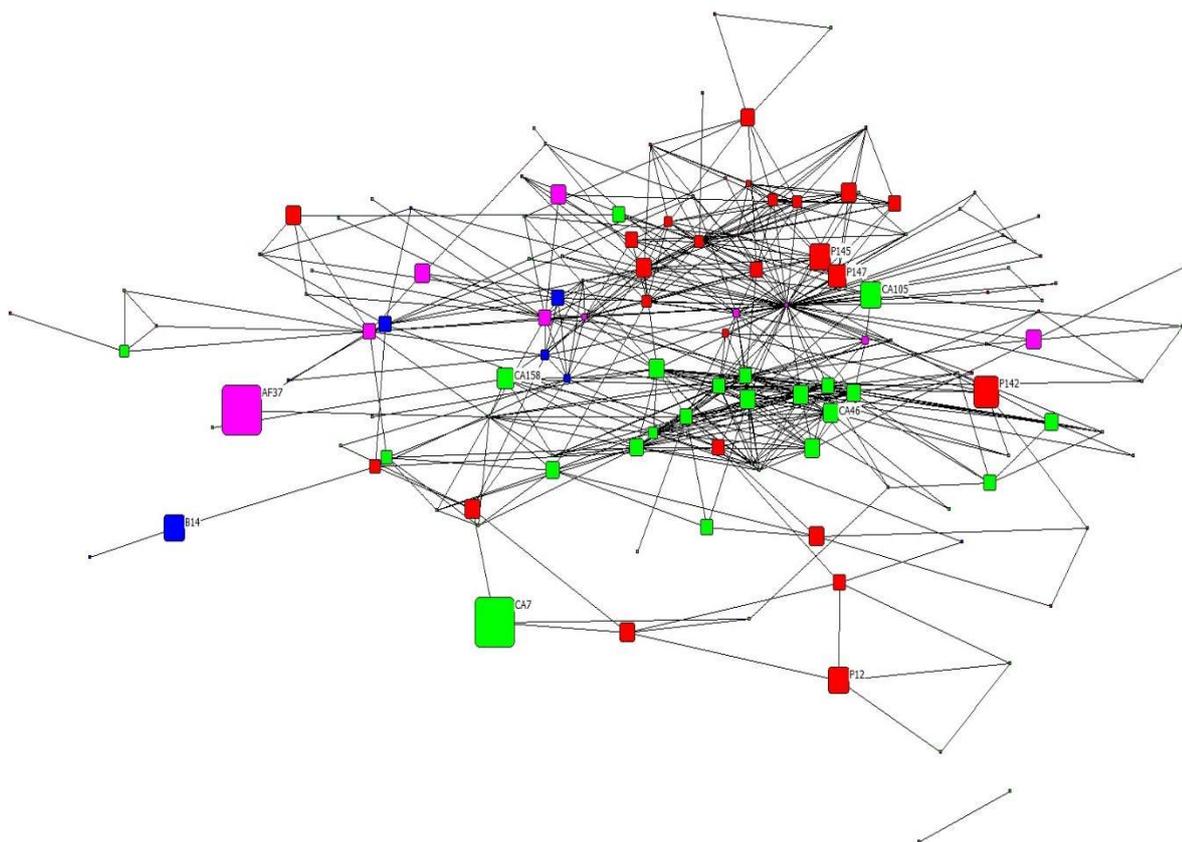
Fonte: elaborado pela autora

Por sua vez, a Figura 17 apresenta os atores que desempenham o papel de Representante. Nela, destaca-se o protagonismo dos políticos e dos empresários. Dos dez atores que desempenharam esse papel com mais frequência, 4 são políticos e 4 são empresários, 1 é burocrata e 1 é agente financeiro. Em ordem decrescente, os atores CA7 e AF37, exerceram esse papel, 7,11% a mais quando comparado a uma escolha aleatória. O ator P142, desempenhou 4,27% a mais. Já os atores P 12, P145, B14 e CA105, 3,55%. O ator P147, 3,05%. CA158 2,75%. Por fim, os atores CA46 e P28, empataram. Figurando em 2,54% de vezes a mais.

Ainda, destaca-se os atores B14 e CA158, que, além de exercerem o papel de Representantes, também são pontos de corte. Nisso, a retirada de cada um desses atores, desconectaria dois blocos da rede (Everton, 2008).

Acerca dos atores políticos, em elucidativa explanação, Figueiredo e Limongi (1998) explicam que o papel desempenhado pelos líderes de partido é a representação de interesses do seu partido junto ao Poder Executivo e os do Executivo, junto ao partido. Atuando, assim, como pontes de comunicação entre o Poder Executivo e as bancadas no Poder Legislativo.

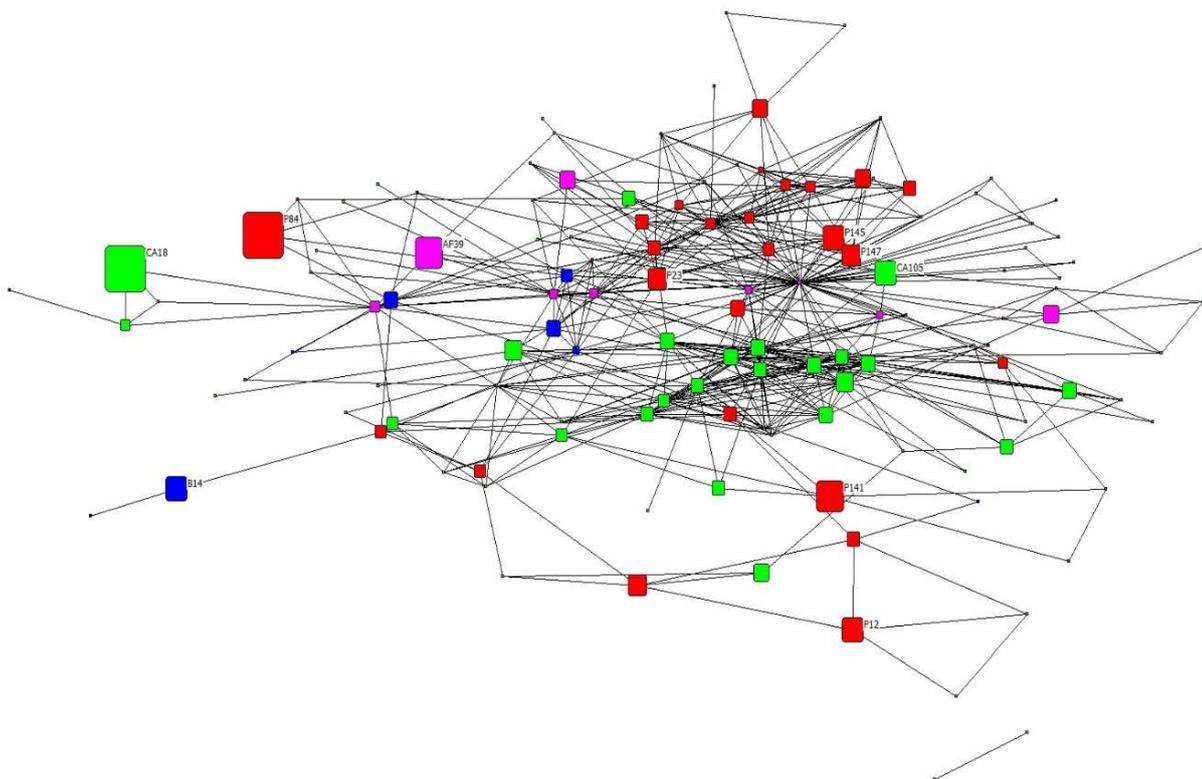
Figura 17 – Representantes na Rede do Burocrata



Fonte: elaborado pela autora

A Figura 18 apresenta os atores que desempenham papel de *Gatekeeper* com maior frequência. Desses, 6 são políticos, 2 são empresários, 1 agente financeiro e 1 burocrata. Os atores P84 e CA18 obtiveram uma frequência 7,11% de vezes a mais, quando comparada à escolha aleatória. Já os atores O141 e AF 39 obtiveram, cada um, a frequência de 4,74% a mais. Por sua vez, os atores P12, P145, B14 e CA105, figuraram em 3,55% a mais. O ator P23 em 3,04% e P147 5,05%. Dos dez atores que desempenharam esse papel com maior frequência, o ator B14 também é ponto de corte. Evidencia-se, também, que a retirada desse ator desmonta dois blocos da rede.

Figura 18 – *Gatekeeper* na Rede do Burocrata



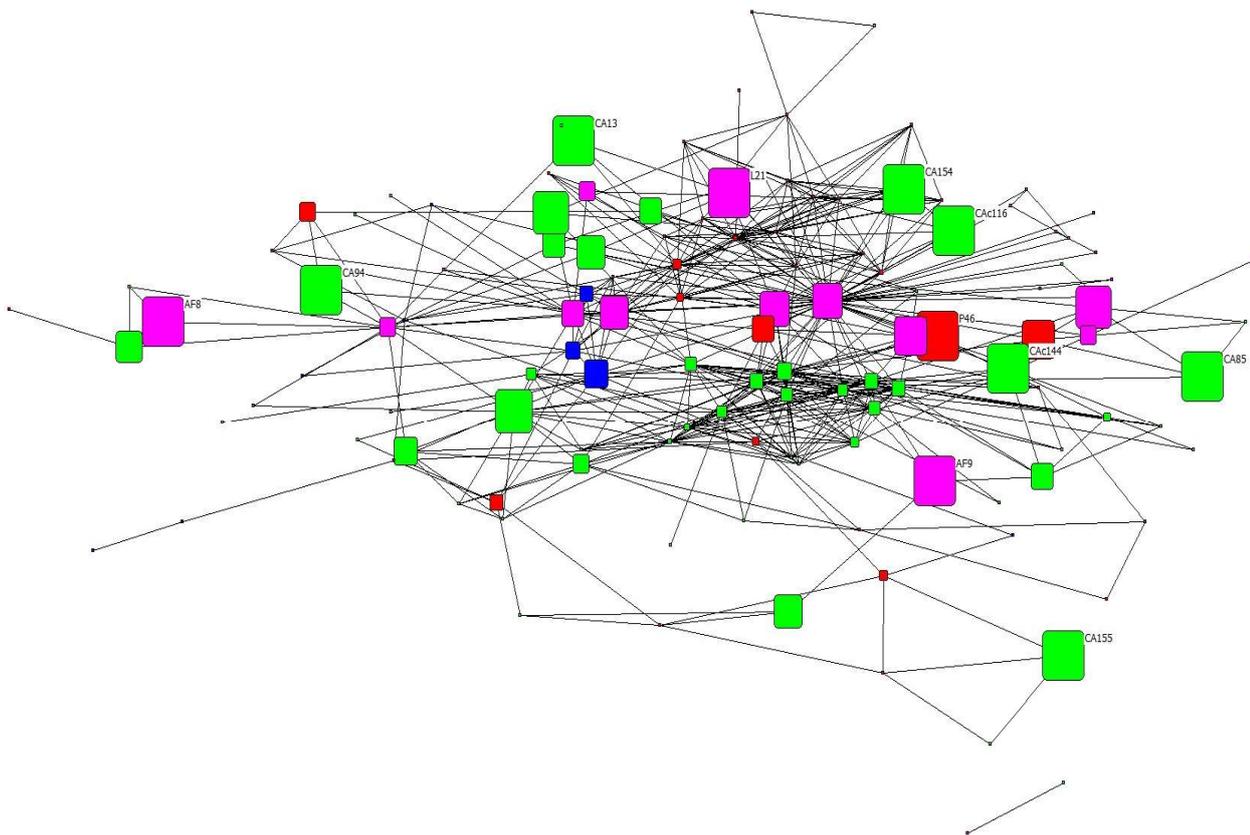
Fonte: elaborado pela autora

Na rede do Burocrata, o único ator que desempenha papel de Ligação com frequência significativa, é o AF4.

Quanto ao papel de ligação, a Figura 19 apresenta o mapa com destaque para os atores que desempenharam essa atividade em maior percentual. Os resultados apresentaram o mesmo padrão da rede do agente financeiro, sendo o papel de *broker* que figurou o maior número de atores. Porém, nenhum deles ultrapassou 2% a mais de frequência no desempenho desse papel, quando comparada a uma escolha aleatória. Os 12 atores com maior pontuação, obtiveram o mesmo percentual, 1,91%. Desses, apenas 1 é político, 7 são empresários e 3 são agentes financeiros. Assim, a predominância também é de empresários desempenhando esse papel e com políticos e agentes financeiros assumindo a condição de coadjuvantes. Esse é um papel social em que o *broker* promove intermediações entre grupos sem, contudo, fazer parte de nenhum deles. Assim, conforme Gould e Fernandez (1989), esse *broker* é externo aos grupos que ele intermedia. Não possuindo lealdade anterior a nenhum desses grupos.

Esse achado pode sugerir que os empresários, aqui, recebem e enviam os fluxos da rede a outros grupos. Sendo, na realidade, um agente de captação e de distribuição utilizado por outros.

Figura 19 –Ligação na Rede do Burocrata



Fonte: elaborado pela autora

### 4.1.3 A Rede do Político

Descrição da rede: sua rede possui 88 atores, dos quais possuem 405 laços de relacionamentos e grau médio de 3.403. Dos três atores que apresentaram maior grau de centralidade, dois são políticos e um é burocrata. Por sua vez, dos três atores com menor pontuação, um é burocrata e os outros dois são políticos.

Acerca da centralidade de intermediação, dos três atores que apresentaram maior centralidade de intermediação, os dois primeiros são políticos, seguidos por um burocrata. Já os três atores com menor pontuação são: um burocrata, seguido por dois políticos.

Na terceira medida de centralidade, *eigenvector*, os três atores que apresentaram maior medida foram, primeiro um burocrata, seguido por dois políticos. Por sua vez, dos atores com menor pontuação, um é empresário, também seguido por dois políticos.

Seguindo a mesma forma de apresentação dos resultados utilizada na análise das redes precedentes, serão agora apresentados e analisados os aspectos dos grupos da rede. Como dito, foi realizada a divisão desses grupos por semelhanças de características. Essa divisão é realizada com o auxílio de softwares de análises de redes sociais, a partir de algoritmos e modelos matemáticos. Conforme explicado no capítulo de métodos, foram utilizados os seguintes softwares: Ucinet, Netdraw e Ghephi.

O agrupamento em facções apresentou a proporção de acertos de 0,7535. Essa medida diz que, em um universo perfeito, onde não haveria relações ausentes em cada facção, a proporção seria de 1,000 o que equivaleria a uma rede isolada. O Quadro 3 apresenta a densidade distribuída por facção. A facção vermelha apresentou maior densidade, seguida pelas facções verde, rosa e azul.

Quadro 3 – Densidades das Facções na Rede do Político

	Vermelha	Azul	Verde	Rosa
Vermelha	0,018	-	0,002	-
Azul	-	0,002	-	-
Verde	0,001	-	0,008	-
Rosa	-	-	-	0,005

Fonte: elaborado pela autora

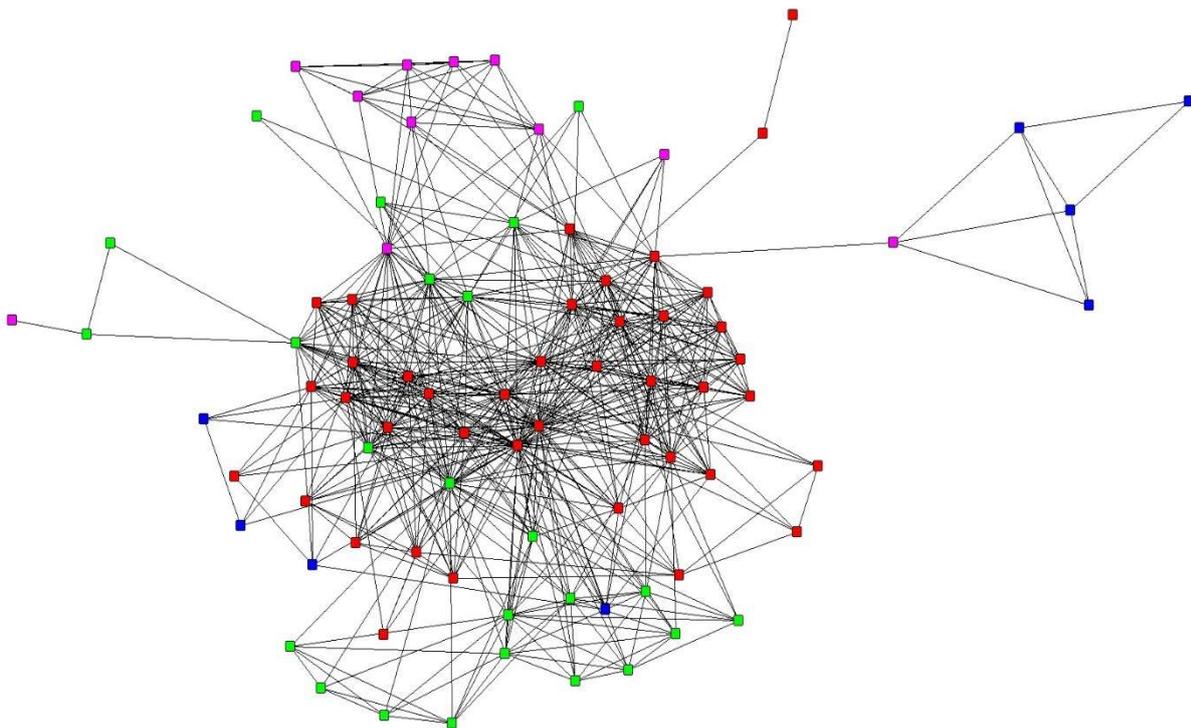
Para uma melhor visualização desse agrupamento, o mapa inserto na Figura 20 apresenta a divisão da rede. De fato, percebe-se a predominância da facção vermelha na rede. Tanto em densidade, afinal, é a facção com maior densidade, como em localização.

Dominando a zona central e possível maior controle do fluxo total da rede, a facção vermelha ainda possui alguns membros posicionados em regiões pertencentes a outras facções.

Por sua vez, a facção verde possui a segunda maior densidade. No mapa, ela predomina a região interior, com alguns membros inseridos em regiões de outras facções. Quanto à facção rosa, localiza-se na região superior, mas com membros dispersos adentrando, também, em zonas pertencentes a outras facções. Por fim, a facção com menor densidade, a azul. No mapa, sua localização ficou dividida em duas regiões. À direita, mais distante da região central, e outros grupos localizados na área a esquerda do mapa.

Esse padrão de membros de um grupo situados nas zonas de outros grupos, também foi identificada nas análises precedentes. Esse achado pode sugerir que uma característica de trânsito livre entre as facções da rede. O que pode facilitar o fluxo de informações entre os grupos.

Figura 20 - Rede do Político Dividida em Quatro Facções



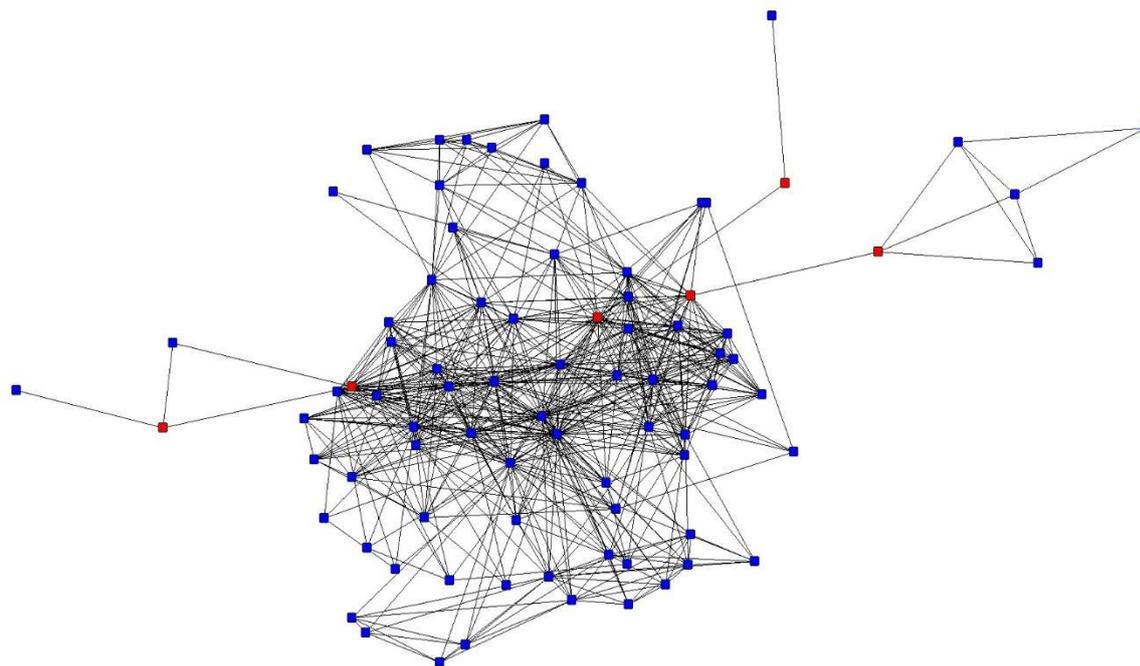
Fonte: elaborado pela autora

A próxima subseção deste tópico dedica-se à análise dos pontos de corte blocos da rede. Essa análise mostrou que a rede possui 7 blocos e 6 pontos de corte. Diferentemente da divisão por facções, na divisão por blocos e pontos de corte pode haver sobreposição de atores. Na forma que, um determinado ator pode pertencer a mais de um bloco.

Conforme Figura 21, na Rede do Político, 3 políticos e 3 empresários foram indicados como pontos de corte desta rede. Foram os seguintes atores: P149, P118, P144, CA83, CA65 e CA167. Cada um desses 6 atores liga 2 blocos da rede.

Destaca-se, aqui, o perfil histórico do ator CA167. Na época em que o político P90 foi Presidente da República, CA167 exerceu o cargo de ministro de estado. O que significa, portanto, que ele exerceu o papel de Político, e, atualmente atua no ramo empresarial, exercendo o papel de ligação entre os setores, em favor de empresas.

Figura 21 - Pontos de Corte na Rede do Ator Político



Fonte: elaborado pela autora

Finalizada a subseção que tratou dos Pontos de Corte e Blocos de Fluxo da rede, passa-se à análise dos *Broker*. Conforme explicação precedente, um *Broker* é o ator que intermedia o fluxo na rede (Gould & Fernandez, 1989). Sua análise se presta à identificação dos papéis desempenhados pelos atores nas relações em e entre grupos por meio de sua posição dentro dos grupos (Hanneman & Riddle, 2005).

Os atores que se destacaram por desempenhar com maior frequência o papel de Coordenador são os políticos, e sua localização na rede transita desde a zona central até a periferia, conforme Figura 22. Foram destacados os dez atores que desempenharam esse papel com maior frequência. A saber: P149, P2, P34, P118, P147, P39, P137, P90, P85, P37.

Esses atores desempenharam o papel de coordenador, respectivamente em 17,63%, 10,58%, 9,57%, 8,50%, 7,99%, 7,81%, 6,50%, 6,49%, 6,39% e 6,22% vezes a mais.

Para fins de atividades investigativas, evidencia-se aqui os atores P149, pertencente à facção verde, e P118, membro da facção azul. Além de exercerem o papel de coordenador, também são pontos de corte.

Esse padrão de políticos dominando os papéis de Coordenadores também foi identificado nas redes do agente financeiro e do burocrata. Na rede do ator P28, os políticos lideraram o ranking de coordenadores até a 24ª posição. A partir dos excertos a seguir, extraídos dos 21 depoimentos prestados pelo delator P28, é possível compreender o alcance do poder de coordenação exercida pelos atores políticos e como se dava essa atividade. A seguir estão os excertos extraídos dos depoimentos do Político P28:

QUE P15 coordenou esses pagamentos de propina no âmbito do Partido A, destinando-os à campanha eleitoral de P31 e ao próprio Partido A, para redistribuição em benefício de diversas outras campanhas eleitorais, de modo difuso; QUE, pelo Partido B, P144 destinou ditas propinas para o grupo de P90, do qual fazem parte **P34**, o próprio P144, P129, P137, P147, P69; QUE o pagamento dessas propinas foi realizado pelo consórcio da construção da usina, capitaneada pelo CAc9 ... QUE, em relação a quem definiu os fornecedores nacionais da Obra A, a saber, CA75, CA5 e CAc97, o declarante indica que foram as pessoas de P15 e P44.

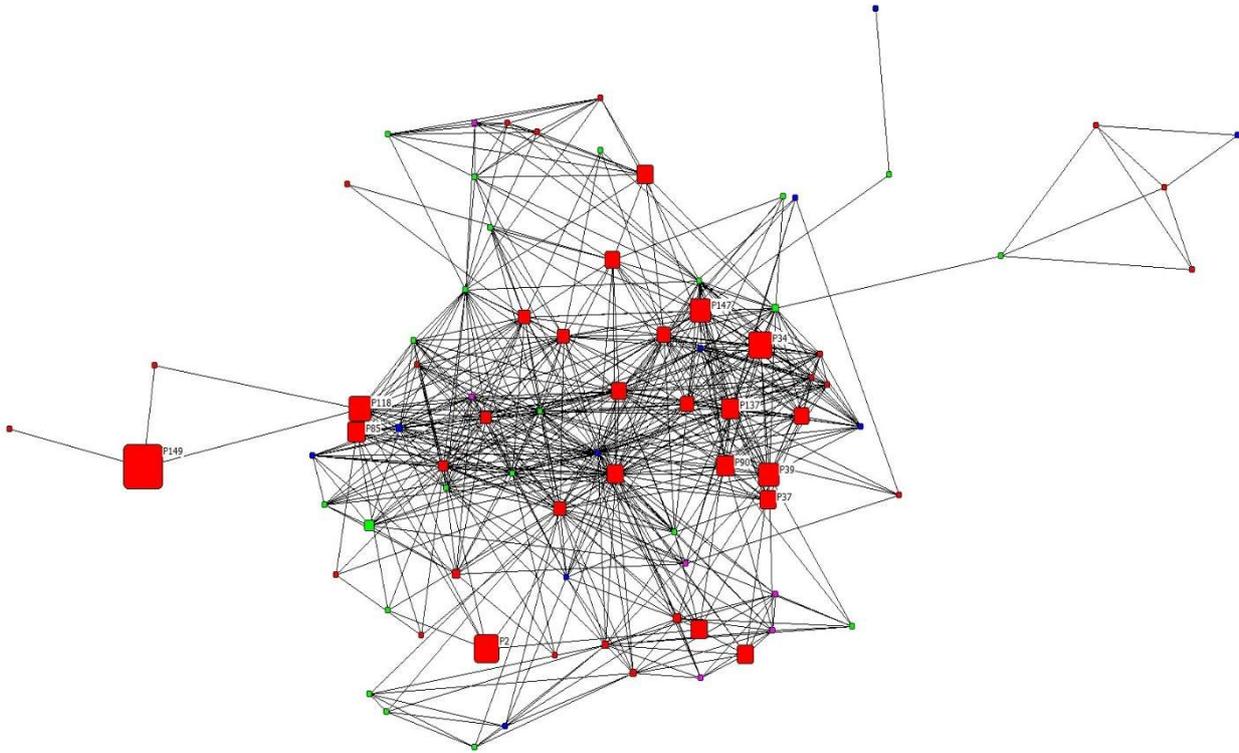
A bancada do Partido B no Senado tem um núcleo duro composto por P129, P137, P45, P147 e P34; QUE, ... QUE, esse núcleo possui uma ação muito efetiva e articulada visando ter agentes em áreas estratégicas do governo que alimentem interesses não apenas políticos, mas também próprios; QUE, por exemplo, no setor de energia, ele tem uma ação muito consistente; QUE, o presidente da Estatal B atual é indicação de P69; QUE, a Estatal B atende P147, P69 e P137; ... sem dúvida nenhuma essas pessoas têm um protagonismo muito forte nos projetos da Estatal B, como por exemplo, Obra A e Obra B; QUE, o P147 tem uma influência muito forte nos projetos; ... QUE, o Partido B é muito competente em mapear a estrutura de governo.

QUE, quem comandou durante muito tempo a Estatal C foi P34, controlando as nomeações.

Que, indagado sobre CA83, P144 e CA117, esclareceu que P144 é o grande articulador desse grupo até por sua relação com P44; QUE, P144 atua principalmente na área de energia e possui uma grande trajetória nessa área; QUE, P144 não apenas tem conhecimento dos principais projetos do Governo na área de energia como trabalha na iniciativa r da; QUE, ao ter conhecimento de projetos, P144 costura, dentro do Ministério A e com as empresas, a execução desses projetos; QUE, P144 era a pessoa que mapeava os negócios; QUE, P144 ia até as empresas interessadas, se apresentava como intermediário de um ou mais integrantes desse núcleo duro e

oferecia negócios com eventuais contrapartidas financeiras ilícitas para os integrantes desse núcleo; QUE, P144 não era o operador financeiro desses negócios; QUE, a título de exemplo desses negócios cita Obra A; QUE, P144 atuava em muitas frentes; QUE, nos projetos de Obra B, P144 teve protagonismo grande.

Figura 22 –Coordenadores na Rede do Político



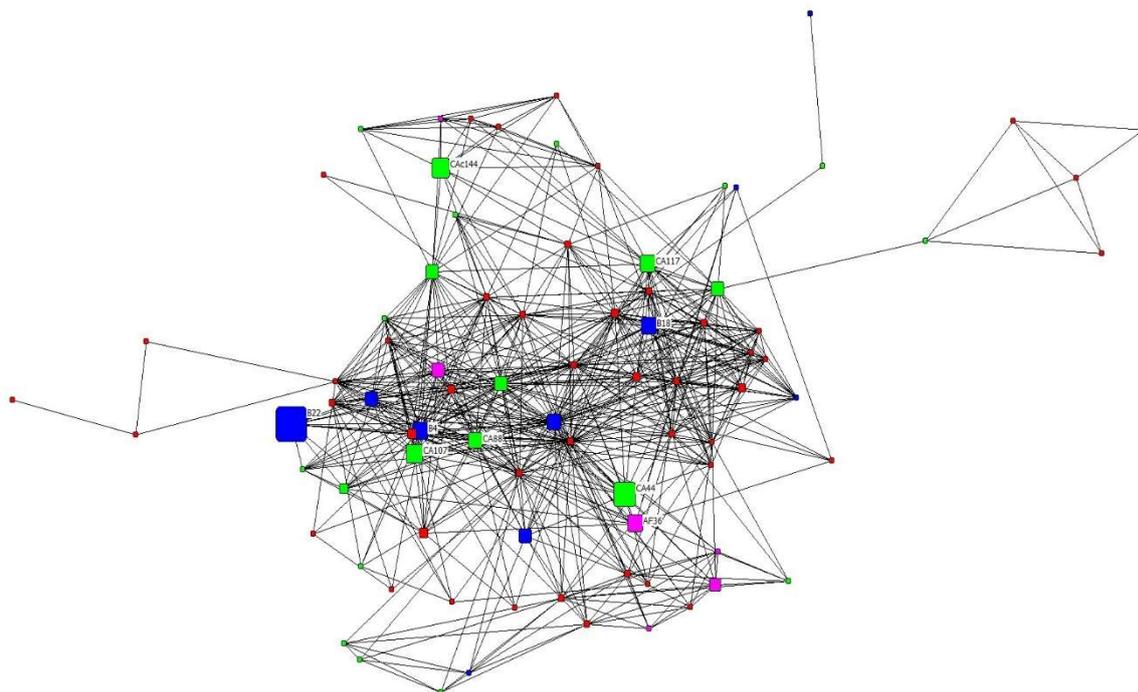
Fonte: elaborado pela autora

Quanto ao papel de Corretor, dos atores que desempenharam com mais frequência, 4 são burocratas, 5 são empresários e 1 é agente financeiro. Em ordem decrescente de frequência, são eles: B22 (7,11%), CA44 (4,60%), CAc144 (3,40%), CA107 (3,23%), B18 (2,93%), B4 (2,86%), AF36 (2,73%), CA117 (2,69%), CA88 (2,58%), B17 (2,55%). Para visualização, o mapa encontra-se encartado na Figura 23.

O valor entre parênteses representa percentual de vezes a mais que o ator desempenhou o papel de corretor, em relação à escolha aleatória. Por ser um *broker* externo, esse cenário pode sugerir que os empresários e burocratas atuam como consultores itinerantes, prestando assessoria a grupos distintos do seu.

Salienta-se que nenhum corretor foi identificado como ponto de corte.

Figura 23 –Corretores na Rede do Político



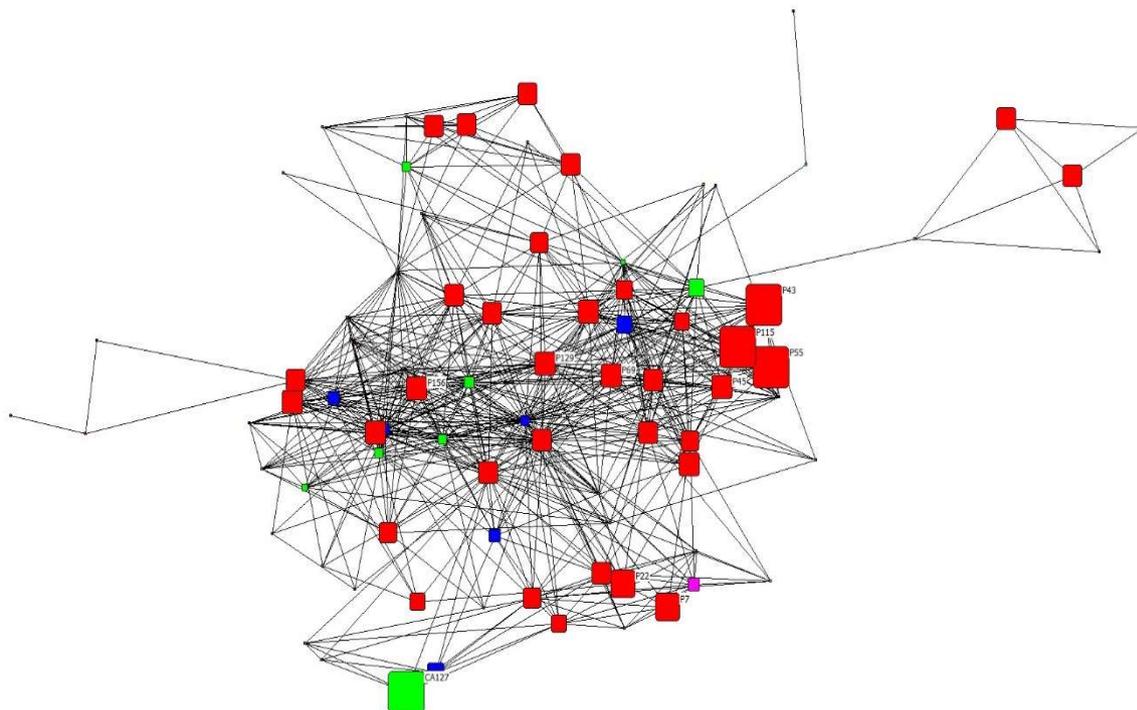
Fonte: elaborado pela autora

A rede do Político foi identificada como rede não dirigida. Portanto, há sobreposição dos papéis de Representante e de *Gatekeeper*, que se encontra na Figura 24. Dos dez atores que desempenharam esse papel com maior frequência, 1 é empresário e os demais são políticos. de Representante. A classificação e respectiva frequência em que exerceu esse papel ficou assim: CA127 (3,55%), P115 (3,55%), P43 (3,55%), P55 (3,55%), P22 (2,37%), P7(2,37%), P69 (1,94%), P156 (1,91%), P45 (1,88%), P37 (1,88%). Ademais, com exceção do ator empresário CA127, os Políticos dominam essa atividade até a 32ª classificação.

Esses atores representam o seu grupo perante ou outros atores da rede e também são responsáveis pela captação de informações e de recursos da rede para o seu grupo. Assim, considerando as explicações supra de Figueiredo e Limongi (1998), pode-se considerar que os políticos que se destacaram neste papel controlam o fluxo da rede no sentido Partido Político – Poder Executivo, Poder Executivo-Partido Político, Partido Político – empresas e Partido Político – Administração Pública. O que confere a eles maiores oportunidades de barganha. E valores mais altos de propinas.

Ressalta-se, por fim, que não foram indicados atores pontos de corte desempenhando o papel de Representante/*Gatekeeper*.

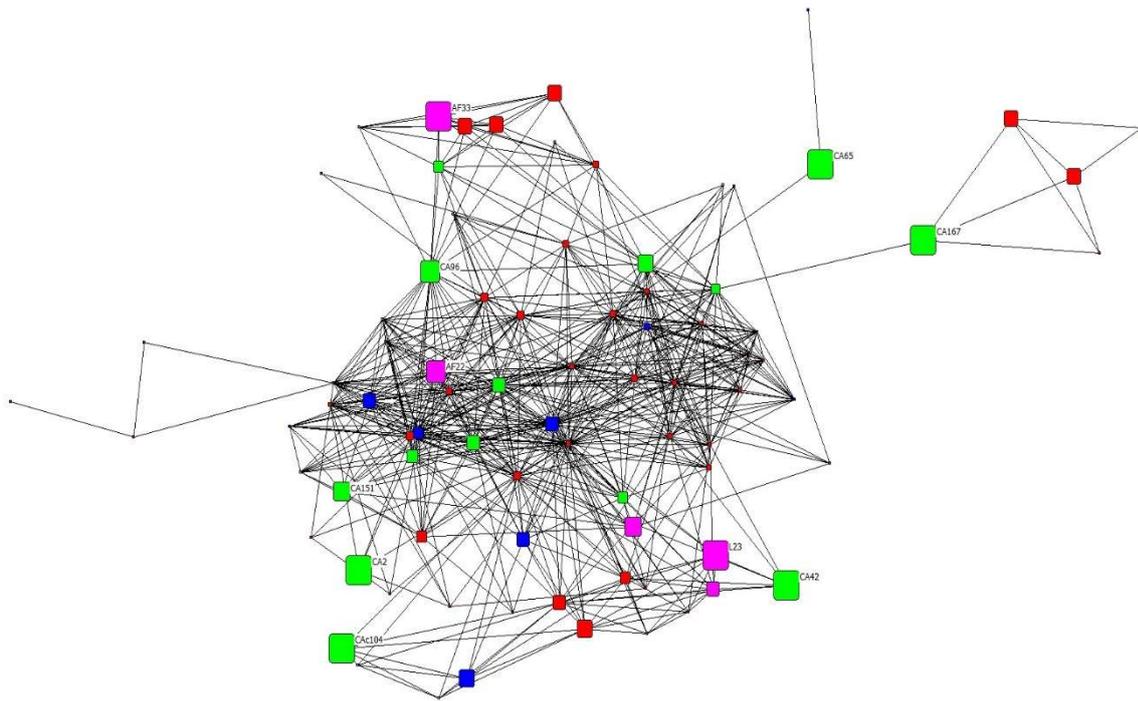
Figura 24 – Representantes e *Gatekeeper* na Rede do Político



Fonte: elaborado pela autora

Acerca do papel de Ligação, dos atores que o desempenham com mais frequência, 7 são empresários e 3 são agentes financeiros, que estão demonstrados a na Figura 25. Os atores e o respectivo percentual de frequência foi: AF33 (1,91%), CA167 (1,91%), CA2 (1,91%), CA42 (1,91%), CA65 (1,91%), CAc104 (1,91%), L23 (1,91%), AF22 (1,36%), CA96 (1,34%), CA151 (1,19%). Com destaque para os atores CA167 e CA65, que também são pontos de corte e pertencem, respectivamente, às facções rosa e vermelha. Ademais, não foram identificados políticos e burocratas.

Figura 25 –Ligação na Rede do Político



Fonte: elaborado pela autora

#### 4.1.4 A Rede do Empresário

O ator CA168 representou a categoria dos Empresários. Sua escolha se deu por fazer parte de uma das empresas classificadas como grandes construtoras, de acordo com o depoimento do ator AF4.

Descrição da rede: sua rede possui 95 atores, dos quais possuem 932 laços de relacionamentos e grau médio de 0.598

Dos três atores que apresentaram maior grau de centralidade, dois são empresários e um é político. Por sua vez, dos três atores com menor pontuação, um é agente financeiro, seguido por um político e um empresário.

Acerca da centralidade de intermediação, dos três atores que apresentaram maior pontuação, os dois primeiros são empresários, seguidos por um político. Já os três atores com menor pontuação são: um é político, seguido por dois empresários.

Na terceira medida de centralidade, *eigenvector*, os três atores que apresentaram maior medida foram, dois empresários, seguidos por um político. Por sua vez, dos atores com menor pontuação, um é político, seguido por dois empresários.

A divisão em facções apresentou a proporção de acertos de 0,8957. Essa medida diz que, em um universo perfeito, onde não haveriam relações ausentes em cada facção, a proporção seria de 1,000 o que seria equivalente a uma rede isolada. O Quadro 4 apresenta a densidade unicamente na facção vermelha. A matriz de densidade de facções mostra o número de relações que estão presentes em cada facção, como proporções de todos os relacionamentos possíveis (Hanneman & Riddle, 2005). Na rede do empresário, apenas a facção vermelha apresentou densidade. Pode-se obter uma visualização na Figura 26, que mostra apenas um ator da facção verde, um da rosa e o restante da rede dominado pela facção vermelha.

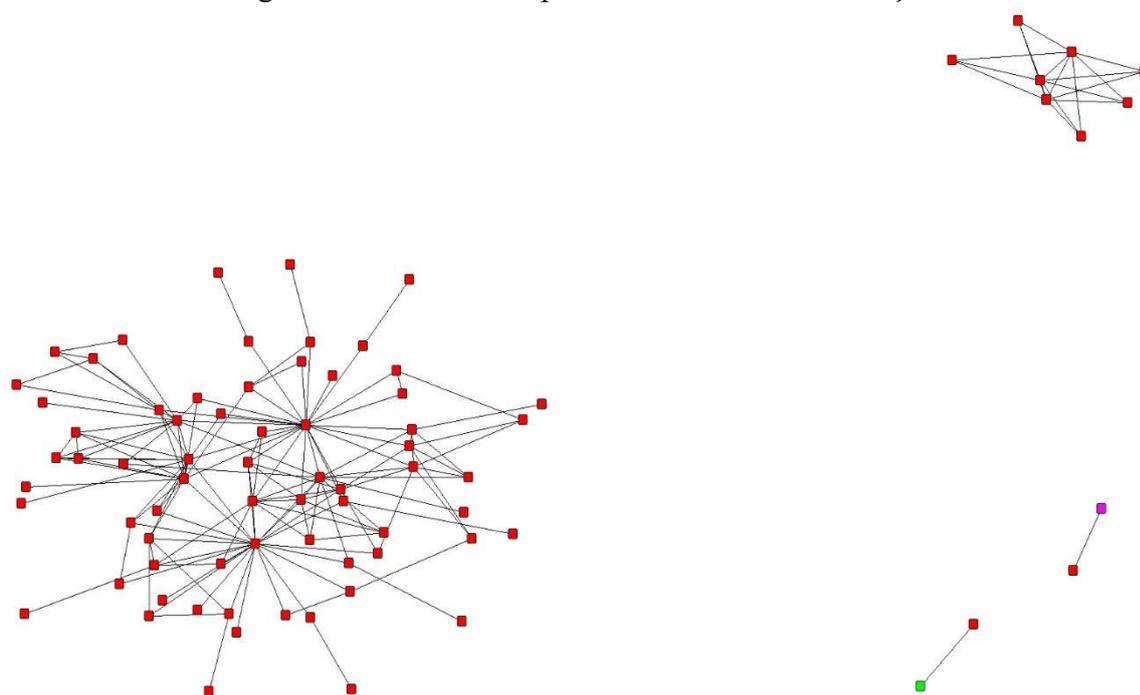
Quadro 4 – Densidades das Facções da Rede do Empresário

	Vermelha	Azul	Verde	Rosa
Vermelha	0,085	-	-	-
Azul	-	-	-	-
Verde	-	-	-	-
Rosa	-	-	-	-

Fonte: elaborado pela autora

Dessa forma, considerando que o algoritmo utilizado em uma divisão grupal por facções visa identificar o arranjo ideal de atores em conjuntos, maximizando a semelhança com o tipo ideal de cada grupo (Hanneman & Riddle, 2005), pode-se sugerir que na rede do empresário, com exceção do ator único da facção verde e do ator único da facção rosa, todos os demais atores da rede encaixam no tipo ideal da facção vermelha.

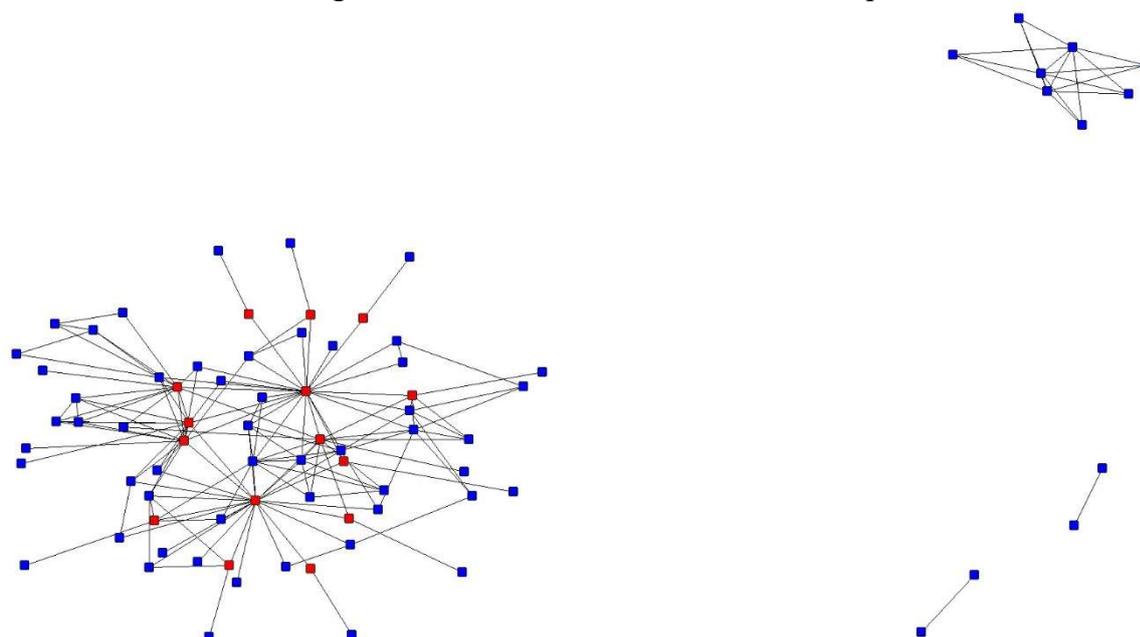
Figura 26 - Rede do Empresário Dividida em 4 Facções



Fonte: elaborado pela autora

Após a análise da divisão por facções, passa-se à análise dos pontos de corte e blocos. A rede do Empresário apresentou 15 pontos de corte e 24 blocos. Observa-se na figura 27, o conjunto de pontos de corte. Nele, foram identificados 9 políticos e 6 empresários. São eles: CA11, P111, CA4, CA99, P58, P129, P137, P37, P33, P17, CA89, P9, CA16, CAc104, P23. O ator CA89 é ponto de corte de 5 blocos da rede. Já o ator CAc104 é ponto de corte de 4 blocos. Os demais são pontos de corte de 2 blocos cada. Quanto maior o número de blocos em que um ator é ponto de corte, maior importância esse ator adquire. Em redes criminosas, esses atores recebem maior valor para as atividades investigativas(Everton, 2008).

Figura 27 - Pontos de Corte da Rede do Empresário

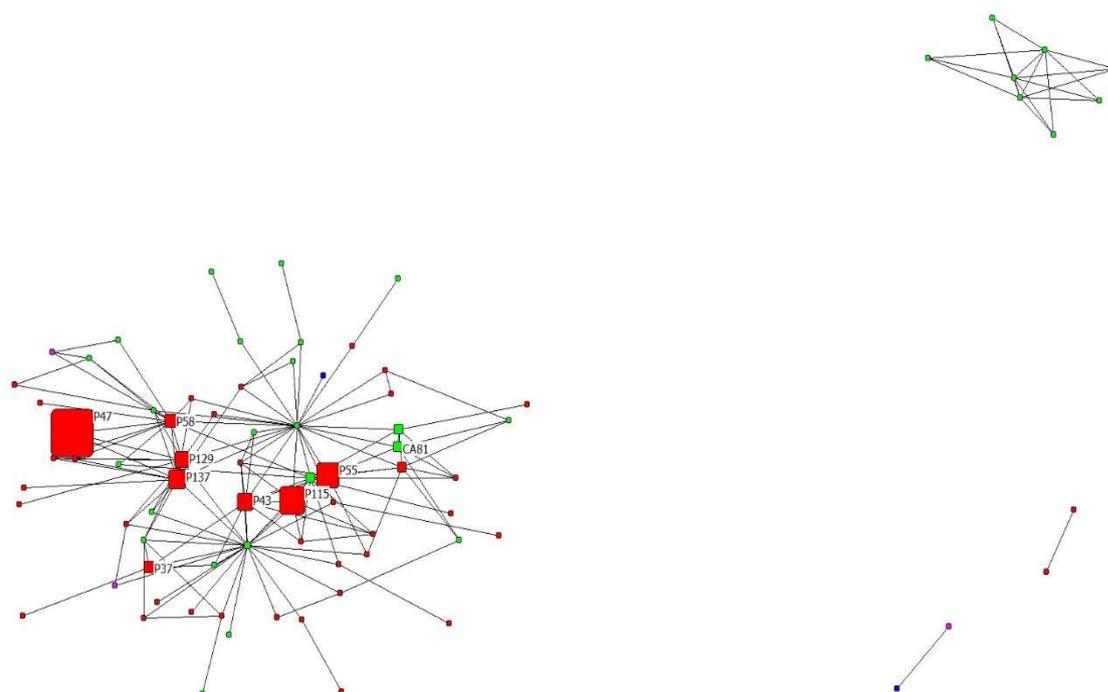


Fonte: elaborado pela autora

Seguindo o formato das apresentações precedentes, a próxima subseção deste tópico destina-se à análise dos *Broker*. Com destaque para os atores que desempenharem, com maior frequência, esses papéis. Os nós vermelhos representam os políticos. Enquanto os azuis são os burocratas. Já os nós verdes são os empresários e, por fim, os nós de cor rosa são os agentes financeiros.

A análise dos coordenadores seguiu o mesmo padrão das redes precedentes. Com os políticos dominando as atividades de coordenação da rede corrupta, conforme se observa na Figura 28. Entre os dez atores com maior frequência, apenas o CA81 não pertence à categoria político. Os atores e sua respectiva frequência são: P47 (17,635%), P115 (9,282%), P55 (7,905%), P137 (5,375%), P43 (4,921%), P129 (4,668%), P58 (3,429%), P37 (2,519%), CA81 (2,204%), P68 (2,035%). Na rede do empresário, quatro coordenadores são pontos de corte. São eles: P137, P129, P58 e P37.

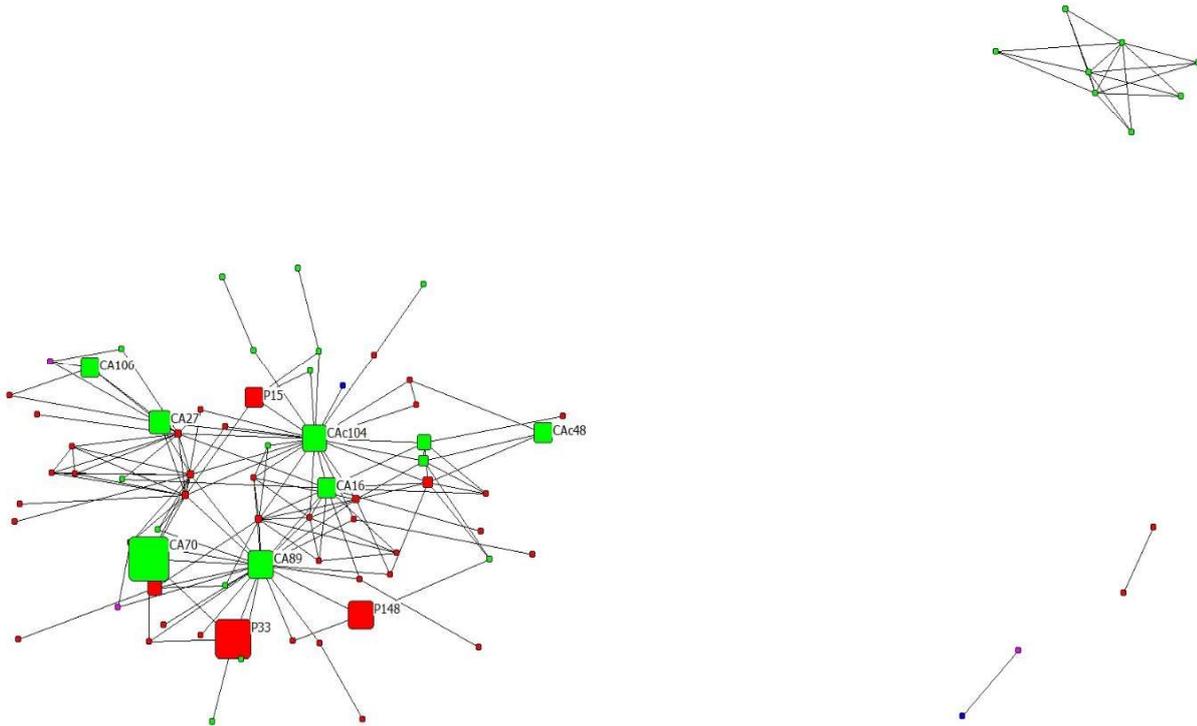
Figura 28 –Coordenadores na Rede do Empresário



Fonte: elaborado pela autora

Na análise dos atores que desempenham o papel de Corretor, os seguintes atores exerceram com maior frequência: CA70 (6,228%), P33 (5,339%), CA89 (3,746%), P148 (3,559%), CAc104 (3,314%), CA27 (2,738%), CA16 (2,435%), CAc48 (2,373%), CA106 (2,373%), P15 (2,373%). Seguindo o padrão encontrado nas redes analisadas anteriormente, do agente financeiro, do burocrata e do político, a maior frequência é de empresários (7). Foram apontados, também, 3 políticos, conforme Figura 29. Percebe-se, portanto, uma predominância de atores empresários desempenhando esse papel. Não foram identificados pontos de corte nesse papel.

Figura 29 - Corretores na rede do empresário



Fonte: elaborado pela autora

Conforme explicação supra, corretor é um ator que desempenha o papel de mediação entre membros de grupos distintos. Sendo assim, a alta pontuação de atores nessa categoria de *broker*, mostra a capacidade expressiva dos empresários em dialogar com políticos, burocratas e agentes financeiros. Conforme excertos de depoimento do ator CA168:

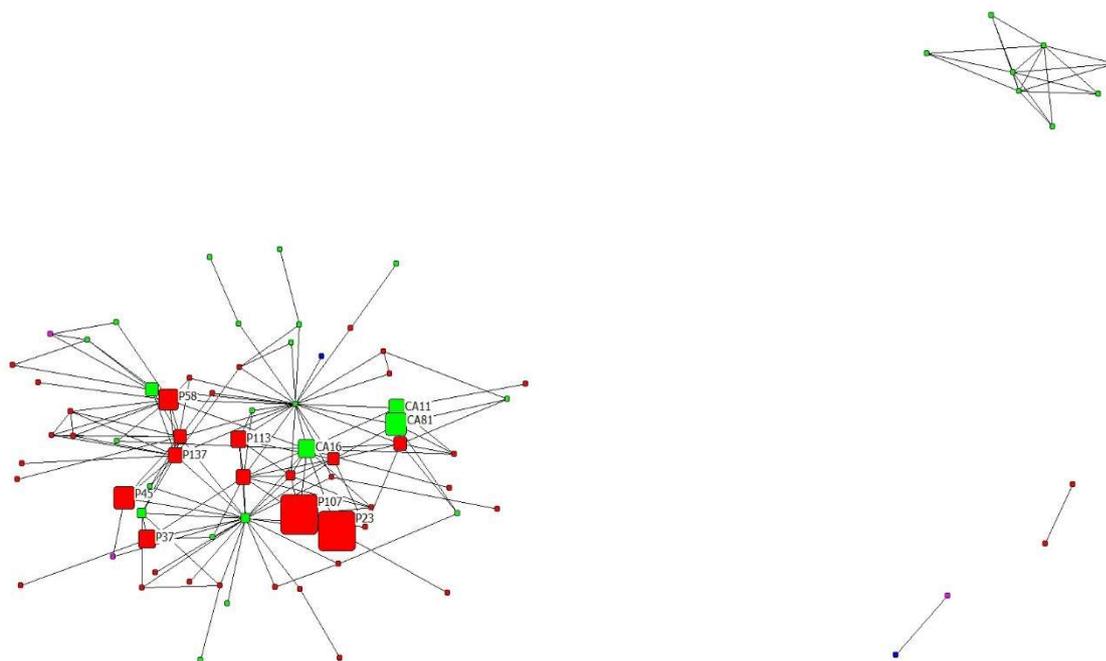
Alguns desses parlamentares me solicitaram patrocínio financeiro, na forma que relatarei em seguida. Os pagamentos destinados a agentes políticos que eram indicados por mim dentro da minha empresa eram aprovados por CA104, pelos presidentes ou pelos diretores dos negócios. Isso não retira, por evidente, o peso do meu apoio a um determinado pagamento dentro da empresa. Os agentes políticos sabiam do peso da minha opinião favorável dentro da empresa e eu sempre usei isso em meu favor.

Enquanto P155 era Deputado Federal, por várias vezes frequentei o gabinete dele (número XXX do Anexo XX da Câmara dos Deputados), além de termos, por algumas vezes, almoçado juntos em restaurantes de Brasília, como Lake's, Piantella e Rubayat.

Da mesma forma, enquanto ELE era Ministro do Ministério B, como citado abaixo, fui recebido no Ministério por esse agente político. Ele me recebia em seu próprio gabinete, ou em uma sala de reunião que ficava contígua à sala do Ministro.

Acerca dos atores que desempenham o papel de Representante, da mesma forma que a rede político, os atores políticos desempenham com maior frequência esse papel (7). Os seguintes atores se destacaram: P107 (7,118%), **P23** (7,118%), CA81 (3,559%), P45 (3,559%), **P58** (3,164%), CA16 (2,622%), **P37** (2,542%), CA11 (2,373%), P113 (2,373%), **P137** (2,169%). Em negrito os atores que também foram identificados como pontos de corte.

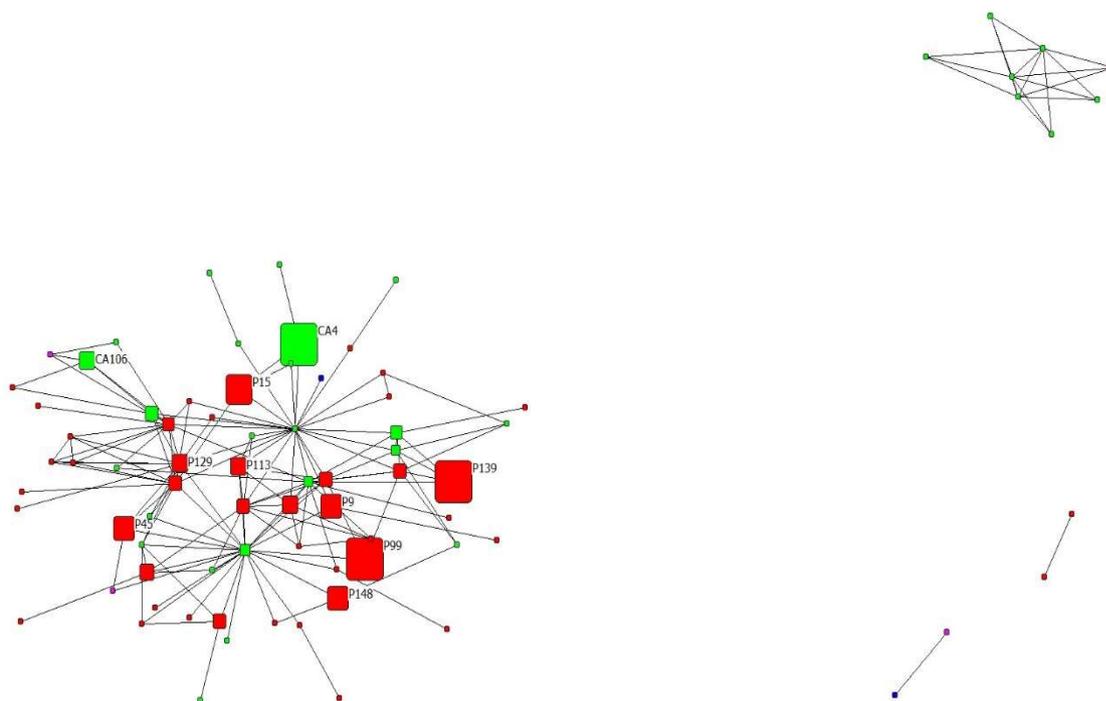
Figura 30 –Representantes na Rede o Empresário



Fonte: elaborado pela autora

Por sua vez, no que se refere ao papel de *Gatekeeper*, assim como na rede do político, o protagonismo também ficou por conta dos políticos. Dos 10 atores com maiores pontuações, 8 deles são políticos e 2 são empresários. Destacaram-se os seguintes atores: P99 (7,118%), P139 (7,118%), **CA4** (7,118%), P15 (4,745%), P45 (3,559%), P148 (3,559%), **P9** (3,559%), P113 (2,373%), CA106 (2,373%) e **P129** (2,303%). Em negrito os atores também foram identificados como pontos de corte.

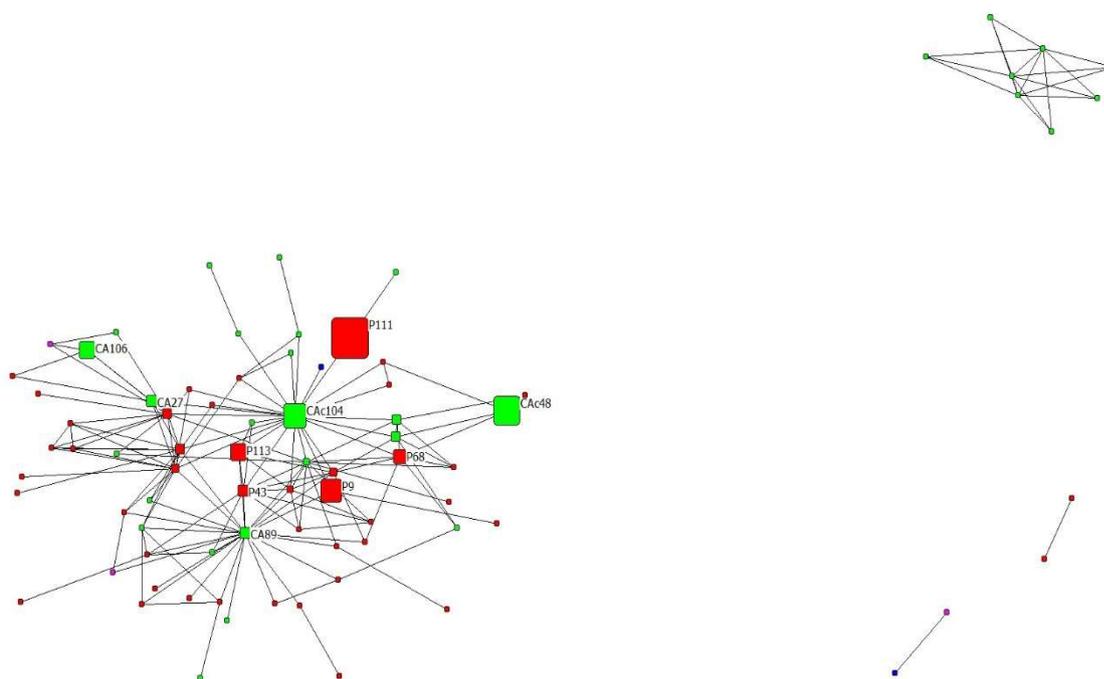
Figura 31 – *Gatekeeper* na Rede do Empresário



Fonte: elaborado pela autora

Por fim, dos 10 atores que desempenham com mais frequência o papel de Ligação, 5 são políticos e 5 são empresários. Que foram: **P111** (1,916%), **CAC48** (1,278%), **CAC104** (1,024%), **P9** (0,958%), P113 (0,639%), CA106 (0,639%), P68 (0,662%), **CA89** (0,346%), P43 (0,312%) e CA27 (0,295%). Em negrito os atores que também foram identificados como pontos de corte. Nota-se, aqui, a ausência de agentes financeiros e burocratas desempenhando este papel.

Figura 32 – Ligação na Rede do Empresário



Fonte: elaborado pela autora

Finalizada a presente etapa, em que foram analisadas as redes dos quatro depoentes, considerando que a presente pesquisa constitui de estudo descritivo que pretende descrever a arena das redes de corrupção investigadas pela Operação Lava Jato, essa fase prévia de análise das redes mostrou-se necessária para a identificação de quais tipos de atores desempenham os papéis de maior relevância para as atividades corruptas e quais exercem apenas tarefas acessórias. Assim como uma organização típica, em que há atividades de gerenciamento e operacionais, a análise das redes mostrou que também podem existir hierarquias semelhantes em organizações corruptas.

A divisão das redes por facções contribuiu para identificar os grupos mais centrais e os que atuam nas zonas periféricas das redes. Contribuiu, também, para mostrar que as

fações, apesar de dominarem uma zona específica das redes, também possuem indivíduos posicionados em regiões dominadas por outras fações. Podendo sugerir um trânsito livre e certa heterogeneidade entre os indivíduos que compõem as fações.

De igual modo, a partir das análises dessas redes, identificou-se que alguns indivíduos, chamados ponto de corte, unem 2 ou mais segmentos da rede. Ainda, entre eles, há os que ligam um maior número de blocos. A teoria sugere que esses indivíduos são mais valorizados quando há intenção de desmonte das redes criminosas.

A análise dos papéis de *broker* das redes possibilitou a identificação (a) dos tipos de atores responsáveis pela coordenação das operações, notadamente os políticos; (b) dos empresários e, em menor medida, dos agentes financeiros e burocratas, como os atores responsáveis por prestar consultoria aos demais grupos das redes, na condição de corretores. Esse papel de *broker* realiza consultorias itinerantes para outros grupos dos quais eles não integram; (c) dos políticos como atores que desempenham a maior parte das atividades de representação do seu grupo frente aos demais, especificamente quanto ao fluxo de saída do seu grupo para o restante da rede. Que pode ser de informações, de recursos monetários ou de qualquer outro recurso que circule pela rede; (d) dos políticos como os atores responsáveis pela entrada de recursos da rede corrupta para o seu grupo; por fim (e) dos empresários e, em menor medida os agentes financeiros, como os indivíduos responsáveis por unir os subgrupos da rede.

Dessa forma, tendo em vista os resultados obtidos na análise das redes sociais, pode-se sugerir os políticos como atores protagonistas nas redes de corrupção. Com uma atuação voltada para a coordenação das atividades corruptas, como os principais representantes e controladores dos recursos advindos da corrupção.

Por sua vez, os empresários são os principais responsáveis pelas atividades de consultoria e pela união de distintos grupos corruptos.

Quanto aos agentes financeiros, juntamente com os empresários, mas em menor medida, são responsáveis pelas atividades de consultoria aos grupos e pela formação de alianças entre eles.

Por fim, os burocratas, que são incumbidos, juntamente com os empresários e agentes financeiros, mas em menor medida, de prestar consultoria aos diversos grupos da rede.

Após a exposição dos resultados e análises das redes formadas a partir dos depoimentos dos quatro delatores, prestados a título de delações premiadas, passa-se para a próxima subseção que ainda compõe a primeira fase do estudo, qual seja: a identificação dos jogos presentes na arena e os respectivos jogadores.

#### 4.1.5 Análise dos Tipos de Jogos e os Respectivos Jogadores

Para finalizar a primeira fase do estudo, foram identificados os tipos de jogos que constituem a arena da corrupção e os jogadores envolvidos em cada jogo. A presente etapa consistiu de análise qualitativa das peças processuais. Desse modo, os jogos foram definidos a partir dos diversos tipos de operações desempenhadas entre os atores. Cada operação conta, ainda, com jogadores específicos.

Saliente-se que a discussão dos resultados à luz da teoria está inserta em capítulo específico, o capítulo 5 - Discussão. Estando a presente subseção destinada a reunir os excertos, extraídos dos depoimentos, que fundamentaram a identificação dos jogos e seus respectivos atores.

Jogo 1 - Arrecadação financeira para o político e o partido, na forma de Propinas Legislativas.

De todos os de jogos identificados, as Propinas Legislativas, pagas a título de patrocínio de campanha, mostrou maior proeminência nos depoimentos, juntamente com a arrecadação para o partido. As Propinas Legislativas consistem na cobrança de valores às empresas que são contratadas, ou têm a intenção de contratar com o Poder Público ou de aprovação de determinado dispositivo legal, na forma que beneficie determinado grupo de empresas. Esses valores são destinados aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais dos políticos. Quando destinadas para os partidos políticos, os valores eram arbitrados pelos líderes dos respectivos partidos.

Jogadores envolvidos: políticos, empresários, e, em algumas situações, os burocratas e operadores financeiros.

A seguir, alguns excertos de trechos dos depoimentos que fundamentam a identificação do Jogo 1:

QUE o depoente menciona que é uma grande falácia afirmar que existe ‘doação de campanha’ no Brasil, quando na verdade são verdadeiros empréstimos a serem cobrados posteriormente a juros altos dos beneficiários das contribuições quando no exercício dos cargos; QUE o depoente ressalta que nenhum candidato no Brasil se elege apenas com caixa oficial de doações e que os valores declarados de custos de

campanha correspondem em média a apenas um terço do montante efetivamente gasto, sem o restante oriundo de recursos ilícitos ou não declarados. B18.

QUE se tratava de uma lista de doações destinadas a vários políticos; QUE acredita que ao menos parte daqueles políticos recebeu valores, embora a lista possa ter sido superdimensionada (ou seja, em todos políticos mencionados realmente receberam); QUE :questionado ao depoente quem teria recebido valores de Estatal C, o depoente disse que não sabe precisar, mas sabe que B4 operacionalizava pagamentos e um dos beneficiários dos valores ilícitos sem dúvida foi P2, assim como também o Partido C, através de P85; QUE também o próprio Partido A recebeu valores, mas não sabe ao certo quem os recebia de que forma. P28

QUE, CAc98, então diretor da CAc123 confirmou ao declarante que existira interesses do Partido D baiano r aquisição das máquinas; QUE, segundo CAc98 de nove a dez milhões de dólares foram separados para pagamento de propina; QUE, não sabe o percentual desse valor que foi repassado ao Partido D, mas acredita que grande parte desse montante foi para o mencionado partido; QUE, B17 participou dessa contratação porque era o gerente da área. P28

QUE B17 confirmou ao depoente que destinava dinheiro ao Partido A, no caso da compra da máquina A, passo que o Partido B do Senado recebia valores a partir da compra da máquina B; QUE o depoente pediu valores de B17 e a B20 para auxiliar na campanha eleitoral ao Governo de Mato Grosso do Sul, em 20xx; QUE esses valores serviriam para o pagamento de parte da dívida campanha contraída no citado pleito eleitoral. P28

QUE, P129 conversou com várias empresas no sentido de bancar a candidatura do filho. P28

QUE, essas empresas são pragmáticas e em função dos interesses que tem financiam as pessoas que vão proporcionar as ações que vão de [ao] encontro aos seus planos de negócio; QUE, em período eleitoral, em período de campanha, muitas empresas buscam financiamento do Banco A. P28

[eu] Sabia que o apoio legislativo oferecido pelos agentes políticos às empresas se dava, na prática, ao menos em troca de contribuições em períodos eleitorais, quando não em troca de contrapartidas financeiras mais imediatas, conforme demonstrarei em alguns meus relatos. Por causa disso, vários agentes políticos tentaram se aproximar de mim. Valendo-me da situação, percebi que deveria selecionar determinados agentes com relevância política e que teriam melhores condições de gerar resultados positivos para a minha empresa. CA168

Busquei identificar e apoiar políticos promissores, que, além de defender projetos de interesses convergentes, demonstram capacidade de exercer liderança no Congresso e nos respectivos partidos, passando, portanto, a figurar na lista de políticos estratégicos. CA168

Os pagamentos destinados a agentes políticos que eram indicados por mim dentro da minha empresa eram aprovados por CAc104, pelos presidentes ou pelos diretores dos negócios. Isso não retira, por evidente, o peso do meu apoio a um determinado

pagamento dentro da empresa. Os agentes políticos sabiam do peso da minha opinião favorável dentro da empresa e eu sempre usei isso em meu favor. CA168

O grupo político dominante do Partido B no Senado Federal, portanto, concentra grande poder e, centralizado em P137, arrecada recursos financeiros que são repassados internamente dentro dos nomes associados a esse grupo. CA168

Essas contribuições eleitorais eram medidas, definidas e decididas de acordo com a relevância dos assuntos de nosso interesse que tinham sido defendidos pelo parlamentar. CA168

Jogo 2 - Edição, votação e aprovação de dispositivos legais.

Após a obtenção de sucesso no Jogo 1, inicia-se o Jogo 2, que consiste visa a aprovação de dispositivos normativos, na forma que beneficie os grupos de jogadores. Esse jogo trata da edição de dispositivos normativos, sua inclusão na pauta de votação das casas legislativas, quando for o caso, e fomentar a sua aprovação. Podem ser leis, decretos, emendas aos projetos de lei, medidas provisórias ou regulamentação de determinado mercado ou ramo de atividade.

Os jogadores envolvidos são o político e o empresário. Em algumas situações, os agentes financeiros. A seguir os excertos que contribuíram para identificar o jogo em questão:

A minha empresa tem interesse na permanência desses parlamentares no Congresso e na preservação da relação, uma vez que **historicamente apoiam projetos de nosso interesse e possuem capacidade de influenciar os demais agentes políticos**. O propósito da empresa, assim, era manter uma relação frequente de concessões financeiras e pedidos de apoio com esses políticos, em típica situação de privatização indevida de agentes políticos em favor de interesses empresariais nem sempre republicanos. CA168 (grifado)

QUE, CA117 é uma pessoa que tem por negócios fundos de pensão e sistema financeiro; QUE, CA117 atua também com emendas [parlamentares]. P28

QUE o processo legislativo de emendas parlamentares a medidas provisórias se transformou em campo fértil para oportunidades de defesa de interesses setoriais e para negócios escusos. P28

Que CA10 incorria com frequência na prática de exercer influência para a alteração, por via de emendas parlamentares, de medidas provisórias; que CA10 não era o único a fazê-lo; que é cediço haver negócios escusos, com pagamento de propinas, subjacentes à apresentação de emendas a medidas provisórias. P28

### Jogo 3 - Nomeação de atores para posições estratégicas:

Trata da escolha de jogadores para ocupar posições estratégicas na estrutura da Administração Pública, com alto poder decisório. O critério de escolha desses atores se dá pela propensão a tomar decisões favoráveis ao grupo político que o nomeou, contribuindo, assim, para a manutenção da estrutura.

Os jogadores envolvidos são o político e o burocrata. O político habilitado para participar desse jogo é o que tem como prerrogativa a nomeação *ad nutum* de cargos da estrutura da Administração Pública ou que cede essa escolha a outro político, como forma de barganha.

Como essa nomeação é de livre escolha, não havendo critérios objetivos e isonômicos para seleção do burocrata que irá ocupar determinado cargo estratégico, o político ou o grupo político escolhe o jogador disposto a manter a estrutura corrupta em funcionamento. A seguir, alguns os excertos que proporcionaram identificar o jogo em questão:

QUE, questionado como se deu o ingresso de B18 na Diretoria de Abastecimento da Empresa B, afirma que soube por P85 que esta seria uma manobra política engendrada por P85 em parceria com os deputados P126 e P127 do Partido C, sendo que a fim de pressionar o governo o Partido C inclusive promoveu o trancamento da pauta juntamente com outros partidos aliados. AF4

A nomeação de B18 teve ligação com a competência técnica do mesmo, juntamente com a **disposição deste em promover o esquema de contratação de empreiteiras dispostas a contribuir para o partido.** AF4 (grifado)

A bancada do Partido B no Senado tem um núcleo duro composto por P129, P137, P45, P147 e P34; QUE, esse núcleo sofre influência do ex-presidente P90; QUE, esse núcleo monopolizava as nomeações no Governo Federal, não apenas nas empresas de energia, mas também nas Agências Reguladoras e Ministérios; QUE, **esse núcleo possui uma ação muito efetiva e articulada visando ter agentes em áreas estratégicas do governo que alimentem interesses não apenas políticos, mas também próprios**; QUE, por exemplo, no setor de energia, ele tem uma ação muito consistente; QUE, o presidente da Estatal A atual é indicação de P69; QUE, a Estatal A atende P147, P69 e P137; ... sem dúvida nenhuma essas pessoas têm um protagonismo muito forte nos projetos da Estatal A, como por exemplo, Obra A e Obra B; QUE, o Parlamentar P147 tem uma influência muito forte nos projetos de Obra B e Obra C; QUE, o Governo tem o controle de quem indica quem; QUE, o Governo tem registro de quem apadrinha quem em tal ou qual órgão; QUE, o Partido B é muito competente em mapear a estrutura de governo; QUE, no caso da Estatal C, B24 nos quase dez anos que dirigiu essa empresa construiu quase um monopólio e verticalizou a s a gestão de modo a ter um amplo controle sobre aquilo que era realizado na empresa; QUE, B24 é pessoa indicada por P129 e chegava a despachar na casa deste. P28

Jogo 4 - Puro enriquecimento:

Trata-se de comissionamento recebido pela execução de atividades, como votar favoravelmente pela aprovação de determinado projeto de lei, editar medida provisória, favorecimento em contratações, disponibilizar conta bancária para trânsito de moeda para dificultar fiscalizações e emissão de notas fiscais para dar roupagem de legalidade ao dinheiro de propina. Um aspecto importante deste jogo é que o diferencia dos demais, é que não envolve questões decisórias ou de mentoria. Apenas a execução de uma tarefa que é atribuída aos jogadores.

Os jogadores envolvidos são: operador financeiro, político, burocrata e empresa. Adiante, alguns os excertos que suportaram a identificação do jogo em questão:

Que é cediço haver negócios escusos, **com pagamento de propinas, subjacentes à** apresentação de emendas a medidas provisórias. P28 (grifado)

QUE, **AF35 recebia cerca de 1 a 2% do valor da transação** no caso dos saques, sem emissão de nota fiscal; QUE, ocorreram casos em que o declarante devia receber recursos no exterior e os valores foram careados as empresas usadas por AF35 a L18, L7 e a L6, promovendo este a disponibilização dos valores ao declarante no Brasil. AF4 (grifado)

QUE, esclarece que a empresa AF24 também emitiu "notas frias" no interesse de viabilizar repasses das empreiteiras contratadas pela Estatal B ao Partido C, sendo que em relação a tais notas **o declarante recebeu integralmente o valor de 20% devido usualmente para a operacionalização das transferências.** AF4 (grifado)

## **4.2 Segunda Etapa: Análise dos Elementos dos Jogos**

A segunda etapa do estudo, consistiu de análise de conteúdo, que permitiu a categorização sistemática e objetiva dos depoimentos (Marconi & Lakatos, 2003), utilizando as peças processuais. Nesta etapa, com o suporte da teoria institucional e da literatura sobre corrupção, foram caracterizados os recursos envolvidos, identificados os atributos dos jogadores e as regras dos jogos. Conforme o mapa conceitual IAD, adaptado de Ostrom.

#### 4.2.1 Características dos recursos transacionados na arena

Os recursos transacionados em uma arena de jogos dizem respeito aos insumos que fomentam os jogos. Cada categoria de ator possui seus recursos inerentes que os leva para a arena. Como também busca por outros recursos que lhe são caros. Quanto mais recursos valorizados e escassos um jogador possuir, mais poder lhe é conferido.

Os recursos, que são considerados de uso comum (*common-pool resources*), são dotados de duas características: alta subtrabilidade - a utilização do bem por um indivíduo leva a subtração do uso pelos demais, e a necessidade de restrição dos caronas a fim de evitar o seu exaurimento (Ostrom, 2005; Trojbciz, 2016).

Recurso 1: Monetário 1 – consiste na movimentação de numerário ou trânsito físico de dinheiro. Alguns jogadores possuem quantias vultuosas de dinheiro em espécie em sua posse ou conseguem retirar grandes quantias em bancos e têm facilidade no seu transporte, sem chamar atenção das autoridades de controle. Com expertise em transitar fisicamente, portanto altas quantias de dinheiro físico por aeroportos e postos de fiscalização. Esse é um recurso que os Agentes Financeiros possuem.

QUE em relação a tais notas fiscais fornecidas pela AF24 o declarante **conseguia "esquentar" dinheiro vivo** que possuía, pois o fornecia diretamente montante em espécie aos membros do Partido C recebendo dinheiro legalizado das empreiteiras na conta da AF24. AF4 (grifado)

QUE, acredita que AF51 tivesse **facilidade em realizar saques vultosos em espécie**, sendo tais operações realizadas junto ao Banco B da Praça da X ou Banco D no bairro Y, ambos na capital Z; QUE, acredita que no ano de 20XX ou 20XX passou a ocorrer alguns problemas no saque dos valores por AF51, sendo que a partir de então AF51 lhe apresentou AF35; QUE nestes casos as empresas de AF51 transferiam os recursos para as empresas de AF35 e este fornecia o dinheiro em espécie ao declarante. AF4 (grifado)

Recurso 2: Monetário 2 – movimentação eletrônica de recursos financeiros, visando dificultar fiscalizações e investigações. Ex. Lavagem de dinheiro com operação cabo-dólar ou cabo-euro, contratos e emissão de notas fiscais fictícios. Da mesma forma que a movimentação de numerário, a transferência eletrônica e de câmbio é um recurso cuja expertise é dominada pelos Agentes Financeiros. Contudo, essa diferencia-se daquela por se tratar de movimentação eletrônica. Que requer, não o conhecimento de vias alternativas para

transito físico de dinheiro sem ser identificado, mas de movimentação eletrônica de dinheiro, entre contas bancárias, de emissão de documentos fiscais falsos, e da saída de dinheiro do Brasil. Sem que sejam detectados pelas autoridades fiscalizadoras desse tipo de operação.

QUE, acerca de empresas de AF35 no exterior, explica que a sua relação comercial com AF35 era inicialmente relacionada a transferências financeiras, sendo que **o declarante emitia TEDs para que este fizesse saques** em espécie e lhe devolvesse o dinheiro, tendo AF35 executado a tarefa de emissão de notas como AF51, nos termos antes mencionados; QUE, AF35 recebia cerca de 1 a 2% do valor da transação no caso dos saques, sem emissão de nota fiscal; QUE, ocorreram casos em que o declarante devia **receber recursos no exterior e os valores foram careados as empresas usadas por AF35 a L18, L7 e a L6**, promovendo este a disponibilização dos valores ao declarante no Brasil. AF4

QUE, as parcelas seguintes do comissionamento, de cerca de dois milhões de reais, foram recebidas pelo próprio AF15 junto a CAc34, sendo possível que o mesmo tenha emitido notas da empresa L5 a fim de **justificar as transferências financeiras**. AF4

Recurso 3: Edição/votação/aprovação de atos normativos:

É um recurso que os políticos possuem. Seja ele do Poder Executivo ou do Poder Legislativo. Considerando que os poderes para editar, votar e aprovar atos normativos não são distribuídos de forma equânime entre os políticos, haja vista os chefes das casas legislativas monopolizarem a agenda da pauta de votação, os líderes dos partidos possuírem, também, prerrogativas que lhes conferem um poder maior que outros políticos sem liderança, esse recurso, portanto, não é linear entre os políticos. Alguns políticos detendo uma maior quantidade desse recurso que outros. E, nessa condição, o político controla o recebimento das propinas legislativas. Conforme excerto a segui:

QUE nesta reunião, a nova liderança informou a B18 que os repasses da Estatal B deveriam a partir de então ser feitos diretamente a P16, líder formal do Partido C. AF4

QUE, o mesmo se aplicava no caso dos aditivos todavia, via de regra a comissão dos aditivos era maior do que 1%, podendo chegar ate 5%, sendo tais percentuais **negociados nas reuniões anteriormente mencionadas das quais o declarante participava, juntamente com P85 e B18**; QUE, tais valores eram pagos pelas próprias empreiteiras sendo que inicialmente **P85 indicava ao declarante quem o mesmo deveria procurar junto as empresas**; ...; QUE, esses valores eram pagos tanto em espécie como por meio de emissão de notas com base em contratos fictícios de prestação de serviços, existindo empresas que preferiam realizar os depósitos no exterior, como no caso da CAc124, por exemplo; QUE, acerca dos **controles desses pagamentos, afirma que era feito inicialmente por P85** ate o ano de 20XX. AF4 (grifado)

QUE após a dedução dos custos, a comissão era rateada da seguinte forma: 30% para B18, 5% para o declarante, 5% para AF30 e 60% para P85; QUE, o declarante informa que era responsável pelo controle de caixa dos valores, sendo que nos casos de recebimento de parcelas de contratos o declarante retinha os valores em espécie ou os recursos eram buscados junto as empreiteiras conforme a necessidade; **QUE, a divisão dos valores entre os membros do Partido A (dentro da margem de 60%) era definida por P85.** AF4 (grifado)

QUE, então, P101 solicitou ao depoente que “visse”, como Líder do Governo, a questão de CA108 e de sua esposa, a propósito de requerimentos de convocação de ambos, formulados no âmbito da CPI do XXXX; QUE pela expressão “visse”, ficou claro que o depoente deveria evitar tais convocações. P28

O pagamento que o Parlamentar P137 solicitou foi aprovado... **Esse pagamento foi feito em contrapartida ao decisivo apoio dado pelo Parlamentar P137 durante o trâmite do Projeto XX/20XX.** Acredito que o valor total desses pagamentos seja da ordem de R\$ 4.000.000,00, embora não me recorde com precisão. Esses pagamentos, segundo me foi dito por P137, não seriam apenas para ele, mas também, como já havia ocorrido em outras oportunidades, para P129. CA168 (grifado)

havia relatado a ele que o Parlamentar P28 teria **reclamado por não ter recebido muita “atenção” da nossa parte após a aprovação do Projeto XXX/20XX. CA27 aprovou um apoio de R\$ 500.000,00 que transmiti ao Parlamentar P28 ...** Na sequência, enviei e-mail a CA27 e CA106 no mesmo dia comunicando que P28 tinha ficado “absolutamente satisfeito” e que tinha “pressa” no recebimento. CA168 (grifado)

Faz-se importante esclarecer que não foram identificadas situações envolvendo normativos regulatórios infralegais.

Recurso 4: Cargos à disposição. Poder de nomear de atores (caneta): Nomeação de atores para ocupar cargos com posições estratégicas, decisivas nos jogos.

QUE questionado ao depoente o que significa ‘assumir’ uma diretoria, o depoente respondeu que, além peso político, os Diretores indicados por partidos ‘atendem as demandas’ do Partido; QUE se trata não apenas de influência política, mas também de ‘doações’ e ‘outros objetivos não republicanos’. P28

Este recurso tem grande valor para os jogadores. Pois ter acesso às nomeações de cargos estratégicos significa ter acesso à manipulação da estrutura da Administração Pública. Podendo, assim, elaborar e/ou modificar políticas públicas, implementando agendas de acordo com os interesses pessoais dos jogadores.

Ressalta-se que, cargos em posições estratégicas à disposição para nomeações *ad nutum*, em que pese serem prerrogativas do Poder Executivo, as escolhas são cedidas aos políticos parlamentares, como barganhas para a implementação de agendas. Esse ponto será discutido à luz da teoria, no capítulo 5 – Discussão.

QUE a diretoria de Estatal B anterior à atual (a penúltima) era muito ligada a P37 [parlamentar, chefe de casa legislativa]. P28

QUE, quem comandou durante muito tempo a Estatal C foi P34, controlando as nomeações. P28

QUE há verdadeira "queda de braços" para indicação de nomes para as agências reguladoras relacionadas à área A ... QUE, atualmente, está a cargo do Partido B da Casa Legislativa X indicar nomes para agências reguladoras ligadas à área A; QUE os Parlamentares da Casa X P45, P137 e P129 possuem papel e força incontestável quanto a essas indicações; ... QUE o depoente rememora que houve queda de braço 'tremenda' para a indicação de B13, apadrinhado do Partido B da Casa Legislativa X, para o cargo de Diretor-Presidente da Agência A. P28

O depoente P28, no excerto "QUE as diretorias que estão envolvidas com compra e venda do produto A são muito cobiçadas na Estatal D", refere-se que cargos nessas diretorias são cobiçados por gerirem contratos com vultuosos volumes de dinheiro.

Já no trecho "QUE, o Partido B é muito competente em apelar a estrutura de governo", o depoente P28 referiu-se ao mapeamento de cargos estratégicos na Administração Pública.

"QUE, B24 é pessoa indicada por P129 e chegava a despachar na casa deste" (P28). Esse excerto explica que o burocrata nomeado, despachando na residência do parlamentar, atendia aos interesses do político que o nomeou.

Ademais, alguns cargos na estrutura, como Tribunais Superiores no Poder Judiciário, têm autonomia/poder/prerrogativa de inocentar presos ou abrandar suas penas. Sendo de grande interesse de jogadores apenados.

QUE nesta oportunidade, o depoente disse à P31 [chefe do Poder Executivo] que, se estava inseguro, o depoente poderia conversar com B26; QUE P31 deu o "sinal verde" ao depoente e disse que seria necessário conversar com P31 para saber se ele estava ciente do "compromisso" que ele estava prestes a assumir; ... QUE P31 não disse expressamente neste momento qual era o "compromisso" - mas, das conversas anteriores com P31 e P36 ficou bastante claro que o objetivo imediato era de liberação das pessoas mais importantes presas, mas também de uma preocupação mais ampla, com as consequências da Operação [Lava Jato]; ... QUE ao longo das tratativas, inclusive, B5 disse a P36 que, com essa indicação, poderia garantir a vitória na turma [do Tribunal], ou seja, se conseguissem um relator, B5 poderia controlar o posicionamento da turma; QUE o depoente tinha contato com B26, mas o contato de P36 neste tema era com B5. P28

Recurso 5: Contratações a realizar.

Determinados cargos na Administração Pública têm a atribuição de realizar ou autorizar a realização de licitações e demais contratações com o mercado. Tais contratações são consideradas como recurso de um jogador quando, em virtude da condição do cargo que ocupa, ele tem o poder para direcionar essas contratações. Favorecendo determinadas empresas e atendendo aos interesses da autoridade que, de fato, o nomeou. Os ocupantes desses cargos foram aqui classificados como Burocratas. Em que pese alguns cargos serem ocupados, em grande medida, por atores políticos, eles foram classificados como Burocratas, devido à posição ocupada na Administração Pública.

Afirma que a partir da divulgação das obras pela Estatal C, as grandes empreiteiras se reuniam entre si a fim de elaborar os consórcios; QUE, a partir da decisão das empreiteiras, a Diretoria B, então chefiada por B20, indicado pelo Partido A, fazia os convites para as empresas designadas pelo cartel; QUE, em sendo a licitação de competência da Diretoria de A, chefiada por B18, nomeado pelo Partido C e com apoio político do Partido B, a lista era encaminhada a esta seção, cabendo a B18 chancelar a nomeação, excluir ou incluir convidados de acordo com o interesse das empresas cartelizadas; QUE, o encaminhamento de tais listas ao B18 era feito por P85 ou pelo próprio declarante. AF4

Impende ressaltar que os agentes políticos têm interesse difuso nessas contratações. Pois a manutenção da estrutura corrupta é viabilizada, também, a partir dos comissionamentos ilícitos advindos desses contratos. Como pode-se verificar a partir dos excertos a seguir:

QUE, CAc98, então diretor da CAc123 confirmou ao declarante que existira interesses do Partido D baiano a aquisição das máquinas; QUE, segundo CAc98 de nove a dez milhões de dólares foram repassados para pagamento de propina; QUE, não sabe o percentual desse valor que foi repassado ao Partido D, mas acredita que grande parte desse montante foi para o mencionado partido; QUE, B17 participou dessa contratação porque era o gerente da área ... QUE, ao assumir a diretoria, B17 era o principal gerente e conduzia a contratação. P28

QUE, o próprio ministro negociou os recursos com o Banco X ou Banco XX; QUE, na visão do declarante não era usual que um ministro se aplicasse tanto em favor de um projeto; QUE, houve efetivamente uma ação muno (sic) centrada no Ministério do Ministro B em favor desse projeto, tendo o projeto andado com uma velocidade incomum. P28

#### 4.2.2 Atributos dos jogadores (categorias e subcategorias)

Os jogadores foram categorizados de acordo com seus atributos. Importante observar que o limite entre atributos e afiliações pode se tornar um tanto confuso. Considera-se uma afiliação se a participação conjunta de dois jogadores indica um relacionamento. Contudo, há situações em que uma afiliação pode ser considerada um atributo (Everton, 2008). Portanto, visando conferir objetividade à classificação, esta categorização se deu pela atividade social que os jogadores desempenham, sua hierarquia nessa atividade e respectiva remuneração. São eles:

##### a) Político

Político chefe de Poder (Executivo/Legislativo) – o político chefe de Poder, possui a prerrogativa de editar atos normativos, em especial medidas provisórias, no caso do Poder Executivo, e de pautar a agenda de votações e tornar mais célere a discussão e votação de leis, quando chefe do Poder Legislativo.

P113 atua de forma muito mais indireta, não sendo seu papel, em regra, pedir contribuições financeiras para o partido. CA168

A bancada do Partido B na Casa Legislativa X tem um núcleo duro composto por P129, P137, P45, P147 e P34; QUE, esse núcleo sofre influência do ex-presidente P90. P28

Ademais, a informações contidas nos depoimentos mostraram que os políticos se valem da condição de chefe de poder para solicitar às empresas propinas legislativas mais generosas:

O próprio P168 fez questão de encaminhar esse pedido de apoio financeiro mais qualificado, apoiando-se na cuidadosa atenção que demonstrou aos nossos pleitos ao longo do seu primeiro mandato como Governador do Estado A. CA168

Salienta-se ainda que, nas peças processuais analisadas, não houve menção, nessa classificação, a nenhum chefe do Poder Judiciário, em nenhuma das Esferas do Poder Público.

Político líder de partido – o líder de partido é mais bem remunerado que os demais e é o jogador que estabelece os valores dos comissionamentos. Comumente também é o responsável pela arrecadação dos valores pagos pelas empresas e sua distribuição entre todos os políticos e ao partido.

Esse papel de ‘arrecadador’ cabe primordialmente a P43 e, em menor escala, a P115. CA168

No ano de 20XX o mesmo [P85] apresentou dificuldades financeiras e solicitou auxílio financeiro para uma campanha, tendo o declarante repassado ao mesmo cerca de US\$ 12 milhões. AF4

A divisão dos valores entre os membros do Partido A (dentro da margem de 60%) era definida por P85. AF4

Todos os assuntos que tratei no Congresso se iniciaram através de P137. Na maioria das vezes, não tratava com mais ninguém. Normalmente, me dirigia a ele, que me orientava sobre quais passos adotar e quais parlamentares seriam acionados. P137 agia em nome próprio e do grupo político que representava, formado por P129, P45 e membros do Partido B. P137 era o Líder do Governo no Senado e, embora não falasse pelo Governo, falava com o Governo. CA168

Exatamente por essa posição destacada, o P137 no meu entendimento, é o principal responsável pela arrecadação de recursos financeiros dentro do grupo do Partido B no Senado. CA168

P43 concentra as arrecadações financeiras desse núcleo político do Partido B[na Câmara dos Deputados] para posteriores repasses internos. CA168

Político intermediário – é o responsável pela transmissão de informações das empresas para os políticos de altos cargos, como o chefe do executivo e os chefes do legislativo, quando estes optam pela estratégia de segurança em detrimento do poder. Em tais situações, o líder de uma organização criminosa opta por não se expor, mantendo minimamente contatos com o restante da organização, sempre por meio de um membro intermediário em que deposite total confiança.

Pelo que pude perceber ao longo dos anos, a pessoa mais destacada desse grupo para falar com agentes privados e centralizar as arrecadações financeiras é P43. Ele atua como verdadeiro preposto de P113 e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome. CA168

O Senador P129 embora algumas vezes interagisse diretamente comigo, como detalho no Anexo 2.3, atuava, em regra, sob a representação do Senador P137, delegando a ele a tarefa de negociar, em seu nome, os repasses financeiros decorrentes de auxílios legislativos. Ainda que, em alguns casos, eu não tenha tratado

diretamente com o Senador P129, eu sempre tive a certeza de que os entendimentos acertados com P137 eram automaticamente acertados com P129. Acredito que existia, de fato, uma relação de preposição, em que o Senador P137 falava em nome dos dois. CA168

QUE CA83 tinha muita relação com P129 e P69, mas quem fazia esta relação era P144. P28

Quero ressaltar que nas vezes que me foi solicitada qualquer agenda com P113, procurava P43, que viabilizava os encontros para as demandas da empresa. CA168

Tanto P115 como P43, contudo, valem-se enormemente da relação de representação/preposição que possuem de P113, o que confere peso aos pedidos formulados por eles, pois se sabe que o pleito solicitado em contrapartida será atendido também por P113. CA168

QUE tinha muita relação com P129 e P69, mas quem fazia esta relação era P144; QUE isto ocorria pela posição estratégica deste último, como Ministro do Ministério B, e nesta qualidade P144 poderia saber de todos os projetos que poderiam ser de interesse do Partido B. P28

Político sem liderança – trata-se dos políticos comuns, que não possuem atividades decisórias ou de maior relevância. Apenas realiza votações de acordo com a orientação da liderança partidária e é remunerado por isso.

#### b) Empresa

Grandes construtoras – dotados de maior poder de negociação, realizam contratos superfaturados e jogos de planilha com a Administração Pública, negociam com os parlamentares a edição e aprovação de dispositivos legais, remuneram os políticos, burocratas e agentes financeiros. Considerou-se como grandes construtoras as que foram explicitamente elencadas pelo delator AF4. As demais foram classificadas como Empresas.

Dentre as grandes empreiteiras que participavam do esquema anteriormente mencionado, cita: CAc123, CAc63, CAc51, CAc97, CAc20, CA61, CAc124, CAc116, CA160, CA159, CAc139, CA158, CAc9. AF4

QUE, nessas reuniões recorda-se de ter presenciado alguns diretores de empreiteiras fazendo comentários acerca de listas de empresas que deveriam ser contratadas havendo algumas reclamações dirigidas a B18 de que por vezes a ordem de contratação não estava sendo respeitada; QUE, essas reuniões eram periódicas de duas a três vezes ao mês; QUE, segundo teve conhecimento, **as grandes empreiteiras reuniam-se para definir os ganhadores das licitações junto a Estatal B**, deliberando também o que seria reservado as empresas menores; QUE, questionado acerca do envolvimento de dos dirigentes das empresas nesse esquema,

diz acreditar que não apenas os diretores mas os donos tinham ciência do esquema, o mesmo se aplicando aos acionistas majoritários. AF4 (grifado)

Aqui, ressalta-se que, apesar de as contratações serem tarefas atribuídas aos Burocratas, esses atores exercem tarefas técnicas e acessórias, de manutenção da estrutura corrupta. Cabendo, em última medida, direcionar as contratações, da forma que gere pagamentos de propinas, mas que dificulte o trabalho dos órgãos de controle.

### c) Burocrata

Altos burocratas (ministros, secretários e diretores na Administração Indireta) – possuem maior proximidade com os políticos. São nomeados para cargos em posições estratégicas no Poder Executivo, Poder Judiciário, Autarquias e Empresas Públicas. Ex: ministros de estado, secretários de governo, ministros de tribunais superiores.

A pessoa de B18 o qual teria sido empossado como dirigente da empresa Estatal E; QUE, recorda-se de ter feito no ano de 20XX um pagamento a B18 em um shopping no valor aproximado de trezentos mil dólares por conta de um contrato entre a Estatal E e a CAc119/CAc20, a mando de P85. AF4

QUE a situação descrita em questão se aplica ao depoente que, uma vez indicado ao cargo de diretor da Estatal E por indicação do Partido C, passou a ser demandado pelo grupo político para prover o Partido C, Partido B e Partido A, em diferentes momentos, com recursos oriundos da empresa em que atuava; QUE ressalta o depoente que na hipótese de deixar de atender às demandas do grupo político, imediatamente isso significa a sua saída do cargo para outro que atenda os pedidos; como se deu o ingresso de B18 na Diretoria da Estatal B, afirma que soube por P85 que esta seria uma manobra política engendrada por P85 em parceria com os deputados P126 e P127 do Partido C, sendo que a fim de pressionar o governo o Partido C inclusive promoveu o trancamento da pauta juntamente com outros partidos aliados. AF4

Aproximadamente 90% do recurso aplicados; QUE esta sempre foi a diretoria era controlada pelo Partido A, sendo os diretores indicados pelo partido; QUE esta diretoria era comandada pelo diretor B20; QUE a divisão política de cargos e diretorias da Estatal B era estabelecida da seguinte forma: ficava a cargo do Partido A presidência e outras 04 (quatro) diretorias; a diretoria Y onde atuava o depoente era comandada pelo Partido C e posteriormente pelo Partido B e Partido A, tendo realizado uma única operação para o Partido B como mencionado; e a diretoria A sob o comando do Partido B; QUE quanto as contratações da área de Y, como ocorrem em todas aquelas feitas pela Estatal B, considerando que o Brasil possui um número reduzido de empresas com capacidade técnica e porte para grandes obras (em torno de 10 empresas), havia uma cartelização com o objetivo de frustrar o efetivo procedimento licitatória para as contratações. B18

QUE, B17 participou dessa contratação porque era o gerente da área ... QUE, ao assumir a diretoria, B17 era o principal gerente e conduzia a contratação. P28

Burocratas de níveis inferiores – realizam atividades operacionais acessórias, sem poder decisório.

d) Agentes financeiros

Operadores de moeda estrangeira (doleiros e/ou empresas de câmbio) – são responsáveis pelo fluxo do dinheiro proveniente de propinas. Com a finalidade de dar aparência de legalidade e para dificultar as fiscalizações. Como a saída de dinheiro do país e sua posterior entrada em operações cabo-euro ou cabo-dólar, além do trânsito nacional de dinheiro.

Eles recebem das empresas os recursos monetários, realizam as operações financeiras e repassam esses recursos aos outros agentes, sob a forma física ou eletrônica.

Os agentes financeiros dessa categoria operam por segmento. Entende-se, aqui, segmento como grupo político, podendo ser um partido, um partido em uma casa legislativa ou alguns políticos específicos. A exemplo do doleiro AF4, que opera em favor do Partido C e os seus integrantes. Já AF33, opera em favor do Partido B e os afiliados.

QUE, acerca da emissão de notas fiscais pela AF24, afirma que foram feitas a fim de que o declarante vertesse o dinheiro em espécie que havia recebido de pessoas que lhe deviam recursos e relativo comissões de empreiteiras contratadas pela Estatal B por dinheiro em conta corrente, pois pretendia afastá-la de outras operações que realizava, principalmente de câmbio e de atendimento as demandas do Partido C; QUE, as outras notas emitidas pela AF24 foram relativas a comissões recebidas pelo declarante pela venda de produtos da L19, de CA105; QUE, assevera que as notas não foram emitidas a partir de contratos de comissionamento, mas uma outra espécie, provavelmente consultoria financeira, uma vez que a AF24 não estava autorizada em seu contrato social, a promover a intermediação de negócios; QUE, para viabilizar esses negócios, o declarante utilizava de seus contatos junto as empreiteiras do esquema de cartelização dos contratos da Estatal B, dentre elas a CAc20, CA161, CAc32, CAc78, CAc139, CAc63. AF4

QUE na verdade ele [CA83] não era um empresário, mas sim era um grande ‘operador’, pois viabilizava negócios e tinha grande relação política; QUE ele sempre teve próxima relação P69, entre outros; ... ; QUE CA83 tinha atuação muito forte na Diretoria A, na Área X, além de outras áreas, e para isto tinha apoio político; QUE CA83 tinha ‘capilaridade’ na Estatal B e não tinha uma área específica de atuação em um determinado tema; ... ; QUE P144 ‘pautava’ muitas coisas para o CA83, ou seja, os projetos, onde CA83 tinha que ‘correr atrás’ para prospectar negócios. P28

Entregadores – responsáveis pela movimentação física de dinheiro dos operadores financeiros para os destinatários. Os destinatários das entregas podem ser políticos, empresários, empregados e burocratas.

QUE o depoente, então, afirma que AF3 não era operador do depoente nem sabia da origem dos recursos que foi receber; QUE AF3 foi o mero recebedor desses valores e o responsável pelo pagamento dos credores do depoente. AF4

QUE, a regra era de que o dinheiro do Partido C seria entregue pelo próprio declarante ou por seus mandatários na residência de P85, após o declarante promover o saque dos recursos por meio das pessoas que o assessoravam; QUE, as pessoas que prestavam serviços para o declarante, carregando dinheiro em espécie, eram AF44, AF28, AF1 e AF12. AF4

Laranjas (empresários/empresas-PJ ou pessoa física) – são pessoas e empresas que disponibilizam contas bancárias para a passagem do dinheiro e também emitem notas fiscais frias, ou contratos fictícios, com vistas a dar roupagem de legalidade ao dinheiro ilícito, sua movimentação, como também dificultar as atividades investigativas.

QUE, as passagens eram pagas com o cartão dos carregadores, por meio de emissão da CA112. AF4

QUE, a fim de implementar esse sistema de pagamento de comissões com aparente legalidade, foi estabelecido um sistema de contratação fictícia de empresas e posteriormente a emissão de notas fiscais. AF4

QUE, perguntado de quem teria sido tal ideia, afirma que ao iniciar a sua participação no esquema, tal procedimento de contratos fictícios e notas já era executado por P85, utilizando-se de uma empresa de nome L5, pertencente a AF46 e AF15; QUE, acredita que a L5 tenha emitido notas para o recebimento de comissões de contratos da Estatal B. AF4

QUE, esclarece que a empresa AF24 também emitiu "notas frias" no interesse de viabilizar repasses das empreiteiras contratadas pela Estatal B ao Partido C, sendo que em relação a tais notas o declarante recebeu integralmente o valor de 20% devido usualmente para a operacionalização das transferências. AF4

QUE, a AF24, inicialmente denominada XXX foi capitalizada a partir de aportes da empresa AF17 sediada no exterior, não sabendo exatamente onde, no valor aproximado de oito milhões (não sabendo se reais ou dólares); QUE, a AF17 também foi criada a mando do declarante e tinha como procurador AF14; QUE, o valor do aporte feito pela AF17 proveio de contas administradas por AF33 (titular das empresas L16, L22 e L3), mediante uma operação de cabo entre o declarante e AF33; QUE, afirma que a contrapartida do cabo no Brasil foi feita mediante entrega de dinheiro em espécie pelo declarante a pessoa de AF33; Os recursos da AF17 ingressaram regularmente no Brasil por meio de contratos de câmbio de investimento; QUE,

perguntado do porque não queria aparecer como titular da empresa AF24 afirma que mantém uma discussão judicial com a Receita Federal, pretendendo salvaguardar esses recursos de sua titularidade do conhecimento do fisco. ... QUE, acerca da emissão de notas fiscais pela AF24, afirma que foram feitas a fim de que o declarante vertesse o dinheiro em espécie que havia recebido de pessoas que lhe deviam recursos e relativo comissões de empreiteiras contratadas pela Estatal B por dinheiro em conta corrente, pois pretendia afastá-la de outras operações que realizava, principalmente de cambio e de atendimento as demandas do Partido C. AF4

Que seria "repassa", ou seja, os valores que a L19 deveria repassar ao partido; QUE, perguntado do porque (sic) a L19 repassaria valores ao partido, uma vez que não mantinha contratos diretos com a estatal, afirma que a L19 teria sido contratada pela empresa CAc20 principalmente para formalizar os repasses devidos pela CAc20 ao Partido C; QUE, esse repasse da CAc20 ao Partido C por meio da L19 era formalizado através de valores depositados junto a empresa L15. AF4

#### 4.2.3 Regras dos jogos

A identificação das regras dos jogos é uma etapa necessária à análise institucional. Elas não representam apenas as regras formais. Elas postulam o que se deve fazer, os comportamentos proibidos e são aprendidas na prática. Em alguns casos, podem ser contrárias às normas contidas em documentos formais. Uma forma de identificar as regras dos jogos é questionar como X é feito e por que Y não é feito (Ostrom, 2010).

A seguir são descritas as regras dos jogos identificados:

Jogo 1: Propinas Políticas. Arrecadação para o partido político e para o político.

Regra do Jogo 1: A obrigação de pagamento de comissões por parte das empresas contratadas pelas organizações públicas, a título de contratação com o Poder Público ou retribuição pela aprovação de atos normativos favoráveis. Os principais destinatários desses pagamentos são os políticos. Mas, algumas operações, também recebem comissionamentos o burocrata e o agente financeiro.

Desses pagamentos, a fração mais vultuosa era destinada aos partidos políticos, outra fração para os políticos, uma outra parte era paga ao burocrata e, quando necessário, aos agentes financeiros que também recebiam pelos serviços de emissão de notas fiscais frias, contratos fictos e remessas de dinheiro.

A comissão era rateada da seguinte forma: 30% para B18, 5% para o declarante, 5% para AF30 e 60% para P85; QUE, o declarante informa que era responsável pelo controle de caixa dos valores, sendo que nos casos de recebimento de parcelas de contratos o declarante retinha os valores em espécie ou os recursos eram buscados junto as empreiteiras conforme a necessidade; QUE, a divisão dos valores entre os membros do Partido A (dentro da margem de 60%) era definida por P85. AF4

Partir da assunção de B18 como Diretor da Estatal B, quando ficou acertado que as empreiteiras que fossem contratadas pela Estatal B iriam pagar uma percentagem de 0,5 a 1,0% sobre o valor do contrato o qual seria destinado ao Partido C; QUE o repasse era via de regra no valor de 1,0% e apenas excepcionalmente menos do que isso; QUE, esse valor servia para pagar custos e impostos relacionados a emissão de notas sendo o restante direcionado ao declarante, a B18 e ao Partido B, por intermédio do líder desta bancada, conforme determinação de P85. AF4

Jogo 2: Edição, votação e/ou aprovação de dispositivos legais.

Regra do Jogo 2: Políticos propunham atos normativos, davam celeridade às apreciações e fomentavam a aprovação, de forma a favorecer determinado segmento ou empresa patrocinadores.

Que o processo legislativo de emendas parlamentares a medidas provisórias se transformou em campo fértil para oportunidades de defesa de interesses setoriais e para negócios escusos; uma das emendas à MP XXX, apresentada por P37 ou congressista a ele ligado, dizia respeito ao XYZ e foi ‘de lavra de AF6’; que o conteúdo da emenda consistia em permitir o pagamento de dívidas com o governo mediante papéis de baixa liquidez. P28

Que é cediço haver negócios escusos, com pagamento de propinas, subjacentes a apresentação de emendas a medidas provisórias. P28.

O relator revisor da MP XXX/20XX era o P137. Solicitei apoio para a inclusão do tema de nosso interesse no conteúdo da matéria, assim como para que atuasse como interlocutor para discussão com o Poder Executivo, em especial o Ministério B. Em atendimento ao nosso pleito, o P137 discutiu um novo texto com o Poder Executivo, atuou no Parlamento e conseguiu aprovar sua emenda de relator. CA168.

A partir da entrada de P68 no cargo de governador do Estado A, encaminhei junto a ele três temas de grande interesse da companhia no Estado A que, se destravados, poderiam gerar investimentos importantes. CA168.

QUE P37 ‘comprou esta briga’ na Casa Legislativa Y, até mesmo porque era muito próximo de AF36; QUE questionado sobre a proximidade entre ambos, respondeu ser corrente isto e o próprio AF36 já mencionou a diversas pessoas esta proximidade com P37, pessoas que comentaram isto com o depoente; QUE em razão desta desavença, usaram requerimentos para a convocação dos sócios da CA68, de tal maneira a pressioná-los; QUE havia a participação de P37 nestes requerimentos; QUE, inclusive, este procedimento de fazer requerimentos e usar expedientes

parlamentares é um expediente muito comum do P37, de usar tais expedientes para pressionar. P28.

Jogo 3: Nomeação de atores Burocratas para posições estratégicas.

Regra do Jogo 3: Burocrata nomeado tem obrigações com a estrutura. Assim, ao ser nomeado para determinado cargo, o burocrata tinha ciência das suas obrigações com a estrutura e trabalha no sentido de manter a estrutura funcionando. Devendo manter lealdade à autoridade que o nomeou.

Por volta do ano de 20XX/20XX B18 ficou doente e houve um movimento político, bem como por parte de alguns funcionários da própria Estatal B a fim de destitui-lo do cargo; QUE, para que isso não ocorresse, entrou em cena a bancada do senado do Partido B, podendo citar os parlamentares P147, P129, P137, bem como o Ministro P34, sendo que a partir de então o Partido B passou a receber uma parcela das comissões relativas aos contratos da Estatal B, cabendo a AF22 fazer as transferências financeiras implementadas pelo declarante no que tange aos valores devidos ao Partido B. AF4

QUE P101 respondeu: 'Eu assumi e o P85 veio pedir pelo B4. Depois veio o P2 e pediu por ele. Agora o Partido A, que era contra, está a favor. Pelo jeito ele está roubando muito!'; QUE foi P84 quem pediu a P101 para B4 continuar; QUE P101 afirmou isto 'Pelo jeito ele está roubando muito!' porque seria necessário muito dinheiro para manter três frentes de pagamentos e três partidos importantes; QUE se recorda que P84 sempre dizia que, se B4 fosse nomeado ascensorista da Estatal A, mandaria no Presidente da Estatal A; QUE questionado ao depoente o que significava esta frase, respondeu que B4 tinha uma capilaridade e um protagonismo tamanho na Estatal A, que ele era um "Super Diretor"; QUE os demais Diretores eram coadjuvantes, até mesmo porque a Diretoria de A é a mais forte, pelo orçamento e pelas obras, sendo a mais poderosa. QUE a Diretoria de A da Estatal A é a "joia da coroa" da Estatal C, sendo a mais cobiçada pelos partidos. P28

QUE o que se buscava era algo de maior amplitude no âmbito da Lava Jato, embora se buscasse, de maneira imediata e emergencial, era liberar as pessoas que estavam presas; QUE não era apenas um 'abafa' imediato, mas algo de 'maior amplitude e profundidade' que pudesse 'mitigar os efeitos da operação Lava Jato' e não apenas liberar esta ou aquela pessoa; ...; QUE na época havia uma outra lista tríplice para uma vaga ao Tribunal A, na qual apareceu o nome de B26, muito ligado a B5, do Tribunal A; QUE a ideia era que este novo Ministro tivesse 'compromisso' com a celeridade, que soltasse pessoas importantes da operação Lava Jato que estavam presas em Curitiba. P28

QUE embora não tenha mencionado o nome de tais pessoas, o depoente tem certeza de que B26 sabia que o depoente estava se referindo a tais pessoas e a outras, que estavam para ser julgadas no Tribunal A em relação à Operação Lava Jato; QUE B26 disse: 'Eu tenho ciência disso, não tenho medo dos desafios e eu não tenho medo da imprensa'. P28

QUE posteriormente B26, como relator, cumpriu o ‘compromisso’ e deu um voto favorável à liberação de réus da Operação Lava Jato, enquanto o restante da turma votou contrariamente, sendo votação de X a 1. P28

QUE B17, então, passou a ser ‘anfíbio’, pois foi abraçado pelo Partido B e também pelo Partido A, embora muito mais ligado ao Partido B; QUE o mesmo correu com B18, que ficou ligado ao Partido C e ao Partido B, mas também ao Partido A. P28

QUE B17 ajudou muito o Partido A, em especial o caso que envolve a Maquina A; QUE na operação da Maquina A foi feita com a finalidade de arrecadar fundos e valores para pagamento de dívida de campanha do Partido A. P28

QUE, ao saber dessas ilicitudes, teve certeza que B17 já estava ‘no colo do Partido A do Senado’. P28

QUE o depoente, então, pediu apoio a B17 e a B20, para a quitação das dívidas de campanha; QUE tal apoio consistiria no fato de ambos entrarem em contato com fornecedores da Estatal B, para o citado pagamento de dívidas eleitorais. P28

QUE o depoente sabia que B17 arrecadava dinheiro a título de propina, para o Partido B da Casa Legislativa X. P28

#### Jogo 4: Puro enriquecimento

Regra do Jogo 4: receber dinheiro pela execução de tarefas destinadas à manutenção da estrutura, como ceder conta bancária para trânsito de moeda, emitir notas fiscais fictas, ceder CPF/CNPJ para contratos fictos; votar a favor de determinada proposição legislativa, favorecer determinada empresa em contratações públicas.

QUE nestes casos as empresas de AF51 transferiam os recursos para as empresas de AF35 e este fornecia o dinheiro em espécie ao declarante; QUE para isto o declarante remunerava AF35 a ordem de 1% a 2% do valor sacado, utilizando-se para tanto o valor de 5,5% que sobravam dos 20% anteriormente mencionados. AF4

Estive no Parlamento e mantivemos contatos institucionais com diversos políticos da Casa Legislativa X a respeito do assunto, tais como P58, P129, P47, P137, P97 e P154. Na oportunidade P137, aproveitando-se da simbologia do seu cargo de Parlamentar da casa X, solicitou apoio financeiro. ... Esse pagamento foi feito em contrapartida ao decisivo apoio dado pelo P137 durante o trâmite. CA168

O presente caso deixou com P129 um crédito, tendo em vista o forte empenho que dedicou aos nossos interesses. Esse crédito foi lembrado por ele a mim quando, em 20XX, pediu que a companhia fizesse pagamento financeiro .... Justamente pela existência desse crédito, o pedido de P129 em favor de seu filho foi acolhido e realizado. CA168

QUE, então, CA88 pediu que o depoente ajudasse na solução do conflito e ofereceu, para tanto o valor de R\$ 1 milhão de reais. P28

QUE o depoente pagou as despesas de viagem AF3, além de comissão pela realização do serviço. P28

QUE o objeto dessas reuniões era negociar a derrubada ou a não votação de requerimentos que fossem sensíveis, ou seja, que fossem desfavoráveis aos empresários que compunham o grupo liderado por CA96; QUE esse grupo era integrado por AF33, CAC144 (CA61), CAC86 (CAC51) e outros empresários; QUE, nessas reuniões, os parlamentares sempre pediam dinheiro para os empresários em troca da derrubada dos requerimentos; QUE conversou com CAC144 sobre o tema e o mesmo narrou ao depoente esses fatos e se mostrou "revoltado" com o pedido de dinheiro; QUE não tem certeza, mas tem a impressão, pelo comportamento de CAC144 que a propina chegou a ser paga. P28

### **4.3 Terceira Etapa: Análise dos Resultados dos Jogos e dos Padrões de Interações e Barganhas**

Os resultados dos jogos proporcionam a entrada para participar de jogos subsequentes ou mantêm os jogadores na próxima rodada do mesmo jogo. Portanto, manter a participação na estrutura requer vencer o jogo. Conforme explicado em capítulos anteriores, o resultado de um jogo altera as regras e a estrutura do próximo jogo (Tsebelis, 1990). Essa característica é originada da condição cíclica ou em espiral do fenômeno (Rodríguez, 2014).

Resultado do Jogo 1: Conseguir ser eleito.

O jogador que vence uma eleição tem acesso a uma gama de recursos. Tanto para si como para seus pares e patrocinadores. Por sua vez, os empresários investem quantias mais vultuosas de recursos monetários, sob a forma de auxílios legislativos, nos jogadores com maior chance de serem eleitos. A seguir, excertos dos depoimentos versando sobre o resultado do jogo 1:

Eu defendia vigorosamente as suas solicitações de pagamento junto à CAc124, como retribuição. Eu fazia isso principalmente por acreditar que ele poderia em algum momento vir a ser governador. CA168

A imagem de P68, dentro da companhia, despertava inicialmente certa desconfiança, pois a opinião sobre o êxito de sua carreira política não era unânime. ... P168 solicitou apoio financeiro e CAc104 concordou, embora tenha demonstrado incômodo por não acreditar no sucesso de sua candidatura. CA168

Resultado do Jogo 2: Conseguir aprovação de atos normativos que promovam cenários favoráveis aos patrocinadores.

Após vencer uma eleição e ser diplomado, o jogador político entra em outro jogo. O jogo legislativo da aprovação de atos normativos que visem promover cenários favoráveis para os seus patrocinadores. A seguir, excertos dos depoimentos versando sobre o resultado do jogo 2:

QUE CA144 atua como lobista em vários segmentos; QUE CA144, inclusive, tinha atuação proeminente na aquisição das Máquinas C, de origem do País A; QUE

CA144 também atuou em edições de Medidas Provisórias voltadas a conceder benefícios fiscais para o setor A; QUE, a propósito dessa edição de Medidas Provisórias, o depoente esclarece que era tema de extrema relevância e que, por isso, P44, como Ministro do Ministério C tinha a obrigação de atuar;” P28

Nas vezes em que me reuni com Parlamentar P37 sobre assuntos legislativos de interesse da empresa, sabia que os pagamentos feitos me creditavam uma situação confortável e que seriam um elemento de atendimento as questões da CAc124, utilizei portanto esta força. CA168

Resultado do Jogo 3: Conseguir direcionamento nas contratações públicas, bem como de sentenças judiciais favoráveis à manutenção da estrutura.

O jogo ‘Nomeação de Atores’ não visa somente a nomeação de determinado jogador. E sim direcionar contratações públicas às empresas patrocinadoras. Como também obter sentenças judiciais favoráveis às autoridades que nomearam o burocrata. A seguir, excertos dos depoimentos versando sobre o resultado do jogo 3:

QUE o depoente não sabe ao certo o que B17 e B18 faziam, mas havia uma ascendência do Partido B sobre ambos; QUE isto representava, dentre e outros, a escolha de empresas de interesse do partido, e especial pela forma como é flexibilizado o processo seletivo na Estatal B, que permite tais direcionamentos em razão dos convites; QUE tais diretores ‘ajudavam’ as empresas e os partidos recebiam ‘doações’ das empresa em troca; QUE por volta de 2007, era necessário votar no Congresso o Projeto B; QUE a Projeto B havia sido aprovada na Câmara e rejeitada no Senado; QUE o Partido B da Câmara condicionou a aprovação do Projeto B a eles indicarem o Diretor da Diretoria B. P28

QUE o depoente também sabe que, por ocasião das indicações de Ministros ao Tribunal B na época do julgamento do Mensalão, teria havido rumores de alguma tentativa de mitigar os efeitos das investigações do Mensalão, o que acabou, porém, não acontecendo de fato; QUE, inclusive, o maior cuidado nas tratativas de nomeação de um ministro para o Tribunal B para atingir a Lava Jato, relatadas em outro termo de depoimento (n. 1), foram inclusive resultado desta frustração ocorrida no julgamento do Mensalão com os Ministros nomeados para o Tribunal B. P28

O Resultado do Jogo 4: Obter vantagem financeira.

O jogo ‘Puro Enriquecimento’, visa tão somente obter vantagem financeira na participação da manutenção da estrutura.

A próxima subseção destina-se a explicar as interações e barganhas identificadas. Dessa forma, para entender os padrões regularizados de interações, é necessário examinar as

ações e resultados que as regras dos jogos permitem, exigem ou proíbem e os mecanismos que existem para fazer cumprir essas regras (Crawford & Ostrom, 1995).

A análise dos depoimentos mostrou que os padrões de interações são caracterizados, em sua maioria, pela convivência harmônica entre os jogadores. Não foram identificados conflitos relevantes. Do contrário. Predomina no ambiente uma troca harmônica, em que cada jogador sabe qual é o seu momento de atuar e o momento dos demais jogadores atuarem.

Afirma que a partir da divulgação das obras pela Estatal B as grandes empreiteiras se reuniam entre si a fim de elaborar os consórcios; QUE, a partir da decisão das empreiteiras, a Diretoria C, então chefiada por B20, indicado pelo Partido A, fazia os convites para as empresas designadas pelo cartel; QUE, em sendo a licitação de competência da Diretoria da Estatal B, chefiada por B18, nomeado pelo Partido C e com apoio político do Partido B, a lista era encaminhada a esta seção, cabendo a B18 chancelar a nomeação, excluir ou incluir convidados de acordo com o interesse das empresas cartelizadas; QUE, o encaminhamento de tais listas ao B18 era feito por P85 ou pelo próprio declarante, sendo fruto de reuniões periódicas das quais participava o declarante, AF30, B18 e representantes de empreiteiras cartelizadas; QUE, considerando a participação das duas diretorias no esquema (A e B) era de conhecimento das empreiteiras a necessidade de pagamento de comissões a ambas, ou aos partidos que as sustentavam politicamente. AF4

QUE o Partido B percebeu a fragilidade do depoente e, também, que o governo do P101 precisaria de base parlamentar para se manter no Congresso; QUE o Partido B se aproveitou da situação e ‘assumiu’ B17, adotando-o; QUE a força do Partido B na Estatal B surgiu, portanto, após o escândalo do Mensalão, pois o governo P101 precisava de apoio do referido partido para governar; QUE na época, P144, então Ministro do Ministério B e ligado a P90, assim como o Partido B, passaram a ser os responsáveis pela permanência do B17 na Diretoria C. P28

QUE pode afirmar categoricamente que o esquema funcionava de maneira bastante ‘azeitada’ e de maneira bastante competente; QUE não há dúvida nenhuma que o esquema existia. P28.

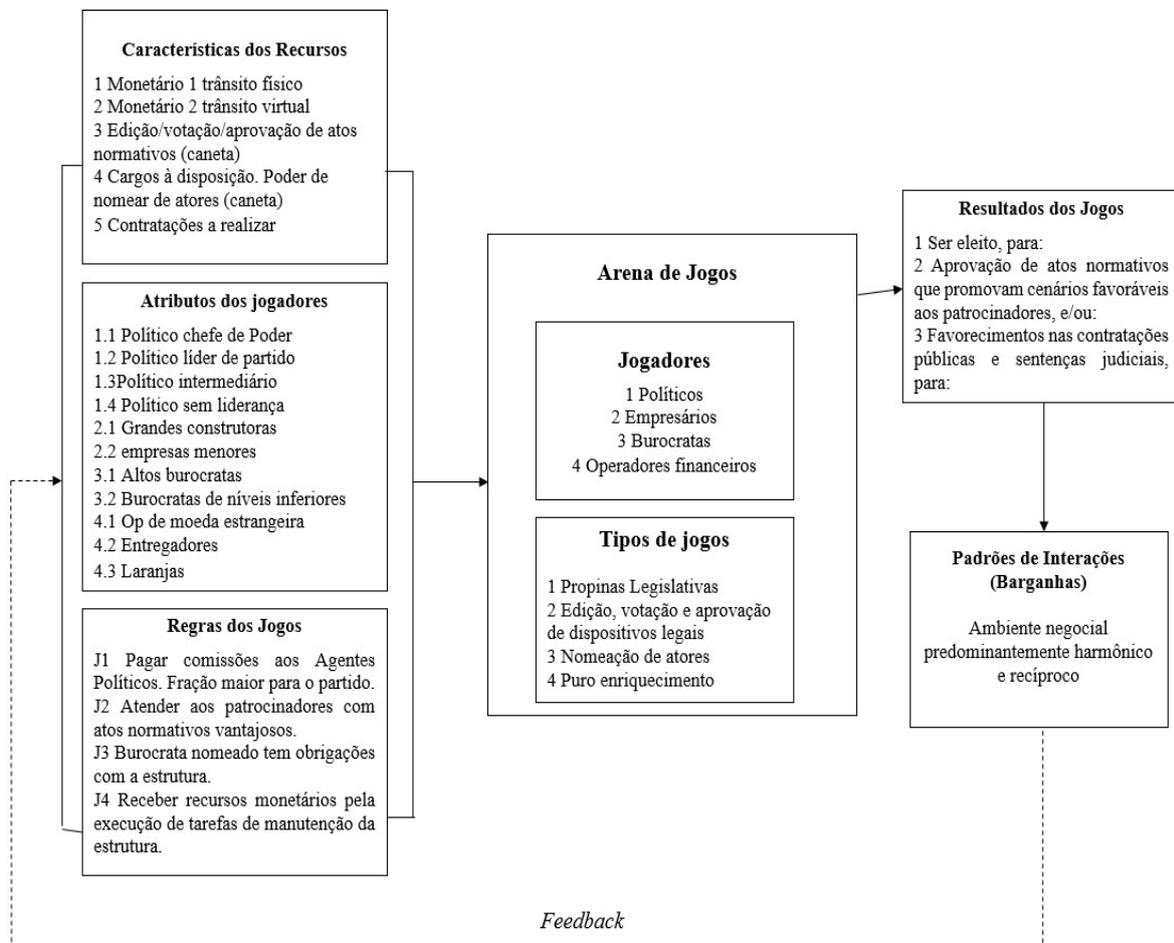
P137 era o meu principal interlocutor no Congresso Nacional. O relevo da sua figura pode ser medido por dois fatos objetivos: (i) a intensidade da sua devoção aos pleitos que eram do nosso interesse e (ii) o elevado valor dos pagamentos financeiros que foram feitos ao Senador ao longo dos anos. CA168

P113 solicitou, direta e pessoalmente para CAc104, apoio financeiro ... P113, em uma oportunidade, esteve disponível para ouvir tema de interesse da CAc124. .... Entreguei nota a P113 sobre a atuação da companhia no País A. Esse exemplo deixa claro a espécie de contrapartida institucional esperada entre público e privado. CA168

Uma possível justificativa para essa harmonia pode ser atribuída à abundância de recursos disponíveis para a estrutura. Assim, como todos os jogadores eram recompensados, não havia necessidade de entrarem em conflito com outros jogadores na disputa por recursos.

Finda a apresentação dos resultados obtidos no presente estudo, cumpre ressaltar que não foi possível identificar, a partir dos dados analisados, todas as sete variáveis que caracterizam uma arena de ação, conforme esquematiza Ostrom (2005). Além do mais, percebe-se que, apesar de não estarem presentes as sete variáveis, não houve prejuízo à capacidade explicativa do modelo proposto. Conforme verifica, encartado na Figura 33 a seguir, o modelo final IAD adaptado, consolidado após análise das informações contidas nos depoimentos.

Figura 33 – Modelo Final



Após apresentação estruturada das informações obtidas e suas respectivas análises, passa-se ao próximo capítulo, dedicado à discussão e cotejamento entre os resultados do estudo, à luz da teoria.

## 5 DISCUSSÃO

De acordo com Hazy, Demetis, Dooley e Backström (2017) e Lehmann, (2019), ambientes permeados por corrupção são sistemas adaptativos complexos. Neles, os atos de corrupção fazem parte de um subsistema incluído em um sistema maior no qual ele interage. Assim, partindo do entendimento dos autores, o sistema maior identificado nos dados analisados, inclui o processo legislativo, a elaboração e implementação de políticas públicas, assim como as contratações governamentais.

Lambsdorff (2007) explica, em linguagem mais concreta, que as transações corruptas costumam ser incorporadas às transações comerciais regulares e legais. Assim, essas transações podem proporcionar meios para estabelecer a confiança e a reciprocidade necessárias para se envolver em negócios ilegais.

Esse tipo de configuração não se dá ao acaso. Inseridos em um sistema maior, lícito e probó, o subsistema criminoso mantém suas atividades de forma protegida, com menor probabilidade de ser detectado e desfeito pelas forças investigativas. Quanto aos indivíduos, há os que estão dentro do subsistema e os que estão fora (Lehmann, 2019).

Contudo, a identificação e separação desses indivíduos não é uma tarefa simples, que seja suficiente apenas aplicar os dispositivos encartados em normativos legais. Diferentemente, é um processo dotado de complexidade. Pois os atos corruptos são decompostos em tarefas especializadas, designadas a indivíduos separados. O que torna esses indivíduos especialistas em seus trabalhos, dispersando essas tarefas por várias subunidades e procedimentos. Assim, conforme explicado por Ashforth e Anand (2003), os indivíduos executam as atividades a eles atribuídas sem ter o conhecimento de como suas ações, juntamente com as ações dos outros, contribuem para a promulgação de uma prática corrupta, dificultando, além da imputação de responsabilidades, a compreensão e promovendo a fácil negação de um quadro geral.

Ainda tratando acerca dos indivíduos, conforme explicado no capítulo de métodos, os sujeitos inseridos nesses sistemas são aqui nomeados de jogadores. As relações simbólicas com a estrutura na qual eles estão envolvidos, surgiram dos tipos de respostas proferidas em seus depoimentos. Posto que o jogador, em seu ambiente de convívio social, escolhe desempenhar determinados papéis por ele escolhidos (Bardin, 1977). Seja essa escolha fruto da vontade própria, seja por imposição de uma vontade maior, grupal.

Minayo (2012) explica que embora os depoimentos dos sujeitos relatem acontecimentos e opiniões pessoais, essas vivências possuem um alicerce nos ingredientes do grupo em que o sujeito frequenta e as condições em que ocorrem. Entendimento também corroborado por Friedland e Alford (1991) e Friedland, Mohr, Roose e Gardinal, (2014), no campo das lógicas institucionais.

Acerca dessas lógicas, postula-se que são fundadas nas substâncias institucionais e não somente pela vontade ou razão de sujeitos. Nem tampouco pela disponibilidade material de objetos. Por sua vez, as substâncias institucionais são compostas pelos objetos institucionais, reproduzidos e valorizados pela sua prática. Temos, portanto, que as lógicas institucionais são fundadas na tríade: Sujeitos, Objetos e Práticas (Friedland et al., 2014).

Ainda quanto aos jogadores situados na arena dos jogos de corrupção, a literatura não é unânime em classificar os tipos de atores presentes nessas redes. Jain (2001) separou-os em três tipos, que são: a elite política, os administradores e os legisladores. Por sua vez, Gonçalves & Andrade (2019), tratando especificamente acerca da Operação Lava Jato, classificaram como: políticos, empresários, agentes financeiros, servidores públicos e partidos políticos.

Portanto, seguindo a classificação de Gonçalves & Andrade (2019), os jogadores foram categorizados pelos quatro grandes grupos de participantes: 1 Políticos, 2 Empresários, 3 Burocratas e 4 Operadores financeiros. Contudo, no decorrer da execução da pesquisa, realizou-se um ajuste entre a classificação teórica e os contatos iniciais com a realidade. Minayo (2012) explica essa necessidade de ajuste no enquadramento de classificações teóricas com os achados empíricos.

Nessas condições, salienta-se que a categoria Partido Político não foi incluída como jogador. A escolha deu-se por não haver personificação dos partidos políticos. Diferentemente da categoria empresários, que abrange também as empresas, na qualidade de pessoa jurídica e seus empregados. Que ali estão se comunicando e agindo em nome do empregador. Dando o condão de unicidade, orquestrando ações como sendo um só ator.

Por sua vez, acerca dos partidos políticos, não há uma figura fixa personificada. Haja vista, no Brasil, os políticos mudarem de partido com razoável frequência. Não havendo, portanto, estabilidade quanto à sua filiação. Como explica P28 em seu depoimento: “QUE isto realmente ocorreu e o depoente saiu pelo Partido A; QUE antes foi filiado ao Partido B, não se recordando ao certo quando se filiou ao Partido A”.

As particularidades apresentadas durante o estudo não se encerram aqui. Seguem adiante a discussão das subcategorias que emergiram a partir da análise dos dados.

Acerca dos Agentes Políticos, foram considerados nessa categoria aqueles jogadores que detêm mandato eletivo. Os Agentes Políticos figuram como uma categoria de jogador flexível e adaptável. Um só jogador pode atuar no legislativo, elaborando, alterando e votando atos normativos; Ainda, como chefe do Poder Executivo. Nesta posição, o político atua elaborando e implementando políticas públicas, além de edição de certos atos normativos, como Medidas Provisórias, Decretos e outros. Possui, também, a prerrogativa de editar leis e submetê-las à apreciação do Poder Legislativo.

Um Político pode, ainda, ser designado para exercer atividades na estrutura burocrática da Administração Pública. Como por exemplo, ser nomeado dirigente nos Ministérios, Secretarias de Estado ou de outras organizações da Administração Direta e da Indireta. Em tais situações, o político atua como Burocrata. Salienta-se que, aqui, não caracterizam atributos diferentes de uma mesma categoria de jogador. Mas sim a sobreposição de categorias pelo mesmo jogador. Essa condição confere ao jogador Político um maior poder para influenciar seus pares.

Em que pese o seu afastamento das rotinas parlamentares, quando um Político atua na condição de Burocrata, leva consigo os seus atributos, recursos, redes de relacionamentos e certa capacidade de influência entre seus pares no Poder Legislativo. Ademais, assumindo altos cargos na estrutura burocrática, como ministro de estado, o político tem acesso direto à implementação das políticas públicas, gerindo pastas com rubricas orçamentárias expressivas.

Portanto, considerando o estreito relacionamento desses políticos e empresários, os interesses empresariais não cessam quando esses jogadores se tornam híbridos (Político e Burocrata). Conforme os excertos de depoimento:

Enquanto P55 era Parlamentar da casa Y, por várias vezes frequentei o gabinete dele (número XX do Anexo XX da Casa Y), além de termos, por algumas vezes, almoçado juntos em restaurantes de Brasília, como Lake's, Piantella e Rubayat. Da mesma forma, enquanto ELE era Ministro do Ministério A, como citado abaixo, fui recebido no Ministério por esse agente político. Ele me recebia em seu próprio gabinete, ou em uma sala de reunião que ficava contígua à sala do Ministro. CA168

Tratei, ao longo dos anos, de assuntos referentes a pagamentos a pretexto de campanha eleitoral, os quais passo agora a narrar: No ano de 20XX, a pedido de P551, foram realizados pagamentos por meio de contribuições oficiais e também pagamentos não declarados via Caixa 2. Os pagamentos realizados em 20XX

atingiram a monta de R\$ 1.000.000,00 aproximadamente. Em 20XX, quando P55 era Ministro do Ministério A, a pedido do João, solicitei uma reunião com ele e o José, que apresentou a obra E e solicitou, com a minha presença, a liberação de recursos para a obra. O Ministro ouviu o pleito e disse que iria encaminhar o assunto. Assim, em razão do meu pedido e esperando contrapartida financeira, P55 determinou que os pagamentos por parte do Ministério A ocorressem efetivamente para quitação de faturas dos serviços realizados. Não precisei pressionar P55 para que os pagamentos ocorressem, pois ele receberia uma contrapartida financeira assim que as faturas fossem quitadas, o que por si só já o motivava. CA168

Ele pediu para que o responsável pelo assunto “Recebíveis XXX”, que era CA11, procurasse o secretário do Ministério E P139, pois ele iria solicitar que o secretário conduzisse o assunto e buscasse uma solução. Em algumas oportunidades cobrei a solução do governador. O assunto demorou muito, mas foi resolvido por P139 Ministro do Ministério E. Em função disso, fizemos contribuição financeira diferenciada a P139. CA168

Ainda quanto ao Agente Político, um aspecto recorrente nos depoimentos analisados foi o seu papel de coordenador das redes de corrupção.

Os Políticos não se localizam todos na mesma posição hierárquica. Do contrário, foi possível identificar uma estrutura hierárquica não linear, claramente definida. Essa subdivisão hierárquica de categorias foi classificada como atributos dos jogadores. Conforme explicado no Capítulo 4, essa categorização se deu pela atividade que desempenham, sua hierarquia nessa atividade, o alcance da tomada de decisões que sua posição no sistema maior proporciona e a remuneração que recebe. Entende-se como remuneração, o recebimento de propinas e demais pagamentos ilícitos. Sejam eles monetários ou não.

Sendo assim, os Políticos dividem-se em Chefe de Poder, Líder de Partido, Intermediário e demais Políticos desprovidos de liderança. Dentre esses, destaca-se o poder conferido aos chefes das casas legislativas. Considerando possuem a autonomia para pôr em pauta a discussão e votação de projetos de lei. Sua atuação na arena dos jogos de corrupção desperta o interesse dos agentes empresariais. Em decorrência da sua condição, são mais bem remunerados que os demais.

Além dos chefes das casas legislativas, os Líderes de Partido também possuem remuneração mais expressiva. Eles estabelecem os valores do comissionamento e são encarregados da distribuição das propinas entre os seus pares e para o partido. Os Líderes de Partido ainda detêm o poder de nomear jogadores para posições estratégicas na estrutura burocrática da Administração Pública.

Em que pese esse poder para nomear seja incumbido ao Chefe do Poder Executivo, o que se mostrou dos depoimentos analisados é que o poder para nomear jogadores para ocupar esses cargos é dos líderes, juntamente com a cúpula dos partidos políticos. Essa divisão e distribuição de poderes será detalhada adiante, no tópico sobre padrões de interações e barganhas.

Por sua vez, as tarefas atribuídas ao Político intermediário não diferem das desempenhadas pelos agentes intermediários de outras organizações criminosas como as máfias e redes terroristas, em que um chefe da organização criminosa faz uso de um integrante de sua confiança para transmitir e obter informações do restante da organização criminosa (Diviák, 2018). Assim, quando o Político Chefe de Poder adota a estratégia de segurança, ele posiciona-se em regiões periféricas da arena e atua de forma mais coadjuvante. Nessas situações, ele escolhe um Político intermediário, em quem confie para cuidar da sua comunicação com os demais jogadores, como empresários, agentes financeiros, burocratas e outros políticos. Em algumas situações, o papel de ligação foi desempenhado pelo líder de partido.

Quanto aos Agentes Financeiros, são os atores responsáveis pelo trânsito físico ou eletrônico de dinheiro. Eles recebem orientação dos Políticos líderes. Dividem-se em Operadores de Moeda Estrangeira, Entregadores e Laranjas.

No que diz respeito aos Tipos de jogos, inicialmente, retoma-se a teoria, no que afirma que os jogos dão estruturas, objetivos, papéis, estratégias, táticas e públicos aos jogadores (Long, 1958). As decisões - movimentos ou ações - realizados em um jogo podem afetar tanto os resultados como as regras de outros jogos (Tsebelis, 1990). A teoria faz referência a uma série de tipos de jogos. Mas esse rol não é exaustivo nem taxativo. Podendo mudar ou surgir novos jogos a cada nova pesquisa empírica.

Dessa forma, os jogos identificados a partir dos dados analisados foram balizados pelo Jogos Político e Orçamentário citados pela teoria. O Jogo Político de Dutton (1992), trata sobre a aprovação de agendas partidárias, para garantir legislação favorável e vencer campanhas eleitorais. Por sua vez, o Jogo Orçamentário de Cornwell et. al (2003), envolve o equilíbrio das necessidades externas e internas com os recursos fornecidos pela população, sob a forma de tributos.

A partir do Jogo Político, as informações analisadas na presente pesquisa puderam identificar dois jogos distintos: 1º Auxílios Legislativos e 2º Edição e votação de dispositivos

legais. A divisão se mostrou necessária pois os jogadores que efetuam os pagamentos e os que recebem são distintos. Da mesma forma, o tipo de pagamento também não é o mesmo. Observou-se, ainda, que os empresários forneciam auxílios legislativos sem, contudo, haver compensação com ações imediatas nem específicas.

No 1º jogo – Propinas Legislativas, os empresários efetuam o pagamento monetário e os agentes políticos e partidos são os beneficiários desse dinheiro. Autores como Szántó, Tóth, & Varga (2012), classificam esse jogo como suborno. Situação em que é oferecido dinheiro ou outros tipos de vantagens ao oficial público.

Entretanto, dada a constituição deste jogo, entende-se que não se trata de pagar suborno e receber um benefício imediato ou pontual. Ademais, a prática de suborno é um ato criminoso em si. Diferentemente da prática de suborno, fornecer recursos a título de doações para campanhas políticas é uma ação legítima (Thompson, 2018).

Já no 2º jogo - Edição e votação de dispositivos legais, os agentes políticos são os que efetuam os pagamentos, não em unidades monetárias, mas na forma de aprovação dos atos normativos e os empresários recebem o pagamento na forma de legislação favorável, que privilegia os seus negócios ou contratações com o governo. Também com condições favoráveis além daquelas obtidas em uma negociação lícita.

Os 1º e 2º jogos são chamados por Rose-Ackerman e Palifka (2016) de grande corrupção. Ela envolve poucos jogadores poderosos e vultuosas somas de dinheiro. Os corruptores pagam aos legisladores para aprovar leis favoráveis. Já os ministros de gabinetes e chefes de agências, são remunerados para promulgar regulamentos benéficos.

Esse tipo de corrupção também se enquadra como grande corrupção na classificação de Jain (2001). Para o autor, ela ocorre quando a elite política explora seu poder para desenvolver políticas econômicas. Quando corrupta, essa elite política pode mudar as políticas nacionais ou a implementação de novas políticas nacionais para servir seus próprios interesses, com algum custo adicional para a população. Por sua vez, a classificação de Jancsics (2019) enquadra esse tipo de corrupção como Captura do Estado. Para o autor, essa tipologia é uma forma sistêmica de corrupção que envolve as elites governamentais, legisladores e poderosos atores econômicos que redistribuem significativamente mais recursos do que os trocados nos outros tipos de jogos.

Cabe salientar uma discordância quanto à manifestação do fenômeno na presente pesquisa e suas tipologias. Nos três trabalhos supracitados, em que pese os autores

reconhecerem uma certa ligação entre os tipos de corrupção, os dados aqui analisados mostraram a interdependência e sequência dos eventos. Daí considerá-los como jogos aninhados ou ecologia de jogos. Dado o seu caráter predominantemente indissociável e sequencial.

No cenário nacional, as políticas públicas guardam estreita relação junto ao Poder Legislativo. Em apertada síntese, o orçamento público brasileiro é composto pelas receitas e despesas da Administração Pública. É regido por Leis Orçamentárias Anuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Planos Plurianuais. A elaboração dessas leis cabe ao chefe do Poder Executivo e sua aprovação é competência do Poder Legislativo. Nelas constam as políticas públicas a serem implementadas em determinado período de tempo e os valores a serem dispendidos para a sua execução (Giacommoni, 2017).

Entende-se, portanto, que há interferência do parlamento tanto na elaboração das políticas públicas, como em sua aprovação. Após breve esclarecimento acerca do posicionamento adotado na condução da presente pesquisa quanto à dinâmica jurídico-financeira das políticas públicas nacionais, segue-se com o 2º Jogo - Edição e votação de dispositivos legais.

Observa-se que ele enquadra-se na classificação proposta por Jain (2001) como Corrupção Legislativa. Para o autor, ocorre quando os legisladores podem ser subornados por grupos de interesse para promulgar legislação, na intenção de alterar as rendas econômicas associadas aos seus ativos.

que CA10 incorria com frequência na prática de exercer influência para a alteração, por via de emendas parlamentares, de medidas provisórias; que CA10 não era o único a fazê-lo; que é cediço haver negócios escusos, com pagamento de propinas, subjacentes à apresentação de emendas a medidas provisórias. P28

Os grupos de interesse vão desde empresários até outros políticos. O assédio político-político pode ser explicado pela prática da política de coalisão (Graton et al., 2020). Que versa sobre situações em que o chefe do Poder Executivo oferece cargos na estrutura da Administração Pública aos políticos do Poder Legislativo, com o objetivo de viabilizar a aprovação de atos normativos (Riker, 1962). Nessas condições, os cargos representam moeda de troca. Pôde-se perceber que trata de um recurso de alto valor na arena dos jogos. Haja vista o poder que conferem a quem o detém. Adiante, o recurso ‘cargos a disposição’, será aprofundado.

Figueiredo e Limongi (1998) tecem severas críticas ao presidencialismo de coalisão. Em que pese não configurar necessariamente em atos corrupção, os autores apontam que um governo de coalizão contribui para a ineficiência da Administração Pública e fortes tendências à inoperância. Podendo resultar em paralisia de um governo. Alegam, ainda, que essas falhas surgem quando um presidente sem força política enfrenta um parlamento repleto de partidos com interesses diversos.

Por sua vez, o 3º jogo - Nomeação de atores, o critério para a escolha de um jogador burocrata, é a sua disposição em conduzir a gestão de acordo com os interesses de quem os nomeou. Jain (2001) explica que, uma vez corrompida, a elite política trabalha para reduzir a eficácia dos sistemas de controle, por meio da manipulação da alocação de recursos e nas nomeações de atores para posições-chave.

Essas influências são sistematicamente regulares e estrategicamente utilizadas. A interferência dentro de um judiciário apresenta-se como uma forma de corrupção institucional, mesmo que não haja transações envolvendo recursos monetários (Lessig, 2013).

Acerca do jogo Puro Enriquecimento, a análise das informações encartadas nos depoimentos mostrou que o enriquecimento próprio não é o objetivo único dos jogadores e, em algumas situações, acontece apenas de forma difusa. Como nas situações de nomeação para os altos cargos do judiciário. Que objetivava o proferimento de sentenças judiciais favoráveis a alguns jogadores. Da mesma forma, a captação de recursos monetários destinada aos partidos políticos.

Contudo, em que pese haver outros jogos, o enriquecimento é um jogo apresentado com expressiva frequência. Os achados corroboram Lessig (2013), que explica que a forma mais comum é o dinheiro, mas não é a única. Seja ele jogado de forma direta, primeira, como nas situações em que políticos votam de acordo com orientações superiores e são remunerados por tal feito ou quando jogadores fornecem suas contas bancárias para trânsito eletrônico de moeda. Ou, ainda, empresas emitem notas fiscais fictas para lavagem de dinheiro e também são remunerados por isto.

Assim, o puro enriquecimento pode ser o último jogo ou uma partida em jogos sequenciais. Quando a cadeia completa é composta pelos jogos:

- i) auxílios legislativos,
- ii) edição, votação e aprovação de dispositivos normativos; ou

iii) nomeação de atores.

iv) puro enriquecimento.

Quanto aos recursos transacionados na arena, eles podem ser monetários ou não. Cada jogador utiliza os recursos que possui nas transações realizadas (jogadas) na arena.

Os agentes financeiros detêm os recursos Monetário 1 e Monetário 2. Por possuírem expertise tanto no trânsito físico de dinheiro como em transações eletrônicas, de forma a não serem identificados ou dificultar a atuação dos órgãos de controle.

No que se refere ao recurso Proposições legislativas, em uma análise histórica, Figueiredo e Limongi (1998) explicam que os líderes partidários possuem amplos poderes para comandar suas bancadas. Os autores ainda explicam que a unidade de referência que estrutura os trabalhos do Poder Legislativo são os partidos e não os parlamentares.

A partir dessa explicação, ao considerar que o poder para aprovar atos normativos não é linear entre os políticos, pode-se entender que esse recurso não é linear, nem distribuído de forma equânime entre os políticos. Mesmo entre os que pertencem à mesma casa legislativa. Sendo assim, há jogadores com mais recursos que outros. Mesmo os que pertencem à mesma categoria. Assim, os políticos que detêm liderança nas casas legislativas possuem mais recursos que seus pares desprovidos de posição de liderança.

Os políticos detêm o recurso Cargos à Disposição, em posições estratégicas da Administração Pública, para nomeações ad nutum. Contudo, embora seja uma prerrogativa do Poder Executivo a nomeação para os mencionados cargos, observou-se, a partir das informações analisadas, que, de fato, quem faz a escolha pelo indivíduo que ocupará esses cargos são os políticos das casas legislativas. Pontuou-se, ainda, que a cessão, mesmo que não oficial, dessa escolha pelos integrantes do Poder Executivo aos parlamentares, se dá em virtude do governo de coalisão.

Ressalta-se, que o jogo ‘nomeação de jogadores’ não se confunde com o recurso ‘cargos à disposição’. Naquele, há critérios para escolha dos jogadores, objetivos a atingir, recursos diversos envolvidos e vencedores e perdedores. Enquanto este se trata do recurso em si. Como analogia, pode-se considerar o jogo como uma variável fluxo. Tendendo a ser dinâmica. Enquanto o recurso, uma variável estoque. Relativamente Estática.

O poder de nomear atores para compor posições estratégicas na estrutura da Administração Pública, é prerrogativa do chefe do Poder Executivo. Porém, os dados

analisados mostraram que se trata de um recurso na arena dos jogos. Com o caráter de moeda de troca. Políticos do Poder Legislativo disputam esse recurso em troca de votos nas proposições legislativas.

Se for considerada a estrutura formal da Administração Pública brasileira, o chefe do Executivo detém esse monopólio. Ademais, considerando tratar-se de um recurso valorizado por parlamentares, ele aumenta o poder de barganha de quem o detém. Sendo assim, são extraídas 'rendas' desse monopólio (Figueiredo & Limongi, 1998).

Sendo assim, quanto menor for o apoio dado pelos parlamentares ao chefe do Poder Executivo, mais cargos ele terá que disponibilizar aos senadores, deputados e vereadores, garantindo, portanto, uma maioria parlamentar e conseguindo a aprovação de suas agendas. Graton et al. (2020) explicam que o surgimento do governo de coalisão advém dessa negociação.

Acerca dos Atributos do Jogadores, ressalta-se que dizem respeito às características dos jogadores. Envolvem recursos que eles possuem, como prerrogativas do cargo, expertise em determinadas matérias, sua rede pessoal de relacionamentos, etc.

Ostrom (2005) explica que os resultados de muitas ações dependem do conhecimento e das habilidades dos atores. Jogadores experientes não jogarão igual aos iniciantes. Essas habilidades dos participantes também são afetadas pelas regras que estruturam uma ação. Indivíduos com alguns atributos, impostos ou adquiridos, como gênero, educação ou origem étnica podem ser impedidos de participar, ter flexibilidade nas regras, ou até mesmo facilitadores.

Jogadores podem prever uma série de estratégias abertas dos outros atores, se souberem quais papéis esses atores desempenham nos jogos mais centrais para eles (Dutton, 2006). Os movimentos dos jogadores em um jogo podem ser restringidos por seus movimentos dentro de outros jogos (Tsebelis, 1990a).

Conforme explicado no Capítulo 3, a presente pesquisa seguiu classificação de Gonçalves e Andrade (2019). Contudo, as informações contidas nos depoimentos judiciais analisados apontaram para uma hierarquia na forma de subcategorias. Que foram enquadradas como atributos.

Os Políticos, na condição de líderes dos partidos ou líderes do governo nas casas legislativas, formalmente eleitos pelos seus pares, possuem a prerrogativa de representar os demais membros do grupo. Por força regimental, eles controlam o fluxo das atividades

parlamentares. Podem direcionar a apreciação e votação das proposições. Acarretando na alteração do *locus* decisório. Significando a retirada de análise das matérias das comissões temáticas e enviando diretamente à apreciação do plenário. De igual modo, a partir do colégio de líderes, eles determinam a pauta dos trabalhos legislativos (Figueiredo & Limongi, 1998).

Por sua vez, Políticos sem liderança nas Casas Legislativas têm baixa capacidade de influenciar o fluxo dos trabalhos legislativos. O espaço para atuação individual dos parlamentares é limitada (Figueiredo & Limongi, 1998).

Quanto aos altos burocratas, eles têm o poder de elaborar licitações públicas ou selecionar empresas para projetos, podendo aceitar - ou exigir - propinas nesse processo. Ademais, também supervisionam os demais burocratas a ele subordinados, encarregados da aplicação de impostos ou regulamentos. Quando a corrupção é de cima para baixo, o burocrata de cima aceita o suborno ou propina e dá instruções aos seus subordinados, com possível compartilhamento o do dinheiro ilícito (Rose-Ackerman & Palifka, 2016).

Quanto as Regras dos Jogos, a teoria afirma que não necessariamente são públicas ou justas, podem mudar com o tempo e independem da aceitação por todos os jogadores (Virkar, 2015). Uma das três situações que, caso violadas, podem caracterizar atos corruptos envolve regras. Se as regras dos jogos que influenciam os tomadores de decisão não são conhecidas pela população, isso envolve transparência, estamos possivelmente diante de negociações obscuras (Jain, 2001).

Jogar de acordo com as regras de determinado jogo, pode violar as regras de outro. Resultando em perda de legitimidade com um público à medida que as expectativas de outro são atendidas (Smets et al., 2015). É o caso da regra ‘atender aos patrocinadores com atos normativos vantajosos’, que é uma regra endereçada aos políticos. Estejam eles no Poder Executivo ou no Legislativo. De forma análoga, Lessig (2013) identificou no campo político a regra da dependência. Nessas situações, a corrupção ocorre quando os indivíduos dependem do apoio de pessoas que não sejam aquelas a quem devem lealdade exclusiva – a sociedade. Sob essa regra, um relacionamento é comprometido quando os membros do parlamento se tornam dependentes de uma pequena minoria de apoiadores que contribuem para suas campanhas. Violando assim o princípio da igualdade.

Contudo, há na teoria o argumento de que essa regra carece de detalhamento e profundidade. Pesquisadores aduzem que há a necessidade de se delimitar uma fronteira em que os contatos com os lobistas devam ser realizados. Pois um político até pode não depender

dos lobistas com quem viaja ou socializa. Mas esse lobista obtém maior acesso ao agente político e, assim, mais oportunidades de influência do que outros cidadãos. Ademais, outro ponto a ser identificado é a diferenciação da forma de conflito de interesses entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo (Thompson, 2018).

Acerca da diferenciação na aplicabilidade dessa regra nos Poderes, Rose-Ackerman e Palifka (2016), explicam que, para os chefe de Estado – Poder Executivo – atendem aos seus patrocinadores dando preferência em projetos importantes. Entende-se, aqui, como elaboração e implementação de políticas públicas. Por sua vez, os membros do Legislativo atendem seus patrocinadores com a edição e aprovação de leis em seu favor.

Entretanto, no cenário nacional, entende-se não haver distinção entre Legislativo e Executivo na aplicabilidade da regra. Pois as políticas públicas são concretizadas mediante atos normativos. Seja nas leis orçamentárias anuais, leis de diretrizes orçamentárias ou planos plurianuais (Giacomoni, 2017), além de medidas provisórias, decretos, entre outros.

As empresas se envolvem em muitos tipos de corrupção; subornar funcionários e burocratas para obter vantagem interna em licitações públicas ou para sonegar impostos e regulamentos; e pagar o judiciário e a aplicação da lei para evitar punições.

Quanto à Regra do Jogo 3: Burocrata nomeado tem obrigações com a estrutura. De acordo com a nomenclatura de Rose-Ackerman (1997) e Jain (2001), essa é a corrupção burocrática, quando envolve os atos corruptos dos burocratas nomeados pela elite política.

Dentre os recursos que os Jogadores possuem, conforme explicação supra, os agentes políticos, em especial no Poder Executivo, têm ao seu dispor toda a estrutura governamental. Incluindo altos cargos, com nomeações e exonerações *ad nutum*. Contudo, as informações analisadas mostraram que quem, de fato escolhe esses indivíduos, mesmo que informalmente, são os parlamentares. E os burocratas atuam na forma ditada pelos parlamentares.

Quando um jogador é nomeado para um alto cargo, ele atende à autoridade que, de fato, o nomeou. Executando ações para manter o perfeito funcionamento da estrutura. A análise dos *broker* também sugere essa afirmação, quando aponta para os políticos como os principais coordenadores das atividades corruptas. Porque, também, os papéis desempenhados pelos Burocratas não tiveram protagonismo mais evidente em atividades com maior poder decisório.

No que diz respeito aos Resultados dos Jogos, foi identificado que eles seguem uma entrelaçada sucessão de eventos. Além de interdependentes, esses eventos possuem históricos e ciclos de *feedback* (Lehmann, 2019), em que o resultado de um jogo interfere nas regras do jogo subsequente. Sendo assim, foram identificados os seguintes resultados dos jogos e as suas respectivas conexões:

Resultado do jogo 1: Ser eleito, para:

Resultado do jogo 2: Aprovação de atos normativos que promovam cenários favoráveis aos patrocinadores, e/ou:

Resultado do jogo 3: Favorecimentos nas contratações públicas e influência em sentenças judiciais, para:

Resultado do jogo 4: Obter vantagem financeira.

Os movimentos dos jogadores em um jogo podem ser restringidos por seus movimentos dentro de outros jogos (Tsebelis, 1990). Como acontece nas situações em que políticos só podem aprovar atos normativos favoráveis aos seus patrocinadores, após serem eleitos.

Da mesma forma, políticos só conseguem nomear burocratas quando forem titulares de cargos políticos. Além das situações em que um burocrata só pode privilegiar uma determinada empresa nas contratações governamentais se ele for nomeado para ocupar uma posição estratégica.

Por sua vez, os políticos, burocratas e empresários só podem obter vantagem financeira, havendo um político eleito, um burocrata nomeado e, em algumas situações, um agente financeiro que dê roupagem de legalidade aos recursos financeiros auferidos em negócios corruptos.

Acerca das Barganhas, dizem respeito às concessões dos indivíduos visando um benefício. No cenário político, ela remete aos esforços realizados para a manutenção do poder (Graton et al., 2020). A barganha política emerge da Teoria da Formação de Coalizões.

No universo ora estudado, foi identificado um ambiente negocial predominantemente harmônico e recíproco. Essa configuração, identificada na presente pesquisa, de interações com baixos níveis de competições, em que sobressai a cooperação, coincide com os achados de Wang (2019), que relatou o surgimento e consolidação sutil de atos corruptos. Nos achados do autor, nenhum burocrata recebe benefícios materiais diretamente para si nos

estágios iniciais. A solicitação e a oferta de propina ocorreram após muitas rodadas de demonstração de boa vontade (Wang, 2019). Esse perfil relacional também está em conformidade com Lamsdorff (2007), no que diz respeito aos relacionamentos que perduram por longos períodos de tempo. Para o autor, a corrupção é restrita a pessoas internas com vínculos estabelecidos.

Esses achados, de ambiente negocial predominantemente harmônico e recíproco identificados na presente pesquisa, ainda se enquadram na própria conceituação de Long (1958) de Ecologia de Jogos, em que espécies da flora e da fauna fazem parte de um sistema equilibrado, cooperativo e funcional. Funcionalidade essa, frise-se, adstrita ao sistema corrupto, haja vista o fenômeno provocar o desequilíbrio do sistema maior. Minando os objetivos de desenvolvimento (Rose-Ackerman & Palifka, 2016).

Uma possível justificativa para não haver disputas mais evidentes, predominando a cooperação advinda dessas interações, vem da própria explicação de Ostrom (1990) para ações coletivas. Ela esclarece que após sucessivas rodadas dos jogos, os jogadores tendem a cooperar. E detalha a mudança das estratégias dos jogadores no decorrer dessas sucessivas jogadas.

Assim, quando os jogadores visualizam as rodadas infinitamente, ou seja, quando jogadores acreditam estar diante de um horizonte temporal mais curto de rodadas, seguirão a estratégia de jogo finito, com equilíbrio de *one-shot game*. Assim como acontece no dilema do prisioneiro (Ostrom, Gardner, e Walker, 1994) e na competição de *Cournot* – no duopólio de *Cournot*, a competição entre as firmas aumenta a quantidade de produção e diminuem os preços, quando comparado ao monopólio.

A estratégia em jogos repetidos leva em consideração a reputação do oponente e a cooperação futura, podendo ser executados de maneira diferente dos *one-shot games*. Portanto, na medida em que os jogadores visualizam o jogo como infinitamente repetido, a previsão de estratégia padrão para esses jogadores, extraída da teoria dos jogos, afasta-se da estratégia olho-por-olho e aproxima-se do Teorema *Folk*. Esse Teorema sugere que, se os jogadores forem pacientes o suficiente e clarividentes, a interação repetida pode resultar em cooperação em um equilíbrio de sub-jogo e equilíbrio de Nash (Fudenberg & Maskin, 1986; Ostrom et al., 1994).

Signor, Love, & Ika (2020) também encontraram a presença desse padrão harmônico de negociações. Analisando os jogos praticados pelo cartel das empresas investigadas pela

Operação Lava Jato, os autores explicaram que, em negociações honestas, há informações são incompletas, comunicações e acordos paralelos não ocorrem e há apenas um vencedor. Espera-se, portanto, que os jogadores individuais escolham racionalmente suas estratégias a partir dessas premissas. Contudo, argumentam os autores, se as estratégias de um jogador estão alinhadas com as dos outros jogadores, mesmo que em posições opostas em um tabuleiro de jogos, então o equilíbrio é alcançado no jogo. Como resultado, não haverá incentivo para mudar essa situação. Assim, estas condições podem alterar substancialmente a natureza do jogo geral e seus pressupostos fundamentais.

Nesse sentido, Cooter (1999), tratando sobre utilitarismo de pequenos grupos, explica que esse equilíbrio é aplicado no campo da antropologia, demonstrando a cooperação existente nos membros de um grupo quando conhecem os comportamentos dos demais. Resultando em uma tendência de criar regras eficientes para a cooperação dentro desses grupos. Como nos modelos cíclicos ou em espiral de maturidade de grupos (Arrow, 1997; Smith, 2001).

Como se verifica, modelos de jogos repetidos capturam a ideia de interação contínua entre as partes. Demonstrando que as ações tomadas hoje terão consequências amanhã (Levin, 2002).

De outra forma, em ambientes em que os relacionamentos dos indivíduos possuem horizontes de tempo curtos, não se comunicam adequadamente, não confiam uns nos outros ou não têm acesso a árbitros externos confiáveis, os resultados serão consistentes com a teoria dos jogos não cooperativos (Ostrom, Gardner, e Walker, 1994).

Nesse sentido, Figueiredo e Limongi (1998), demonstram que a cooperação política é atribuída à interdependência entre as prerrogativas legislativas do Poder Executivo, ao padrão centralizado dos trabalhos legislativos e à disciplina partidária. Aqui, entende-se disciplina partidária, no sentido de obediência. De votar de acordo com a orientação do partido, da sua liderança.

Ainda conforme demonstrado pelos autores, no âmbito nacional há certa dominância do processo legislativo pelo Executivo, devido ao seu poder de agenda. Porque, também, esta agenda é submetida à apreciação e votação pelo Poder Legislativo. Este, centralizadamente organizado em regras que distribuem direitos parlamentares conforme os princípios partidários.

Essa estrutura institucional confere ao presidente os meios indutores para a cooperação parlamentar. Para estes, a melhor estratégia para obter recursos com vistas aos retornos eleitorais é votar de forma disciplinada. Seguindo o direcionamento do seu partido. Surge daí o controle sobre a agenda. Reduzindo as dificuldades próprias da ação coletiva (Figueiredo & Limongi, 1998).

Merece destaque o esclarecimento de que a adoção de estratégia de coalisão *per se* não implica, necessariamente, em prática de corrupção. Trata-se de opção de atuação adotada por gestores quando não possuem apoio necessário à implantação de agenda.

Da mesma forma que a política de coalizão, a prática de *lobby* ou o **neocorporativismo** não são transgressões ou desvio às normas. Trata-se de viabilização de implementação de agenda e de acesso aos agentes políticos, respectivamente. Acerca da prática de *lobby*, existem pelo menos dois projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que pretendem regulamentar o exercício dos grupos de pressão. São eles: o Projeto de Lei nº. 6.132/1990 e o Projeto de Lei nº1202/20007. Assim, essas atividades, repita-se, não caracterizam, necessariamente, a prática de crime.

No que diz respeito ao Neocorporativismo, trata de uma forma específica de mediação de interesses entre o Estado e a sociedade, estruturadas em arranjos institucionais, criados após a Segunda Guerra Mundial (Riquelme, 1997). Que não implicam, necessariamente em prática de corrupção.

Isto posto, entende-se que, frequentemente, o delineamento dos limites das atividades probas e, a partir de que ponto adentra às ações corruptas não são constituídos por fronteiras claras. Posto que a corrupção se trata de um fenômeno cujas características tornam complexa a sua observação e medição (Sarkar & Hasan, 2001). Algumas atividades corruptas como o suborno ou a extorsão, são cristalinas, de fácil identificação. Mas, o que se quer salientar aqui, é que existem tarefas em que, por não configurarem crimes, não há identificação imediata do ato como corrupção, se analisadas isoladamente. Ademais, explica Thompson (2018), por estarem intimamente ligados às rotinas, procedimentos e práticas legais das organizações, seus agentes muitas vezes não são vistos, e nem se veem, como participantes da corrupção.

Para auxiliar a identificação e diferenciação dos atos de corrupção, o autor ainda esclarece que, naquelas situações de corrupção institucional, os ganhos não são individuais. Existem necessariamente dois ou mais agentes obtendo ganhos com a situação ilícita. De

forma mais concreta, Jain (2001) aborda as situações em que, caso violadas, caracterizam a ocorrência de atos corruptos. A saber:

- a) se o processo de influenciar os tomadores de decisão representa um jogo competitivo jogado de acordo com regras que são conhecidas por todos os jogadores;
- b) se não há pagamentos secretos ou paralelos ao agente; e
- c) se as partes interessadas e os agentes públicos são independentes uns dos outros no sentido de que nenhum grupo se beneficia da renda auferida pelo outro grupo.

Thompson (2018) também enumera preceitos que, se descumpridos, caracterizam atos de corrupção e que não violam deliberadamente dispositivos legais, dizem respeito à ética legislativa. Envolvem a tomada de decisões baseadas no mérito, jogar de acordo com as regras conhecidas por todos e manter a confiança pública. Desviar dessas condutas, relata o autor, permite que interesses privados obtenham influência na Administração Pública, sem estarem sujeitos aos procedimentos que são exigidos aos demais indivíduos.

Portanto, tendo em conta o apanhado de balizamentos dos autores supra, pode-se sugerir que identificar e delimitar atos de corrupção envolve mais o não agir de forma ética, moral ou lícita (o não fazer o certo), do que necessariamente descumprir uma norma (o fazer errado).

Lessig (2013) utiliza a metáfora de uma bússola cuja seta está apontando para o norte e, em seguida, coloca-se um ímã ao lado da bússola. O ímã irá desviar a seta da direção para a qual foi projetada. A corrupção representa esse desvio, complementa o autor.

Considerando então a análise do fenômeno aqui estudado, entende-se que pode ser enquadrada na definição de Hazy et al. (2017): a corrupção institucionalizada é um regime de comportamento cooperativo, dinamicamente estável e que mantém os desvios de recursos, dentro de um sistema de interações sociais que beneficia alguns às custas de outros e o faz por meio do engajamento intencional em atividades específicas.

Entende-se que essa definição de corrupção possa ser aplicada ao presente estudo no que se refere ao comportamento cooperativo, à estabilidade dinâmica, aos desvios de recursos e ao sistema de interações sociais que beneficia apenas uma parcela da população. Mas, no que se refere ao engajamento em atividades específicas, entende-se que ele acontece de forma parcialmente intencional.

Primeiro porque, na construção e consolidação das estruturas organizacionais corruptas, a institucionalização, a racionalização e a socialização servem para normalizar a

corrupção no domínio social das atividades organizacionais e, assim, ajudam a manter as dúvidas e a culpa sob controle. Assim, uma prática comportamental normalizada não é contestada e sua repetição acontece de forma parcialmente consciente (Ashforth & Anand, 2003).

Segundo, a articulação das práticas institucionalmente estabelecidas – rotineiras - juntamente com a identidade dos sujeitos e as substâncias institucionais, constitui as lógicas institucionais. Por sua vez, as lógicas institucionais não são racionalidades de valor weberianas baseadas na vontade individual, uma intenção isolável. Ao contrário, elas dependem da busca subjetiva de um valor coletivo (Friedland et al., 2014).

Um dos cinco princípios elencados por Thornton e Ocasio (2008) que fundamentam as lógicas institucionais é o *Embedded Agency*. Ele diz respeito ao modo como os indivíduos lidam com eventos e problemas. Preconizando que os atores, em que pese sejam dotados de certa racionalidade e capacidade de reflexão, sua racionalidade será sempre fundamentada em uma lógica prévia (Aquino & Azevedo, 2018).

Não se pretende aqui justificar, frise-se, nem amenizar a culpabilidade de comportamentos criminosos. Mas sim, descrever o contexto de sua manifestação para, assim, tornar cristalinas as fronteiras e identificar o limite entre relações sociais lícitas e a partir de qual ponto essas trocas passam a configurar atos ilícitos.

Assim, considerando a) que a manutenção das instituições é justificada pelas suas lógicas; b) que essas lógicas movem os comportamentos dos atores (Reichborn-Kjennerud et al., 2019); e c) que esses comportamentos são parcialmente conscientes, haja vista sua repetição e promulgação advir de práticas reiteradas dos grupos sociais, pode-se sugerir que mudança nas regras que moldam esses comportamentos possa contribuir para minimizar comportamentos corruptos.

De acordo com Grossman (2019), as regras determinam a posição, tomada de decisão, escopo, pagamento e recompensa, acesso e limite. Assim, elas definem quem e como provavelmente afetará ou será afetado pelo que ocorre na arena de ação. Ademais, quando um indivíduo se identifica com o coletivo, ele se identifica com as lógicas institucionais predominantes nesse grupo social. (Thornton & Ocasio, 2008). Assim, quando os atores entendem essas lógicas institucionais predominantes e as reproduzem, ganham vantagem na competição por poder e status (Smets et al., 2015).

No que diz respeito aos conflitos, apenas em situações pontuais, foi observado um segundo tipo de padrão de interações. Identificou-se que os agentes políticos entram em

conflito quando estão em voga aspectos reputacionais e de sensação de poder. Entende-se que o político quer estar no jogo para ter a sua atuação reconhecida.

No ambiente político, o padrão de relacionamentos é mais conflituoso entre políticos quando, em sistemas presidencialistas, o chefe do Poder Executivo é dotado de significativos poderes para legislar. Tendendo, assim, a governar contornando as resistências e induzindo o Poder Legislativo à cooperação (Figueiredo & Limongi, 1998).

Finalizada a discussão dos resultados do estudo, merece destaque a observação de que, conforme dito no capítulo precedente, não foi possível identificar, a partir dos dados analisados, todos os sete grupos de variáveis que caracterizam uma arena de ação, conforme esquematiza Ostrom (2005), a saber: 1) os participantes, que podem ser atores isolados ou atores corporativos; 2) suas posições; 3) os resultados potenciais; 4) os vínculos ação-resultado; 5) o controle que os participantes exercem; 6) tipos de informações geradas e 7) os custos e benefícios atribuídos às ações e resultados. Porém, conclui-se que não houve prejuízo à capacidade explicativa do modelo proposto. Caracterizando um achado adicional que, a depender do objeto analisado, pode-se dispensar certos grupos de variáveis, sem incorrer em prejuízo à pesquisa em questão.

Encerra-se, aqui, este capítulo, após discutidos os resultados do estudo à luz da teoria, e passa-se às considerações finais, na intenção de relatar, em apertada síntese, o apanhado geral da pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as redes de corrupção da Lava Jato sob a ótica da Ecologia dos Jogos. Para tanto, foram descritos os papéis dos atores nas redes de corrupção, bem como os jogos, suas regras, resultados e os padrões de interações da arena.

Sobre os papéis dos atores na arena das redes de corrupção, **a partir dos depoimentos analisados**, os políticos foram identificados como os protagonistas dessas redes. Com uma atuação voltada para a coordenação das atividades corruptas, eles também foram apontados como os principais representantes e controladores dos recursos advindos da corrupção.

Por sua vez, os empresários destacaram-se como os principais responsáveis pelas atividades de consultoria e pela união de distintos grupos corruptos.

Quanto aos agentes financeiros, juntamente com os empresários, mas em menor medida, foram identificados como os responsáveis pelas atividades de consultoria aos grupos corruptos e pela formação de alianças entre eles.

Por fim, os burocratas, que são incumbidos, juntamente com os empresários e agentes financeiros, mas em menor medida, de prestar consultoria aos diversos grupos das redes corruptas.

Acerca dos jogos da arena de corrupção, foram identificados quatro tipos de jogos aninhados; que eles podem ser sequenciais e que cada jogo possui as próprias regras. Contudo, em consonância com a teoria, também foi identificado que o resultado de um jogo interfere no próprio jogo subsequente; que os jogos probos podem ser os mesmos que os jogos da corrupção; e que esses mantêm seu caráter de persistência, pois são ocultos naqueles.

Acrescenta-se, ainda, considerando que os jogos podem ser os mesmos (probos ou corruptos), são jogados pelos mesmos jogadores e possuem regras semelhantes, mas não iguais. As características da arena, de fato, assemelham-se. Porém, na medida em que as regras para determinado grupo diferem das regras aplicadas aos demais grupos, que jogadores vencem partidas em decorrência de regras aplicadas apenas a eles, pode-se considerar estar diante de comportamentos corruptos. Inclusive em situações em que não haja transgressões às leis.

Acerca dos resultados dos jogos e padrões das interações, foi identificado que o resultado de um jogo influencia os outros jogos, conforme mencionado anteriormente; que as interações são predominantemente harmônicas e negociais. Esse tipo de padrão se dá devido a sua característica de retroalimentação. Cíclica ou em espiral.

Como implicações teóricas, a pesquisa apresenta uma forma de estudar o fenômeno. Com um modelo sistêmico e com foco neoinstitucional. Demonstrando, também, a viabilidade da análise de fenômenos criminais sociológicos a partir do modelo IAD. Dessa forma, a sua utilização mostrou-se apropriada por ser um modelo dinâmico, por não determinar, a priori, quem são os jogadores, como também pela ordem de análise. Iniciando a análise pela compreensão do jogo, seguida pela identificação das regras/recursos/características dos jogadores e, ao final, os resultados. Para, só então, identificar os padrões de interação.

Entretanto, ressalta-se a dificuldade na aplicação do aludido modelo, quanto à identificação dos padrões de interações. Especificamente acerca dos aspectos atinentes aos conflitos e barganhas. Entende-se que esse obstáculo se deu pela abundância de recursos monetários. Assim, os jogadores não precisaram competir entre si para conseguir o dinheiro almejado. Uma questão trazida para explicar a convivência harmônica e colaborativa entre os jogadores oponentes é que, de acordo Ostrom, et al (1994), após sucessivas rodadas dos jogos, os jogadores tendem a cooperar. Mudando suas estratégias no decorrer dessas sucessivas jogadas. Para os autores, quando os jogadores visualizam as rodadas infinitamente, levam em consideração a reputação do oponente e a cooperação futura. Afastando-se da estratégia olho-por-olho e aproximando-se do Teorema de *Folk*.

Também houve dificuldade na diferenciação entre jogo, regra e resultado. Em que pese esse obstáculo ter sido superado, entende-se ser um aspecto sistêmico do fenômeno. Os indivíduos jogam o jogo já cientes dos movimentos dos demais jogadores. Ademais, há uma dificuldade natural dessa separação nos modelos sistêmicos com análises cíclicas ou em espiral (Rodríguez, 2014).

Outro achado do estudo é a confirmação de que cada jogo representa um sistema e que grupos distintos formam jogos distintos. Mas que ocorrem em paralelo, de forma simultânea. Daí o conceito de sistêmico e sindrômico.

No que diz respeito ao protagonismo dos políticos no gerenciamento da estrutura, aponta-se, também como contribuição, a existência de hierarquia entre eles. Havendo

políticos que, devido à condição diferenciada que possuem na casa legislativa, conseguem coordenar as atividades corruptas. Portanto, a institucionalização confere autoridade ao líder político para conduzir o processo de negociações. Seja ela proba, ética e lícita ou corrupta. E que, além de conferir poder, a ocupação de cargos na estrutura burocrática da Administração Pública é fundamental para a manutenção da estrutura de corrupção.

Assim, o reconhecimento institucional não proporciona apenas visibilidade na mídia com espaço para propagandas político partidárias. Também consolida a posição como líder de um pequeno grupo de pessoas com as quais ele possa articular em ações de corrupção.

Como limitações da pesquisa, aponta-se a negativa de acesso aos textos integrais dos depoimentos. Como também os dados analisados, que, por serem secundários, não foram coletados especificamente para a pesquisa. Não sendo possível, portanto, identificar todos os sete grupos de variáveis que, de acordo com Ostrom (2005), caracterizam uma arena de ação. Contudo, em que pese a ausência de algumas variáveis, não houve prejuízo à capacidade explicativa do modelo ora proposto. O que pode sugerir que, a depender do objeto analisado, pode-se dispensar alguns grupos de variáveis, sem incorrer em prejuízo à pesquisa em questão. Esse ponto caracteriza-se como um achado adicional.

Para agenda de pesquisa, sugere-se estudos longitudinais dos jogos identificados no presente trabalho. Sugere-se, ainda, estudos setORIZADOS a partir da agenda de aprovação de atos normativos pelos Poderes Legislativo e Executivo. Visando identificar os setores beneficiados pelos atos normativos e o cotejamento com informações dos agentes políticos envolvidos na aprovação desses atos.

## REFERÊNCIAS

- Alemán, E., & Tsebelis, G. (2016). *Legislative Institutions and Lawmaking in Latin America*. (Eduard Alemán & G. Tsebelis, Eds.) (First). Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198777861.001.0001>
- Alford, R. R., & Friedland, R. (1985). *Powers of Theory: Capitalism, the State and Democracy* (1st ed.). New York: Cambridge University Press.
- Aquino, A. C. B. de, & Azevedo, R. R. de. (2018). *Uma Prefeitura, Dois Planejamentos: mais um Desafio para a Adoção do Planejamento de Resultados no Brasil. Congresso USP de Contabilidade*.
- Ashforth, B. E., & Anand, V. (2003). The normalization of corruption in organizations. *Research in Organizational Behavior*, 25, 1–52. [https://doi.org/10.1016/S0191-3085\(03\)25001-2](https://doi.org/10.1016/S0191-3085(03)25001-2)
- Azim, M. I., & Kluyers, R. (2019). Resisting Corruption in Grameen Bank. *Journal of Business Ethics*, 156(3), 591–604. <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3613-4>
- Baiardi, A. (2011). Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das ciências humanas. *Caderno CRH*, 24(61), 203–216. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632183014%0AComo>
- Barac, K., Gammie, E., Howieson, B., & Van Standen, M. (2019). How do auditors navigate conflicting logics in everyday practice? *Professions and Professionalism*.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. (Fontes, Ed.). Lisboa.
- Bastos, E. D. S., Rosa, M. P. da, Pimenta, M. M. M., Bastos, de S. E., Rosa, M. P. da, & Pimenta, M. M. M. (2016). Os Impactos da Operação Lava Jato e da Crise Internacional do Petróleo nos Retorno Anormais e Indicadores Contábeis da Petrobras 2012-2015. *Pensar Contábil*, 18(67), 49–56.
- Berardo, R., Olivier, T., & Lavers, A. (2015). Focusing Events and Changes in Ecologies of Policy Games: Evidence from the Paraná River Delta. *Review of Policy Research*, 32(4), 443–464. <https://doi.org/10.1111/ropr.12128>
- Bonacich, P. (1987). Power and Centrality: A Family of Measures. *American Journal of Sociology*, 92(5), 1170–1182. <https://doi.org/10.1086/228631>
- Borgatti, S. P. (2005). Centrality and network flow. *Social Networks*, 27(1), 55–71. <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2004.11.008>
- Capelari, M. G. M., Araújo, S. M. V. G. de, & Calmon, P. C. D. P. (2017). *Institutional Analysis and Development Framework: a Proposta da Governança de Commons para a Análise de Políticas Públicas*.
- Cardoso, A. L. J. (2018). *A complexidade institucional: conflitos das diferentes lógicas institucionais na administração da prefeitura de um município brasileiro*. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/330637417>

- Cash, D. W., Adger, W. N., Berkes, F., Garden, P., Lebel, L., Olsson, P., ... Young, O. (2006). Scale and Cross-Scale Dynamics: Governance and Information in a Multilevel World. *Ecology and Society*, 11(2). <https://doi.org/10.5751/es-01759-110208>
- Coleman, J., & Burt, R. S. (2000). Structural Holes vs. Network closure as Social Capital.pdf. *Social Capital: Theory and Research*, (May 2000), 31–56. <https://doi.org/10.4324/9781315129457-2>
- Cooter, R. (1999). *The Law and Economics of Anthropology: A Review*. UC Berkeley: Berkeley Program in Law and Economics.
- Cornwell, B., Curry, T. J., & Schwirian, K. P. (2003). Revisiting Norton Long's Ecology of Games: A Network Approach. *City and Community*, 2(2), 121–142. <https://doi.org/10.1111/1540-6040.00044>
- Cornwell, B., & Laumann, E. O. (2016). If parsons had Pajek: the relevance of midcentury structural-functionalism to dynamic network analysis. *Journal of Social Structure*, 17(2), 1–33.
- Crawford, S. E. S., & Ostrom, E. (1995). Grammar of Institutions. *The American Political Science Review*, 89(3), 582–600.
- Daniel, V. M. (2019). *Inovação no setor público brasileiro: uma análise a partir da perspectiva da lógica institucional*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Dasgupta, N., & Ugur, M. (2011). *Evidence on the economic growth impacts of corruption in low-income countries and beyond and beyond: a systematic review*. (University of London, Ed.). London. Retrieved from [http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/SystematicReviews/Corruption\\_impact\\_2011\\_Ugur\\_report.pdf](http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/SystematicReviews/Corruption_impact_2011_Ugur_report.pdf)
- Deom, S. (2017). *To what extent does the institutional context in which a multinational corporation is operating influence the quality of its anti-corruption programme?*
- Deslandes, S. F., Neto, O. C., Gomes, R., & Minayo, M. C. de S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (Vozes, Ed.) (21<sup>a</sup>). Petrópolis.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*. *Sociological Review* (Vol. 48).
- Diviák, T. (2018). Sinister connections: How to analyse organised crime with social network analysis? *Auc Philosophica Et Historica*, 2018(2), 115–135. <https://doi.org/10.14712/24647055.2018.7>
- Diviák, T., Dijkstra, J. K., & Snijders, T. A. B. (2019). Structure, multiplexity, and centrality in a corruption network: the Czech Rath affair. *Trends in Organized Crime*, 22(3), 274–297. <https://doi.org/10.1007/s12117-018-9334-y>
- Duijn, P. A. C., & Klerks, P. P. H. M. (2014). Social Network Analysis Applied to Criminal Networks: Recent Developments in Dutch Law Enforcement. In A. J. Masys (Ed.), *Networks and Network Analysis for Defence and Security, Lecture Notes in Social*

- Networks* (pp. 122–160). [https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-319-04147-6\\_6](https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-319-04147-6_6)
- Dutton, W. H. (1992). The Ecology of Games Shaping Telecommunications Policy. *Communication Theory*, 2(4), 303–328. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1992.tb00046.x>
- Dutton, W. H. (2006). The social informatics of the internet: An ecology of games. In *IFIP International Federation for Information Processing* (Vol. 223, pp. 243–253). [https://doi.org/10.1007/978-0-387-37876-3\\_20](https://doi.org/10.1007/978-0-387-37876-3_20)
- Dutton, W. H., Schneider, V., & Vedel, T. (2012). Ecologies of Games Shaping Large Technical Systems: Cases from Telecommunications to the Internet. In J. M. Bauer, A. Lang, & V. Schneider (Eds.), *Innovation Policy and Governance in High-Tech Industries: The Complexity of Coordination* (pp. 49–75). London: Library of Congress.
- Everton, S. F. (2008). *Tracking, Destabilising and Disrupting Dark Networks with Social Networks Analysis*. Naval Postgraduate School.
- Fernandes, I. F. de A. L., & Almeida, L. de A. (2019). Teorias e modelos de políticas públicas: Uma revisão das abordagens sobre o processo de políticas. *Revista Teoria & Pesquisa*, 28(1), 122–146. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.31068/tp.28105>
- Fernandes, J. B., & Marques, V. P. (2018). A responsabilidade penal, civil e administrativa das instituições financeiras e a (des)conformidade ao compliance. *Conteúdo Jurídico*, 1533(13). Retrieved from <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4634/a-responsabilidade-penal-civil-administrativa-instituicoes-financeiras-des-conformidade-ao-compliance>
- Figueiredo, A. C., & Limongi, F. (1998). Bases Institucionais Do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 44, 81–106. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Penso.
- Freitas Júnior, L. R. de, & Medeiros, C. R. de O. (2018). Estratégias de Racionalização da Corrupção nas Organizações: Uma Análise das Declarações de Acusados em Casos de Corrupção no Brasil. *Revista de Ciências Da Administração*, 8–23. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018v20n50p8>
- Friedland, R., & Alford, R. R. (1991). Bringing Society Back In: Symbols, Practices and Institutional Contradictions. In *In The New Institutionalism in Organizational Analysis* (pp. 232–263).
- Friedland, R., Mohr, J., Roose, H., & Gardinali, P. (2014). The Institutional Logics of Love: Measuring Intimate Life. *Theory and Society*, 43(1), 333–370. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/s11186-014-9223-6>
- Fudenberg, D., & Maskin, E. (1986). The folk theorem in repeated games with discounting or with incomplete information. *Econometrica*, 54(3), 533–554. [https://doi.org/10.1142/9789812818478\\_0011](https://doi.org/10.1142/9789812818478_0011)
- Ganor, B. (2017). Israel's policy in extortionist terror attacks (abduction and hostage

- barricade situations). *Perspectives on Terrorism*.
- Giacommoni, J. (2017). *Orçamento público* (17 nd.). Editora Gen.
- Gibeau, É., Langley, A., Denis, J.-L., & van Schendel, N. (2019). Bridging competing demands through co-leadership? Potential and limitations. *Human Relations*, 26(1). <https://doi.org/10.1177/0018726719888145>
- Gonçalves, V. B., & Andrade, D. M. (2019). Corruption in the durkheimian perspective: A case study of the operation car wash. *Revista de Administracao Publica*, 53(2), 271–290. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180192>
- Gould, R. V., & Fernandez, R. M. (1989). Structures of Mediation: A Formal Approach to Brokerage in Transaction Networks. *Sociological Methodology*, 19(May), 89. <https://doi.org/10.2307/270949>
- Graton, L. H. T., Bonacim, C. A. G., & Sakurai, S. N. (2020). Práticas de barganha política por meio da execução orçamentária federal. *Revista de Administração Pública*, 54(5), 1361–1381.
- Greenwood, R., Díaz, A. M., Li, S. X., & Lorente, J. C. (2010). The multiplicity of institutional logics and the heterogeneity of organizational responses. *Organization Science*, 21(2), 521–539. <https://doi.org/10.1287/orsc.1090.0453>
- Greenwood, R., Raynard, M., Kodeih, F., Micelotta, E. R., & Lounsbury, M. (2011). Institutional complexity and organizational responses. *Academy of Management Annals*, 5(1), 317–371. <https://doi.org/10.1080/19416520.2011.590299>
- Grossman, P. Z. (2019). Utilizing Ostrom’s institutional analysis and development framework toward an understanding of crisis-driven policy. *Policy Sciences*, 52(1), 3–20. <https://doi.org/10.1007/s11077-018-9331-7>
- Gutterman, E. (2018). Banning Bribes Abroad: US Enforcement of the Foreign Corrupt Practices Act and its impact on the global governance of corruption. *European Political Science*. <https://doi.org/10.1057/s41304-018-0153-z>
- Hall, P. A., & Taylor, R. C. R. (1996). *Political science and the three new institutionalisms* (6 No. 96). Retrieved from [www.econstor.eu](http://www.econstor.eu)
- Hanneman, R. A., & Riddle, M. (2005). *Introduction to social network methods*. Riverside: University of California. Retrieved from <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>
- Hazy, J. K., Demetis, D. S., Dooley, K. J., & Backström, T. (2017). *Notes on the Complexity of Corruption*. *Academy of Management Proceedings*. <https://doi.org/https://doi.org/10.5465/AMBPP.2017.13073abstract>
- Helmke, G., Levitsky, S., & Galvan, D. (2004). Informal Institutions and Comparative Politics: A Research Agenda. *Perspectives on Politic*, 2(4), 725–740.
- Ireni-Saban, L. (2019). Diplomacy in Times of Disaster: Management through Reputational Capital. *Journal of Management Policy and Practice*, 20(3), 99.

- Jain, A. K. (2001). Corruption: A Review. *Journal of Economic Surveys*, 15(1), 71–121.
- Jancsics, D. (2019). Corruption as Resource Transfer: An Interdisciplinary Synthesis. *Public Administration Review*, 79(4), 523–537. <https://doi.org/10.1111/puar.13024>
- Justesen, M. K., & Bjørnskov, C. (2014). Exploiting the Poor: Bureaucratic Corruption and Poverty in Africa. *World Development*, 58, 106–115. <https://doi.org/10.1016/J.WORLDDEV.2014.01.002>
- Karhunen, P., Kosonen, R., McCarthy, D. J., & Puffer, S. M. (2018). The darker side of social networks in transforming economies: Corrupt exchange in Chinese Guanxi and Russian Blat/Svyazi. *Management and Organization Review*, 14(2), 395–419. <https://doi.org/10.1017/mor.2018.13>
- Kim, S. J., Hong, J. Y., & Suh, E. H. (2012). diagnosis framework for identifying the current knowledge sharing activity status in a community of practice. *Expert Systems with Applications*, 39(18), 13093–13107.
- Klašnja, M., Little, A. T., & Tucker, J. A. (2016). Political Corruption Traps. *Political Science Research and Methods*, 6(3), 413–428. <https://doi.org/10.1017/psrm.2016.45>
- Lambsdorff, J. G. (2007). *The institutional economics of corruption and reform: theory, evidence, and policy*. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS (Vol. 45). American Library Association. <https://doi.org/10.5860/choice.45-0389>
- Lazega, E., & Higgins, S. S. (2014). *Redes sociais e estruturas relacionais* (1<sup>a</sup>). Fino Traço.
- Lehmann, K. E. (2019). The Social Conditions of Corruption in Honduras: What They Are, What They Mean, and What Can Be Done About Them. In *Corruption in Latin America: how politicians and corporations steal from citizens* (pp. 265–286).
- Lessig, L. (2013). “Institutional Corruption” Defined. *The Journal of Law, Medicine & Ethics*, 41(3), 553–555.
- Levin, J. (2002). Bargaining and Repeated Games.
- Lino, A. F., Lowndes, V., & Carlos, A. (2018). *What happens when power relations change in conditions of institutional complexity?*
- Long, N. E. (1958). The Local Community as an Ecology of Games. *The American Journal of Sociology*, 64(3), 251–261. <https://doi.org/10.1177/001312458001200408>
- Lopes Júnior, E. (2009). As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 53–68. <https://doi.org/10.1590/s0102-69092009000100004>
- Lubell, M. (2013). Governing institutional complexity: The ecology of games framework. *Policy Studies Journal*, 41(3), 537–559. <https://doi.org/10.1111/psj.12028>
- Lubell, M., Henry, A. D., & McCoy, M. (2010). Collaborative institutions in an ecology of games. *American Journal of Political Science*, 54(2), 287–300. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2010.00431.x>

- Lubell, M., Mewhirter, J. M., Berardo, R., & Scholz, J. T. (2016). Transaction Costs and the Perceived Effectiveness of Complex Institutional Systems. *Public Administration Review*, 77(5), 668–680. <https://doi.org/10.1111/puar.12622>
- Lubell, M., Robins, G., & Wang, P. (2014). Network structure and institutional complexity in an ecology of water management games. *Ecology and Society*, 19(4). <https://doi.org/10.5751/ES-06880-190423>
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas S. A. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>
- Meyerson, M., & Banfield, E. C. (1955). *Planning, Politics, and the Public Interest. The case of public housing in Chicago*.
- Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(13), 621–626.
- Mitchell, M. (2009). *Complexity A Guided Tour*. Oxford University Press (Vol. 1). <https://doi.org/10.1192/bjp.112.483.211-a>
- Monaghan, S., Lavelle, J., & Gunnigle, P. (2017). Mapping networks: Exploring the utility of social network analysis in management research and practice. *Journal of Business Research*. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.020>
- MPF, M. P. F. (n.d.). Caso Lava Jato. Retrieved January 1, 2019, from <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>
- Müller-Prothmann, T. (2009). *Social Network Analysis: A Practical Method to Improve Knowledge Sharing*. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1467609>
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press (CUP).
- O'Toole, L. J. (1988). Strategies for intergovernmental management: Implementing programs in interorganizational networks. *International Journal of Public Administration*, 11(4), 417–441. <https://doi.org/10.1080/01900698808524596>
- Oliveira Júnior, T. M., Costa, F. J. L. da, & Mendes, A. P. (2016). Perspectivas teóricas da corrupção no campo da administração pública brasileira: características, limites e alternativas. *Revista Serviço Público*, 67(1), 111–138.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press.
- Ostrom, E. (2000). Collective action and the evolution of social norms. *Journal of Natural Resources Policy Research*, 14(3), 137–158. <https://doi.org/10.1257/jep.14.3.137>
- Ostrom, E. (2005). *Understanding institutional diversity*. PRINCETON UNIVERSITYPRESS.
- Ostrom, E. (2010). Institutional Analysis and Development: Elements of The Framework in Historical Perspective. In *Historical Developments and Theoretical Approaches in*

- Ostrom, E., Gardner, R., & Walker, J. (1994). *Rules, Games, & Common-Pool Resources*. The University of Michigan Press. The University of Michigan Press.
- Peeters, C. F. W. (2019). Social Network Analysis of Corruption Structures: Adjacency Matrices Supporting the Visualization and Quantification of Layeredness. In G. de Graaf (Ed.), *It is all about integrity, stupid: Studies on, about or inspired by the work of Leo Huberts* (pp. 201–220). Retrieved from <http://arxiv.org/abs/1909.07648>
- Polski, M. M., & Ostrom, E. (1999). *An Institutional Framework for Policy Analysis and Design*. In *Workshop in political theory and policy analysis working paper* (No. 98). Bloomington, IN.
- Qi, G., Zou, H., Xie, X., Meng, X., Fan, T., & Cao, Y. (2018). Obedience or escape: Examining the contingency influences of corruption on firm exports. *Journal of Business Research*, (September). <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.09.004>
- Ramus, T., Vaccaro, A., & Brusoni, S. (2017). Institutional complexity in turbulent times: Formalization, collaboration, and the emergence of blended logics. *Academy of Management Journal*, 60(4), 1253–1284.
- Reichborn-Kjennerud, K., González-Díaz, B., Bracci, E., Carrington, T., Hathaway, J., Jeppesen, K. K., & Steccolini, I. (2019). Sais work against corruption in Scandinavian, South-European and African countries: An institutional analysis. *The British Accounting Review*, 51(5), 100842. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.100842>
- Riker, W. H. (1962). *The Theory of Political Coalitions* (1<sup>a</sup>).
- Riker, W. H. (1967). Bargaining in a Three-Person Game. *American Political Science Review*, 61(3), 642–656. <https://doi.org/10.2307/1976085>
- Riquelme, J. M. O. (1997). Sobre el desarrollo de la teoría del neocorporativismo. *Revista Mexicana de Sociología*, 59(4), 31. <https://doi.org/10.2307/3541123>
- Rodríguez, R. F. (2014). *Fundamentos de la Metodología de la Investigación*.
- Rose-Ackerman, S. (1997). The political economy of corruption. In *Corruption and the global economy* (Vol. 31, p. 60).
- Rose-Ackerman, S. (2016). *Corruption, Organized Crime, and Money Laundering*. Montevideo.
- Rose-Ackerman, S., & Palifka, B. J. (2016a). *Corruption and government: Causes, consequences, and reform: Second edition*. *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform: Second Edition*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139962933>
- Rose-Ackerman, S., & Palifka, B. J. (2016b). *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform* (2nd ed.).
- Sarkar, H., & Hasan, M. A. (2001). Impact Of Corruption On The Efficiency Of Investment:

- Evidence From A Cross-Country Analysis. *Asia-Pacific Development Journal*, 8(2), 111–116.
- Scharpf, F. W. (1997). *Games real actors play: Actor-centered institutionalism in policy research*. *Games Real Actors Play: Actor-Centered Institutionalism in Policy Research*. <https://doi.org/10.4324/9780429500275>
- Scott, T. A., & Greer, R. A. (2018). Polycentricity and the Hollow State: Exploring Shared Personnel as a Source of Connectivity in Fragmented Urban Systems. In *Policy Studies Journal* (Vol. 47, pp. 52–76). Blackwell Publishing Inc. <https://doi.org/10.1111/psj.12289>
- Scott, T. A., & Thomas, C. W. (2017). Winners and losers in the ecology of games: Network position, connectivity, and the benefits of collaborative governance regimes. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 27(4), 647–660. <https://doi.org/10.1093/jopart/mux009>
- Signor, R., Love, P. E. D., & Ika, L. A. (2020). White Collar Crime: Unearthing Collusion in the Procurement of Infrastructure Projects. *IEEE Transactions on Engineering Management*, 1–12. <https://doi.org/10.1109/tem.2020.2994636>
- Silva, F. R. da, & Crubellate, J. M. (2019). Complexidade Institucional em Cooperativas de Crédito: um Estudo de Caso. *Management and Connections Journal*, 8(1), 7–23. <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2019.8.1.1776.7-23>
- Smaldino, P. E., & Lubell, M. (2014). Institutions and Cooperation in an Ecology of Games. *Artificial Life*, 20, 207–221. <https://doi.org/10.1162/artl>
- Smets, M., Jarzabkowski, P., Burke, G. T., & Spee, P. (2015). Reinsurance trading in Lloyd's of London: Balancing conflicting-yet-complementary logics in practice. *Academy of Management Journal*, 58(3), 932–970. <https://doi.org/10.1002/fut.20115>
- Smith, G. (2001). Group Development: A Review of the Literature and a Commentary on Future Research Directions. *Group Facilitation: A Research and Applications Journal*, 3(Spring), 14–45.
- Spapens, T. (2010). Macro Networks, Collectives, and Business Processes: An Integrated Approach to Organized Crime. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, 18(2), 185–215. <https://doi.org/10.1163/157181710X12659830399653>
- Stevens, S. P. (2008). *Games People Play: Game Theory in Life, Business, and Beyond* (p. 125).
- Szántó, Z., Tóth, I. J., & Varga, S. (2012). The social and institutional structure of corruption: Some typical network configurations of corruption transactions in Hungary. In I. B. Vedres & M. Scotti (Eds.), *Networks in Social Policy Problems* (pp. 156–176). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511842481.009>
- Thompson, D. F. (2018). Theories of Institutional Corruption. *Annual Review of Political Science*, 21(1), 495–513. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-120117-110316>

- Thornton, P. H. (2004). Markets from Culture: Institutional Logics and Organizational Decisions in Higher Education Publishing. *Stanford University Press*, (August), 208. <https://doi.org/Book Review>
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (2008). Institutional Logics. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 99–128). <https://doi.org/10.4135/9781849200387.n4>
- Todeva, E., & Knoke, D. (2005). Strategic Alliances and models of collaboration. *Management Decision*, 43(1), 123–148. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/00251740510572533>
- Transparency International. (n.d.-a). Transparency International supports the Carwash Task Force in their fight for independence. Retrieved from <https://www.transparency.org/en/press/transparency-international-supports-the-carwash-task-force-in-their-fight-f>
- Transparency International. (n.d.-b). What is corruption? Retrieved October 2, 2020, from <https://www.transparency.org/en/what-is-corruption>
- Trojbecz, B. (2014). *Formação de agenda e formulação de uma política pública no Brasil: o caso do Fundo Social do Pré-Sal. Fundação Getúlio Vargas.*
- Trojbecz, B. (2016). Mudanças Não-Incrementais em Contextos de Neo-Institucionalismo Histórico: Explicando “Conjunturas Críticas”. *Administração Pública e Gestão Social*, 8(2), 76–84.
- Tsebelis, G. (1990a). *Nested games: rational choice in comparative politics* (1<sup>a</sup>). California: University of California Press.
- Tsebelis, G. (1990b). *Nested games. California series on social choice and political economy* (Vol. 18).
- Virkar, S. (2015). What’s in a game? The politics of shaping property tax administration in Bangalore City, India. In *Gamification for Human Factors Integration: Social, Education, and Psychological Issues* (pp. 31–51). <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-5071-8.ch003>
- Wang, Y. (2019). A Network-Exchange Approach to Corruption: Brokers and Institution Spanning in A Chinese Corruption Network. *Deviant Behavior*, 0(0), 1–14. <https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1640525>
- Wasserman, S., & Faust, K. (1995). *Social Network Analysis: Methods and Applications. Revue Française de Sociologie* (Vol. 36). <https://doi.org/10.2307/3322457>
- Zhou, W., & Mu, R. (2019). Exploring coordinative mechanisms for environmental governance in Guangdong-Hong Kong-Macao greater Bay Area: An ecology of games framework. *Sustainability (Switzerland)*, 11(11), 1–33. <https://doi.org/10.3390/su11113119>

